

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL - USCS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - MESTRADO

GEISON CANTARELLI MUNIZ DE QUEIROZ

**FORTALECIMENTO E FRAGMENTAÇÃO DO CINTURÃO
VERDE DO ALTO TIETÊ: Perspectivas Sobre a Atividade
Agrícola da Região**

SÃO CAETANO DO SUL

2012

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL - USCS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - MESTRADO

GEISON CANTARELLI MUNIZ DE QUEIROZ

**FORTALECIMENTO E FRAGMENTAÇÃO DO CINTURÃO
VERDE DO ALTO TIETÊ: Perspectivas Sobre a Atividade
Agrícola da Região**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade de São Caetano do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de concentração: Gestão da Regionalidade e das Organizações

Orientação: Prof. Dr. Luis Paulo Bresciani

SÃO CAETANO DO SUL

2012

Reitor:

Prof. Dr. Silvio Augusto Minciotti

Pró-Reitor de Pós-graduação e Pesquisa:

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Gestora do Programa de Pós-graduação em Administração

Profa. Dra. Raquel da Silva Pereira

FICHA CATALOGRÁFICA

Queiroz, Geison Cantarelli Muniz de Queiroz

Fortalecimento e fragmentação do cinturão verde do Alto Tietê: perspectivas sobre a atividade agrícola da região / Geison Cantarelli Muniz de Queiroz. -- São Caetano do Sul: USCS / Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2012.

xv, 98p. : il..; 31 cm.

Orientador: Prof. Dr. Luís Paulo Bresciani

Dissertação (Mestrado) - USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Mestrado em Administração, 2012.

1. Região do Alto Tietê. 2. Cinturão Verde. 3. Desenvolvimento Rural. 4. Projeto Lupa. 5. Desenvolvimento territorial local. - Dissertação. I. Bresciani, Luís Paulo. II. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Mestrado em Administração. III. Título.

GEISON CANTARELLI MUNIZ DE QUEIROZ

**FORTALECIMENTO E FRAGMENTAÇÃO DO CINTURÃO
VERDE DO ALTO TIETÊ: Perspectivas Sobre a Atividade
Agrícola da Região**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade de São Caetano do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de concentração: Gestão da Regionalidade e das Organizações

Orientação: Prof. Dr. Luis Paulo Bresciani

Data da Banca: ____/____/____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luis Paulo Bresciani

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Prof. Dra. Raquel da Silva Pereira

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Prof. Dr. Luiz Silvério Silva

Universidade Metodista de São Paulo

*“Felicidade é uma viagem, não um destino”.
“Quem tem um porquê viver, encontrará, quase sempre o como.”*

Friedrich Wilhelm Nietzsche

Dedico à minha esposa Adriana que sempre esteve ao meu lado, permitindo que este trabalho fosse possível, e aos meus filhos Beatriz e Arthur que são as maiores inspirações da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por conceder-me a oportunidade da vida.

A minha esposa Adriana que sempre acreditou em mim e faz com que minha vida seja repleta de felicidades.

Aos meus filhos Beatriz e Arthur que são as maiores motivações que um pai pode ter.

Aos meus pais Paulo e Marilene que sempre direta ou indiretamente torceram e acreditaram nos projetos que eu estive a desempenhar.

Ao meu sogro José Alves que com sua simplicidade carrega o verdadeiro valor de uma família, e minha sogra Maria do Socorro que sempre está pronta a ajudar.

Ao orientador e amigo Luís Paulo Bresciani que demonstrou companheirismo e paciência ao longo de todo o processo da dissertação.

Aos amigos de jornada Leandro Capergiani, Gustavo Benevides e Sirlei Pitteri, e a todos os demais colegas que dividiram suas opiniões e participaram ativamente durante os créditos realizados.

Um agradecimento especial aos funcionários desta instituição, com destaque para a Silvia e demais colegas da biblioteca que sempre estiveram presentes quando assim tornaram-se necessárias.

Agradecimento *in memoriam* ao Professor Mauro que infelizmente nos deixou durante o período de elaboração desta dissertação.

E por fim agradeço a todos que dedicam parte de suas vidas a estudar e produzir conteúdos científicos que visam melhorar a vida das pessoas.

RESUMO

O Cinturão Verde do Alto Tietê é um fenômeno que sua importância no abastecimento agrícola da população e é um dos pilares econômicos da região. Foram realizadas treze entrevistas, com metodologia de entrevistas semiestruturada. O trabalho apresenta uma análise de conteúdo que levou em consideração as questões econômicas e sociais acerca da atividade Agrícola da referida Região. A população pesquisada compreendeu os membros titulares do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Mogi das Cruzes, e foram divididos em três grupos, sendo primeiro os gestores do poder público, em seguida os gestores dos sindicatos e instituições de apoio às atividades agrícolas e por fim as Associações e Cooperativa dos produtores rurais através de seus respectivos representantes. O Estudo demonstra que à medida que a urbanização ocorre o setor agrícola é forçado, por sobrevivência, a se tornar mais eficiente e flexível as novas realidades territoriais. Por outro lado aumenta a importância do Cinturão Verde, pois o seu significado passa também a ser sinônimo de preservação do meio ambiente, área de proteção de mananciais e produção de água. Por meio da análise de uma década do Lupa, projeto do Governo do Estado de São Paulo que contempla o levantamento censitário das propriedades rurais do Estado, pode-se concluir que houve aumento no número de propriedades rurais, porém com baixo índice de propriedades rurais com escrituração agrícola. Sobre outro aspecto a atividade ainda é identificada como um setor de captação de trabalho não qualificado, o que se comprova através das entrevistas com os representantes dos produtores locais. Os principais resultados obtidos da pesquisa demonstram que os maiores problemas são a falta de união entre os produtores, à dificuldade na adaptação de leis sobre o meio ambiente, a baixa capacidade de gestão dos produtores, e obstáculos na obtenção de financiamentos. Há esforço público, dos sindicatos e das instituições de apoio, porém ainda percebe-se um distanciamento destas instituições junto aos produtores rurais. As políticas públicas não reconhecem as diferentes modalidades agrícolas, simplificando-as em agricultura familiar e agricultura de *commodities*, e entre uma realidade e outra há diferenças que excluem significativamente as características dos produtores rurais do Alto Tietê.

Palavras-Chave: Região do Alto Tietê. Cinturão Verde. Desenvolvimento rural. Projeto Lupa. Desenvolvimento territorial local.

ABSTRACT

The Green Belt Zone of Alto Tietê is a phenomenon that its importance in the supply of agricultural population and is one of the economic pillars of the region. Thirteen interviews were conducted with the methodology of semi-structured interviews. The thesis presents a content analysis that took into account the economic and social issues concerning the agricultural activity of this region. The research population comprised the permanent members of the Municipal Council for Sustainable Rural Development in Mogi das Cruzes, and were divided into three groups, the first being the managers of the government, then the managers of Unions and institutions to support agricultural activities and finally Associations and Cooperative farmers through their respective representatives. The study demonstrates that as urbanization occurs the agricultural sector is forced by survival, to become more efficient and flexible new territorial realities. On the other hand increases the importance of the Green Belt Zone because its meaning also becomes synonymous with environmental preservation, watershed protection area and water production. Through the analysis of a decade of Lupa, the project of the State Government of São Paulo contemplating the census of farms in the state, it can be concluded that there was an increase in the number of farms, but with low houses with bookkeeping agricultural. On another aspect of the activity is still identified as a sector to attract unskilled labor, which is proved through interviews with representatives of local producers. The main results of the research show that the biggest problems are the lack of unity among producers, the difficulty in adapting laws on the environment, poor management skills of producers, and obstacles in obtaining financing. There are public effort, Unions and institutions support, but still perceives a gap among these institutions to farmers. Public policies do not recognize the different agricultural modalities, simplifying them into family farming and agriculture commodities, and between one reality and another there are differences that exclude important characteristics of the farmers in the Alto Tietê.

Keywords: The Alto Tietê. Green Belt Zone. Rural development. Lupa Project. Local territorial development.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas

CAMAT – Cooperativa Agrícola Mista do Alto Tietê

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CMDRSMC – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Mogi das Cruzes

CODEAGRO – Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios

DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural

FATEC – Faculdade de Tecnologia

FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEA – Instituto de Economia Agrícola

LUPA – Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PIB – Produto Interno Bruto

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAA/SP – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SPAT – Sistema de Produção de Água do Alto Tietê

UPA – Unidade de Produção Agropecuária

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Grupos ocupacionais.....	28
Quadro 2 - Principais diferenças entre associação e cooperativa.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios do Alto Tietê que possuem áreas de proteção aos Mananciais	37
Tabela 2 - Características dos reservatórios que compõem o sistema produtor Alto Tietê	49
Tabela 3 - Ranking de área plantada do Alto Tietê	51
Tabela 4 - Lista das culturas da cidade de Mogi das Cruzes que estão na liderança de área cultivada no Estado de São Paulo	52
Tabela 5 - Evolução do perfil agrícola da região do Alto Tietê entre 1995/1996 e 2007/2008	54
Tabela 6 - Produto Interno Bruto dos municípios a preços correntes (mil reais) – Alto Tietê	55
Tabela 7 - Valor adicionado bruto dos municípios a preços correntes (mil reais)	56
Tabela 8 - Produto e Renda - participação da agropecuária no total do valor adicionado no período de 1999 a 2009 (em %)	56
Tabela 9 - Evolução do perfil agrícola do município de Arujá entre 1995/1996 e 2007/2008	58
Tabela 10 - Evolução do perfil agrícola do Município de Biritiba-Mirim entre 1995/1996 e 2007/2008	60
Tabela 11 - Evolução do perfil agrícola do município de Ferraz de Vasconcelos entre 1995/1996 e 2007/2008	62
Tabela 12 - Evolução do perfil agrícola do município de Guararema entre 1995/1996 e 2007/2008	64
Tabela 13 - Evolução do perfil agrícola do Município de Guarulhos entre 1995/1996 e 2007/2008	66
Tabela 14 - Evolução do perfil agrícola do município de Itaquaquetuba entre 1995/1996 e 2007/2008	68
Tabela 15 - Evolução do perfil agrícola do município de Mogi das Cruzes entre 1995/1996 e 2007/2008	70
Tabela 16 - Evolução do perfil agrícola do município de Poá entre 1995/1996 e 2007/2008	72

Tabela 17 - Evolução do perfil agrícola do Município de Salesópolis entre74 1995/1996 e 2007/2008	
Tabela 18 - Evolução do perfil agrícola do Município de Santa Isabel.....76 entre 1995/1996 e 2007/2008	
Tabela 19 - Evolução do perfil agrícola do município de Suzano entre 1995/1996 ...78 e 2007/2008	
Tabela 20 - Características das instituições pesquisadas no Alto Tietê.....88	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa que apresenta as propriedades familiares nos municípios.....	18
Figura 2 - Desenho da problematização.....	20
Figura 3 - Mapa da região metropolitana de São Paulo	25
Figura 4 - Percentual da população urbana, fazenda rural e população rural	29
não agrícola dos EUA, 1890-2000	
Figura 5 - Bases de sustentação das iniciativas de desenvolvimento local.....	33
Figura 6 - Mapa das áreas de mananciais da região metropolitana do Estado	38
de São Paulo	
Figura 7 - Estrutura da bacia hidrográfica do Estado de São Paulo	48
Figura 8 - Sistema produtor do Alto Tietê	48
Figura 9 - Participação da agropecuária no PIB do município de Arujá.....	59
Figura 10 - Participação da agropecuária no PIB do município de Biritiba-Mirim.....	61
Figura 11 - Participação da agropecuária no PIB do município de Ferraz.....	63
de Vasconcelos	
Figura 12 - Participação da agropecuária no PIB do município de Guararema.....	65
Figura 13 - Participação da agropecuária no PIB do município de Guarulhos	67
Figura 14 - Participação da agropecuária no PIB do município de Itaquaquecetuba	69
Figura 15 - Participação da agropecuária no PIB do município de Mogi das Cruzes	71
Figura 16 - Participação da agropecuária no PIB do município de Poá	73
Figura 17 - Participação da agropecuária no PIB do município de Salesópolis	75
Figura 18 - Participação da agropecuária no PIB do município de Santa Isabel	77
Figura 19 - Participação da agropecuária no PIB do município de Suzano.....	79
Figura 20 - Bases de sustentação das iniciativas de desenvolvimento local do Alto Tietê	100
Figura 21 – Bases do Fortalecimento e Fragmentação do Alto Tietê.....	103

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
1 INTRODUÇÃO	16
1.1 ORIGEM DA PESQUISA.....	16
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	16
1.3 OBJETIVOS.....	21
1.3.1 Objetivo geral.....	21
1.3.2 Objetivos específicos.....	21
1.4 JUSTIFICATIVA.....	21
1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	22
2 DA GESTÃO METROPOLITANA AO DESENVOLVIMENTO RURAL DO ALTO 24 TIETÊ	
2.1 GESTÃO METROPOLITANA.....	25
2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E RURAL.....	30
2.2.1 Desenvolvimento rural.....	34
2.3 CONFIGURAÇÃO DO ALTO TIETÊ.....	35
3 METODOLOGIA	40
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	40
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	41
3.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	42
3.4 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	43
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	44
4.1 A FORMAÇÃO DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES.....	44
4.2 A BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ.....	47
4.3 O PROJETO LUPA NO ALTO TIETÊ.....	50
4.3.1 Perfil por município do alto tietê.....	57
4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AO PRODUTOR RURAL.....	79
4.4.1 Iniciativas federais.....	79
4.4.2 Iniciativas estaduais.....	81
4.4.3 Iniciativas regionais – Alto Tietê.....	81
4.4.4 Avaliação sobre políticas públicas de incentivo ao produtor rural.....	81
4.4.5 O perfil do atual agricultor rural.....	83
4.5 RESULTADOS E PERCEPÇÕES DOS GESTORES AGRÍCOLAS E PRODUTORES RURAIS DO ALTO TIETÊ.....	84
4.5.1 Associações e cooperativas.....	87
4.5.2 Poder público, sindicatos e instituições de apoio.....	93

5 CONCLUSÕES	100
REFERÊNCIAS.....	104
APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO

1.1 Origem da pesquisa

A origem da pesquisa está relacionada ao interesse do pesquisador em estudar a situação atual e perspectiva de futuro da manutenção do cinturão verde do Alto Tietê, localizado na Região Metropolitana de São Paulo.

Bacharel em Administração de Empresas, o pesquisador também possui pós-graduação em Gestão Empresarial, e é morador desta região há 35 anos.

Assim sendo, o pesquisador acompanhou o crescimento da região do Alto Tietê, em destaque a cidade natal de Mogi das Cruzes, onde sempre permeou a atividade agrícola como um dos pilares econômicos desta região. E esta importância torna-se maior à medida que a urbanização espalha-se pelo território, diminuindo a utilização do solo para fins agrícolas e dificultando a preservação das áreas verdes.

Com esta visão e experiência, o pesquisador se propôs a realizar uma investigação sistemática, da dinâmica do funcionamento do cinturão verde, assim como as causas do fortalecimento e fragmentação, e suas perspectivas e ameaças na manutenção da existência deste fenômeno, e como consequência também foi avaliada sua contribuição no desenvolvimento regional do Alto Tietê.

O trabalho também aborda a gestão das propriedades rurais e a compreensão da agricultura como um dos vetores da economia do Alto Tietê e a sua possível contribuição no desenvolvimento da regionalidade.

1.2. Problematização

Para Marcílio (2000) a dinamização paulista ocorre através do comércio interno e das articulações com outras regiões e, ao contrário de afirmações tradicionais que sempre enfatizaram o despovoamento da capitania de São Paulo no século XVIII, a autora conclui que houve um forte crescimento demográfico, superior a 400% neste período.

Para Grimberg (1992) a história da agricultura no Alto Tietê tem origem nos primeiros anos da colonização portuguesa. Sua história está marcada pela busca de ouro e a necessidade de desenvolver povoamentos ao longo desta região. É somente no final do século XIX que a agricultura tem início a uma transformação, e começa a ser viável financeiramente, em função da quebra e venda das fazendas de café, da rede de transporte em expansão e a atração que a expansão do mercado consumidor de São Paulo e do litoral. Para o Alto Tietê migrou principalmente a população de origem japonesa, que segundo Grimberg (1992), um historiador da região, foi motivado pelas oportunidades de desenvolverem suas atividades e empreendimentos, levando adiante a aquisição de terras em alguns trechos dos municípios de Taubaté, Jacareí, São José dos Campos e principalmente Mogi das Cruzes. A Região do Alto Tietê está estrategicamente localizada, e conta com os maiores mercados brasileiros: a região metropolitana de São Paulo e ainda que um pouco mais distante, o Rio de Janeiro, com esses dois grandes mercados sob suas miras, a ascensão social e econômica foi promissora provocando a transformação do que se convencionou chamar de “cinturão caipira” para “cinturão verde”.

Moraes (1990) menciona que a instalação dos japoneses na região foi favorecida pela seguinte situação:

Clima saudável onde inexistem doenças assustadoras, o baixo valor da terra, a possibilidade de uma ‘agricultura de jardinagem’ e a proximidade de um centro consumidor de produtos como São Paulo foram às causas que trouxeram os imigrantes para a região. (MORAES, 1990, p. 30).

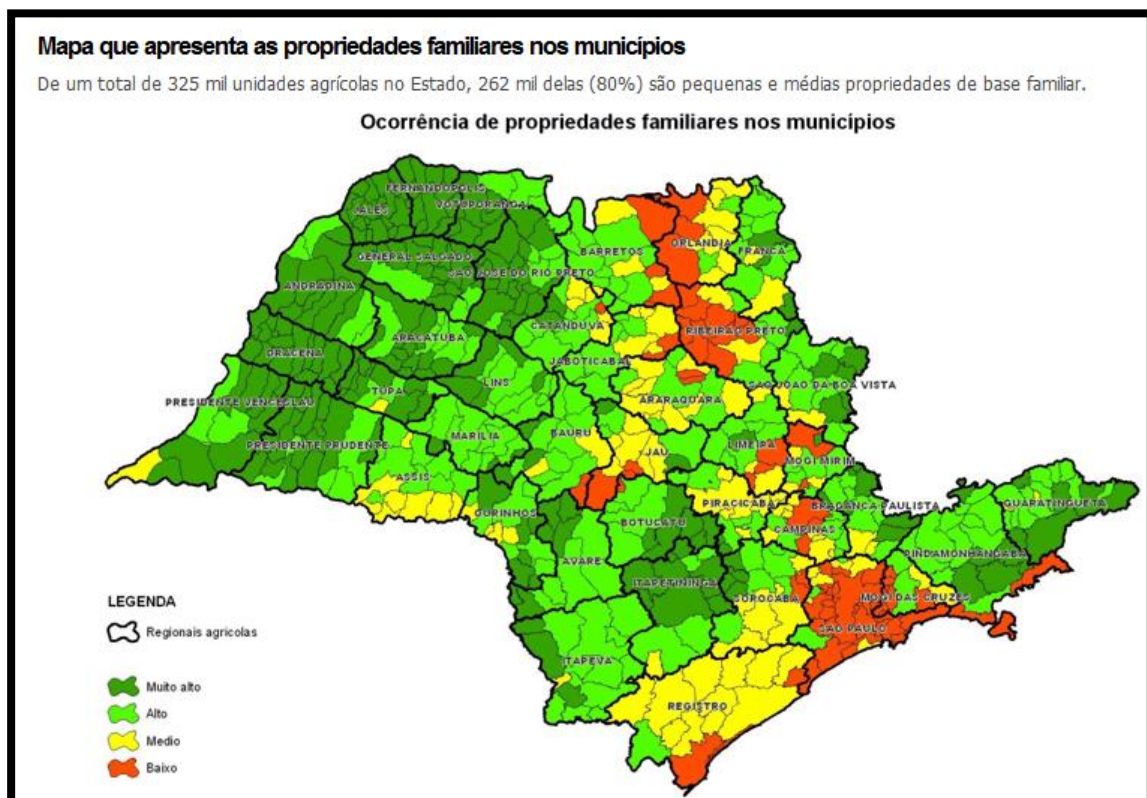
O Alto Tietê contribui significante para o abastecimento de produtos agrícolas para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Esta Região é composta por 11 cidades (Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano), denominada como subregião Leste. Com população total de 2.663.739 habitantes, representa 13,5% da população da RMSP. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009).

Esta região é uma das mais importantes do País na produção de hortifrutícolas, com cerca de 1300 toneladas diárias de hortifrutigranjeiros e flores, abastecendo 35% do mercado consumidor da Região Metropolitana de São Paulo (55% do volume destes produtos no CEAGESP) e 5% do Rio de Janeiro. A região do Alto Tietê possui 3.500 propriedades rurais, sendo 75% constituídos de pequenos

produtores (até 5 hectares), 20% de médios e 5% de grandes produtores. (SÃO PAULO, 2012a). A fruticultura apresenta como principais espécies a nêspera e o caqui, com 180 produtores ocupando 1.451 hectares (1.271 ha de caquis e 180 ha de nêsperas). A região responde por 80% da produção nacional de caquis, com um volume anual de 50 mil toneladas. (SINDICATO RURAL DE MOGI DAS CRUZES, 2012).

Algumas destas informações podem ser confrontadas com os dados da LUPA, projeto do Governo do Estado de São Paulo que visa fornecer um amplo quadro da agropecuária paulista nos seus mais variados aspectos. Pelo Projeto Lupa O Alto Tietê é composto por 4.852 propriedades produtivas agrícolas, com ocupação total de 72 mil hectares. E na fruticultura com ocupação de 2,8 mil hectares, entretanto na produção específica de caqui e nêspera são 1,6 mil e 0,2 mil hectares respectivamente. (SÃO PAULO, 2012a).

Figura 1 - Mapa que apresenta as propriedades familiares nos municípios



Fonte: São Paulo (2012a).

A CATI oficialmente não dispõe de informações sobre os critérios que definem a classificação das propriedades, entretanto conforme entrevista com o Diretor da CATI Regional de Mogi das Cruzes, o mesmo disse que propriedades de 0,1 a 5

hectares são consideradas pequenas, de 11 a 100 hectares como médias e acima de 100 hectares são grandes.

A partir da industrialização do Brasil, com maior ênfase na década de 1950, com o famoso plano de 50 anos em 5, a agricultura torna-se, cada vez mais, uma atividade marginalizada, e acolhedora de força de trabalho volátil.

Todos somos vítimas dessa ficção oficial de que o Brasil será 90% urbano por volta de 2010, e inteiramente urbano por volta de 2030. Mas ninguém tem direito de desconhecer a imensa desigualdade que existe entre o Brasil urbano e o Brasil rural. Uma desigualdade que se manifesta principalmente nas oportunidades, nas escolhas, nas opções e, sobretudo, nos direitos que podem ser efetivamente exercidos por essas duas partes da população. (VEIGA, 2003, p. 43-44).

Para Marques (2002, p. 6) a população pobre, como alternativa, busca sobreviver e manter-se dignamente através do acesso e da exploração da terra.

Becker e Wittmann (2008, p. 28) ressaltam a polivalência da força de trabalho camponesa que visa complementar a renda e que acaba por consequência mantendo-os ligados a terra.

De acordo com Lamarche (1993), a agricultura familiar, equivocadamente, sempre esteve associada à pobreza no meio rural e a ingerência no uso dos fatores produtivos, o que não corresponde à verdade, pois esta modalidade de produção agrícola, na maioria das vezes, é extremamente eficiente na combinação de seus fatores produtivos. Ainda que não possua renda elevada, e encontre dificuldades para obter financiamentos públicos, a agricultura familiar demonstra capacidade de sobrevivência e flexibilidade para enfrentar também a baixa escolaridade e ausência de poupança mínima.

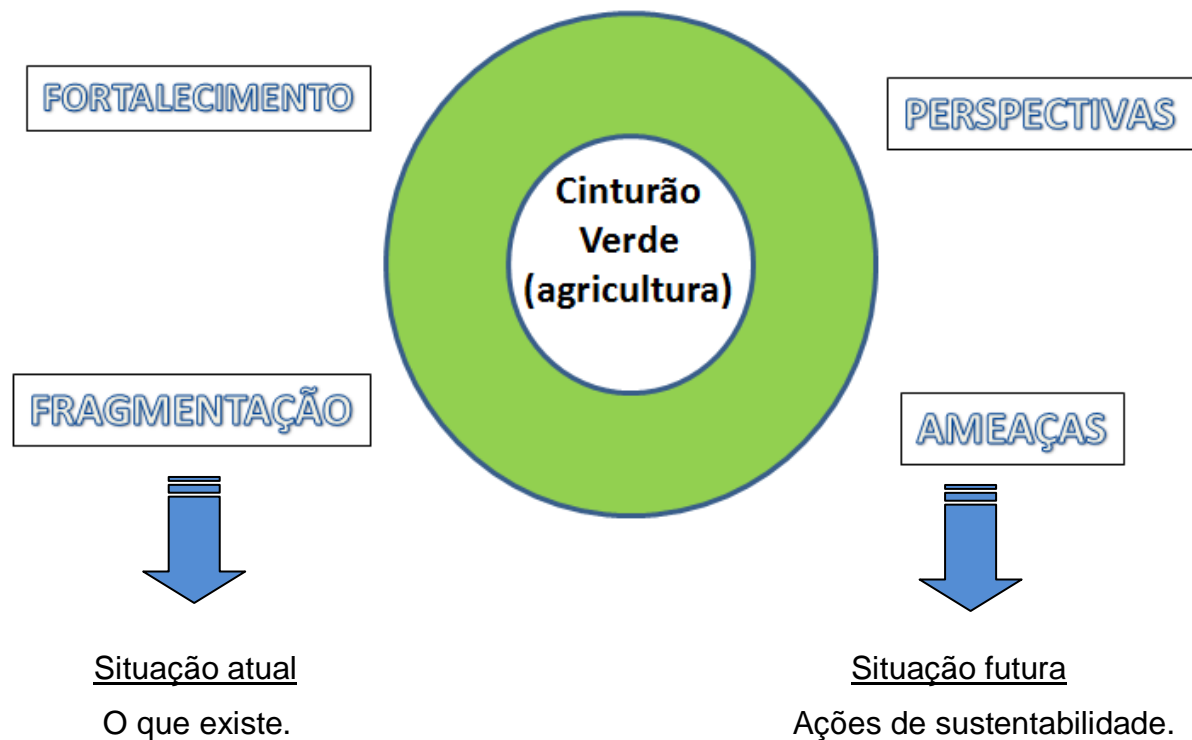
Outro aspecto a ser observado na agricultura familiar é o envelhecimento natural dos produtores e a ausência de interesse da nova geração, desta forma estabelece-se um cenário de insegurança acerca de como será a continuidade desta cultura. Ainda há o encarecimento da terra e a descontinuidade de políticas públicas que visam a manutenção e incentivo, principalmente, aos pequenos produtores, o que provoca desestímulo e dúvidas desses profissionais do campo.

Segundo Abramovay (1999), as políticas públicas podem fortalecer a criação de novas unidades familiares no meio rural, e com isso, obter mais sucesso quanto às oportunidades de intensificação de suas ligações dinâmicas e diversificadas com

as cidades. O mesmo, ainda ressalta que a nova dinâmica territorial pressupõe uma formulação de políticas públicas descentralizadas que prestigiem os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento.

A pesquisa buscou identificar, a dinâmica da agricultura familiar na formação do Cinturão Verde, assim como relatar suas perspectivas e ameaças na manutenção da existência deste fenômeno, e conseqüentemente sua contribuição no desenvolvimento regional do Alto Tietê. Utilizaremos o conceito de fragmentação como aspectos de enfraquecimento das atividades agrícolas da região.

Figura 2 - Desenho da problematização



Fonte: elaborado pelo autor.

Portanto, a presente pesquisa teve como propósito fornecer respostas aos seguintes problemas:

A – Quais são os principais fatores de fortalecimento e fragmentação do cinturão verde do Alto Tietê?

B – Quais as principais ações praticadas visando ao desenvolvimento sustentável do referido cinturão verde?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

A pesquisa busca identificar as causas do fortalecimento e fragmentação do cinturão verde paulista, assim como relatar suas perspectivas e ameaças na manutenção ou crescimento da existência deste fenômeno.

1.3.2. Objetivos específicos

Os objetivos específicos estão apresentados, sendo que os dois primeiros são vinculados à questão de pesquisa “A” e o último à questão “B”:

1. Relatar as perspectivas da produção agrícola da região do Alto Tietê, na ótica dos representantes das Associações dos Agricultores;
2. Identificar as ações de incentivo à Agricultura da região;
3. Identificar as ações praticadas e em andamento de sustentabilidade e preservação do cinturão verde do Alto Tietê.

1.4 Justificativa

O estudo busca contribuir para um melhor conhecimento das perspectivas e ameaças para o futuro da agricultura principalmente a agricultura familiar. Privilegiou-se a confrontação dos dados secundários referentes à dinâmica do cinturão verde com as opiniões acerca do assunto das lideranças dos produtores agrícolas e dos gestores das instituições públicas envolvidas na questão agrícola da região do Alto Tietê. Ao mesmo tempo, deseja-se contribuir com os estudos sobre os aspectos regionais vinculados ao desenvolvimento desta região.

A Região Metropolitana de São Paulo representa 46% da população do Estado de São Paulo, e por esta razão torna-se ainda maior a necessidade de discutirmos o processo de abastecimento e escoamento da produção agrícola para esta região.

O entendimento do conflito do urbano frente ao agrícola, segundo Veiga (2007), demonstra que a convivência de ambos os interesses precisa ser cada vez mais harmônica e financeiramente viável para a convivência das duas situações.

O desenvolvimento local é enfatizado e de certa forma é um transbordamento do crescimento e aprimoramento do pequeno agricultor.

O desenvolvimento sempre foi visto como processo que chega a uma região ou desce de esferas superiores, sob a forma de investimentos públicos ou instalação de empresas privadas. A modernização, no sentido amplo de geração de emprego e renda, valorização da pequena e média empresa, combate à pobreza, redução das desigualdades, provimento de políticas públicas de qualidade, tende a ser vista como dinâmica que vem de fora e que a comunidade espera de forma passiva. (INSTITUTO CIDADANIA, 2006).

Assim, este trabalho identifica a visão das lideranças dos produtores rurais, dos gestores dos sindicatos e instituições de apoio à agricultura, e também a visão dos gestores das instituições públicas relacionadas a esta atividade. Diante da existência do cinturão verde do Alto Tietê, destaca-se o que o fortalece e quais os fatores de fragmentação, além das perspectivas e ameaças para a manutenção ou crescimento da existência do cinturão verde desta região.

1.5 Delimitação do estudo

Esta pesquisa está baseada na obtenção de dados secundários relativos ao Projeto Lupa, e nas opiniões dos representantes das Associações e Cooperativas dos produtores rurais e dos gestores, do poder público, dos sindicatos, e das instituições de apoio à atividade agrícola do Alto Tietê. Considerando a existência do cinturão verde, foram realizadas entrevistas com estes atores onde foram solicitadas informações sobre a situação atual, e evolução recente da atividade agrícola da região do Alto Tietê. Segue relação das instituições pesquisadas que participam do Conselho Regional do Desenvolvimento Rural Sustentável de Mogi das Cruzes e Alto Tietê:

- a) Sindicato Rural de Mogi das Cruzes;
- b) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mogi das Cruzes e Região;

- c) CATI EDR – Mogi das Cruzes;
- d) FATEC de Mogi das Cruzes;
- e) Associações e Cooperativas dos produtores rurais.

Assim sendo, os atores pesquisados foram divididos em três grupos, sendo que todos eles são membros titulares do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável de Mogi das Cruzes: a) gestores do poder público; b) gestores dos sindicatos (Patronal e Trabalhadores), e das instituições de apoio à atividade agrícola; c) produtores rurais através dos seus representantes das Associações e Cooperativas Agrícolas.

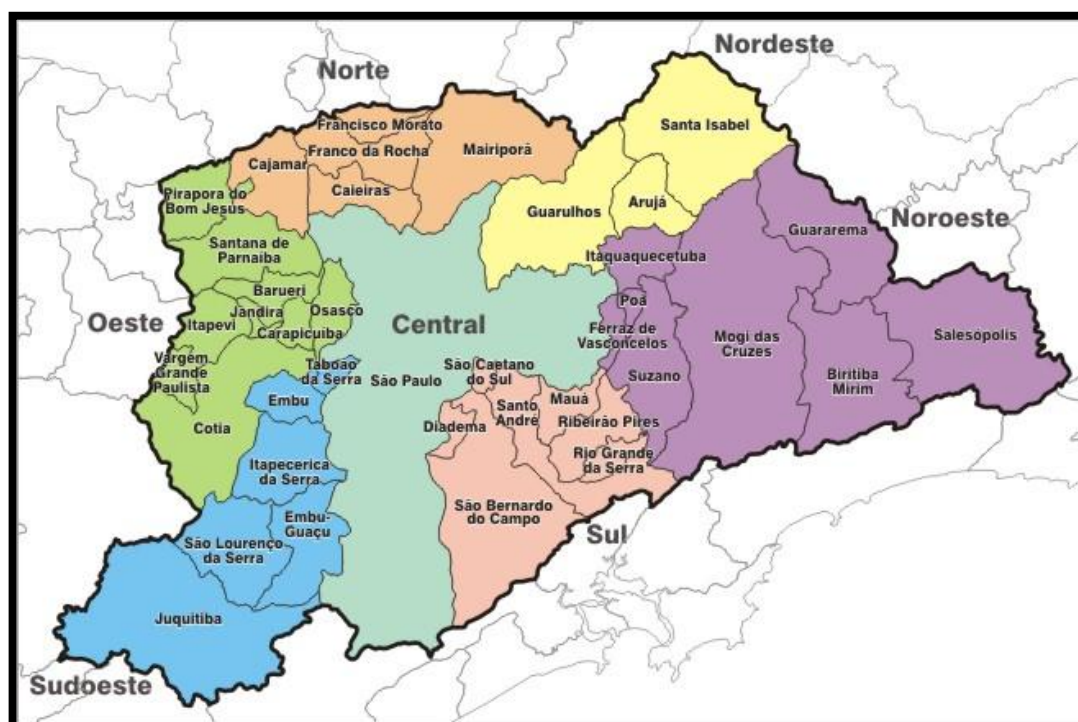
2 DA GESTÃO METROPOLITANA AO DESENVOLVIMENTO RURAL DO ALTO TIETÊ

Este capítulo está dividido em quatro tópicos. Como pano de fundo o trabalho aborda as questões agrícolas da Região Metropolitana de São Paulo, aqui denominada como cinturão verde do Alto Tietê. Primeiramente é feita uma breve explanação sobre a gestão metropolitana da RMSP, que busca promover a integração entre o Estado e os municípios, e visa por em prática a determinações da lei complementar nº 1.139, de 16 de junho de 2011. Em seguida, apresenta-se a teoria necessária para o entendimento de desenvolvimento local e rural. Outro tema relacionado neste tópico é sobre o conflito entre o urbano e o rural, destacando-se a convivência destas duas realidades da mobilidade social.

O território ambiental ou território-ambiente ou território externo compreende: a. Fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, tecnológicos, institucionais, espaciais, etc.; b. Mercado, clientes, fornecedores, agencias reguladoras, etc.; c. Concorrentes, novos entrantes ou entrantes potenciais, produtos substitutos, fornecedores e compradores; d. Acionistas, força de trabalho, fornecedores e clientes; e. Interessados (*stakeholders*). (FISCHER, 2002, p. 37).

O terceiro tópico aborda a caracterização do Alto Tietê, seus municípios, e suas principais atividades econômicas. Destaque para o projeto Lupa que traz o mapeamento das atividades agrícolas desta região. No quarto tópico, serão apresentados fatores que caracterizam o cinturão verde da RMSP, e a realidade da agricultura na região como agente do desenvolvimento rural local e as relações comerciais e de cooperação destes atores com o poder público, cooperativas, e entidades de classes.

Figura 3 - Mapa da região metropolitana de São Paulo



Fonte: São Paulo (2012b).

As cidades que estão representadas pela cor roxa e amarela, que são respectivamente, Guarulhos, Arujá, Santa Isabel, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Suzano, Mogi das Cruzes, Gurarema, Biritiba-Mirim e Salesópolis, compõem a subregião leste da Região Metropolitana de São Paulo e é aqui estudada como a região do cinturão verde do Alto Tietê.

2.1 Gestão metropolitana

A partir dos anos 1980, a crise do Estado questionou o *status quo* da burocracia pública. Como afirmam Longo (2002) e Pacheco (2003), os tradicionais atores da administração pública – políticos e burocratas - têm lógicas de ação incompatíveis com o novo cenário, marcado pela restrição de recursos financeiros, pela complexidade e diversificação da produção de serviços públicos e, em particular, pela crescente demanda, por parte da sociedade, por eficácia e eficiência.

A Lei Complementar n. 14, de 1973, que criou as primeiras Regiões Metropolitanas no Brasil, demonstrava desde início sua preocupação com o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, segundo Pereira (2009), a Reforma Gerencial do Estado coloca acento, sob o ângulo da gestão pública, na distinção entre a forma burocrática e a forma gerencial. Assim, enquanto, segundo o autor, a forma burocrática está baseada no controle por supervisão direta, em regulamentos precisos e na auditoria de procedimentos, a forma gerencial baseia-se na responsabilização por resultados, na competição administrada por excelência, na responsabilização social e na auditoria de resultados.

Ainda, segundo Pereira (2009), não se trata de mudanças radicais, porque antigas formas não são abandonadas, apenas perdem importância relativa, mas a mudança da ideia de controle para responsabilização mostra que a abordagem é diferente.

Para Spink, Teixeira e Clemente (2009) a gestão metropolitana possui uma complexidade oriunda da própria aglomeração territorial, cujo fenômeno da conurbação aproxima geograficamente as respectivas regiões, porém estabelece desafios de convivências entre as cidades e estabelece uma nova forma de gestão e articulação entre os governos pertencentes a esta realidade.

A expressão conurbação foi criada em 1915, para chamar atenção para a continuidade do urbano e para os desafios da gestão de serviços públicos e de planejamento urbano que isso representa. Em geral, entende-se por conurbação uma agregação policêntrica na qual os diferentes espaços urbanos se juntam, em razão do crescimento de centros independentes e, como consequência, torna-se uma fonte geradora de novas questões trazidas por sua territorialidade complexa. Inúmeros são os exemplos, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, de situações nas quais um lado da rua pertence a uma jurisdição e o outro a outra; ou de uma casa ser enquadrada numa categoria de zoneamento residencial e a casa vizinha, numa outra jurisdição, fazer parte de um zoneamento comercial. (SPINK; TEIXEIRA; CLEMENTE, 2009, p. 455).

Partindo do pressuposto que nas esferas federal e estadual de governo esses desafios são consideráveis, na esfera local são mais evidentes, considerando a carência de capacidade para produzir perfis diretivos na proporção requerida pelas demandas decorrentes do processo de descentralização. (ABRUCIO, 2006).

A gestão metropolitana busca ao mesmo tempo aproximar dos interesses e necessidades locais e otimizar os recursos disponíveis para tanto, porém ainda deparamos com pouca autonomia na gestão de verbas públicas. (DOWBOR, 2004).

Dowbor ainda afirma que as metrópoles se tornaram âncoras dos segmentos globalizados da economia, porém no Brasil ainda temos uma estrutura centralizada no Estado nacional, onde apenas 15% da verba estão na mão dos gestores locais. Enquanto na Suécia 72% dos recursos públicos são administrados pelos municípios. O autor ainda destaca que o orçamento no Brasil está distante das pessoas, dos problemas e das necessidades regionais. O Estado nacional tornou-se grande demais para as pequenas coisas e pequeno demais para as grandes. (DOWBOR, 2010).

A visão tradicional seria de que os municípios constituem a base de uma pirâmide, e esta “verticalidade” teórica está profundamente ancorada nas nossas convicções. Na realidade, as novas orientações apontam para a articulação horizontal dos atores sociais dentro do município, e para as formas intermunicipais de gestão (por exemplo, consórcios intermunicipais de saúde, comitês de bacias hidrográficas, conselhos regionais de desenvolvimento, redes de cidades-irmãs), permitindo articulações regionais complexas. O resultado é que as próprias comunidades deixam ser “pequenas demais” para serem viáveis, pois podem se articular de maneira criativa e diferenciada nas diversas territorialidades. O ponto chave aqui é a iniciativa, o sentimento de apropriação das políticas, que é devolvido ao espaço local, onde as pessoas podem participar diretamente, pois conhecem a realidade e a escala de decisão coincide com o seu horizonte de conhecimento. (DOWBOR, 2010, p. 52).

A discussão está mantida na busca de encontrar como a gestão metropolitana pode proporcionar as pessoas acesso as decisões das políticas públicas e que as mesmas possam refletir as necessidades locais.

No estudo de Putnam sobre a Itália o mesmo menciona que o conceito de desempenho institucional baseia-se num modelo simples de governança: a) demandas sociais; b) interação política; c) governo; d) opção de política; d) implementação. (PUTNAM, 2005, p. 24).

Há de destacar-se ao longo deste estudo que o desenvolvimento local, ocorre quando existe sinergia entre as instituições públicas das três esferas, federal, estadual e municipal, atrelada a demanda local. O desempenho institucional mencionado por Putnam pressupõem este poder de articulação. Ainda que o estudo de Rojas (2005) relate a carência de infraestrutura das metrópoles, a atividade agrícola não pode ficar a mercê de políticas públicas ineficientes que pouco contribui para a aproximação do público consumidor e do pequeno produtor rural.

Esta pesquisa explorou as ações existentes para a manutenção e existência do cinturão verde do Alto Tietê, assim como coletar as opiniões dos atores envolvidos com esta atividade, que está composta nas categorias sócio-ocupacionais, conforme apresenta o quadro abaixo.

Quadro 1 - Grupos ocupacionais

Dirigentes	Grandes empregadores Dirigentes do setor público Dirigentes do setor privado
Intelectuais	Profissionais autônomos de nível superior Profissionais empregadores de nível superior Profissionais estatutários de nível superior Professores de nível superior
Pequenos empregadores	Pequenos empregadores
Ocupações médias	Ocupações de escritório Ocupações de supervisão Ocupações técnicas Ocupações de saúde e educação Ocupações de segurança, justiça e correio Ocupações artísticas e similares
Trabalhadores do terciário	Trabalhadores do comércio Prestadores de serviços especializados
Trabalhadores do secundário	Trabalhadores manuais da indústria moderna Trabalhadores manuais da indústria tradicional Trabalhadores manuais de serviços auxiliares Trabalhadores manuais da construção civil
Trabalhadores do terciário não especializado	Prestadores de serviços não especializados Empregadores domésticos Ambulantes e biscateiros
Agricultores	Agricultores

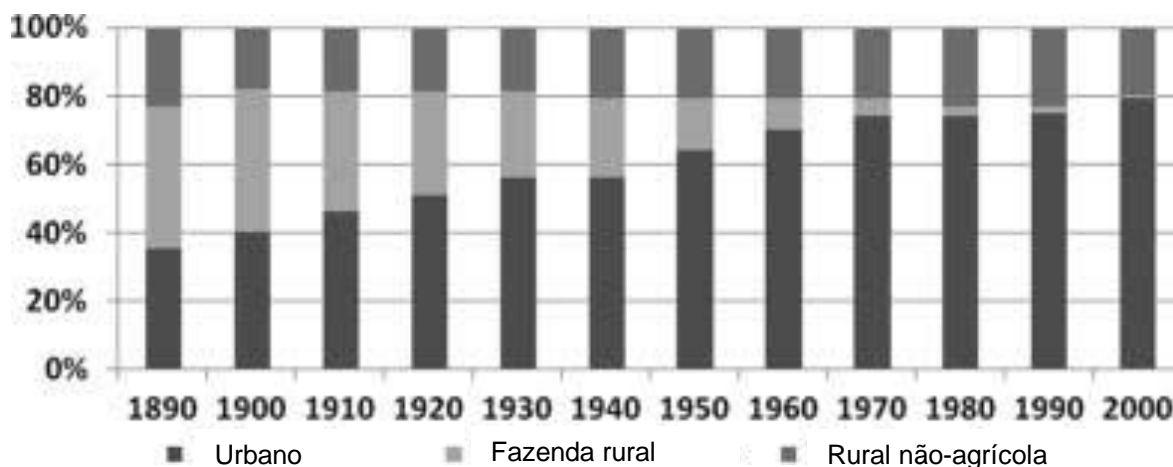
Fonte: Observatório das Metrôpoles (2010).

Quadros (2010) também faz menção às categorias de grupos ocupacionais, e define como a classificação de trabalhadores autônomos agrícolas, este foco do trabalho.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009), a concentração da população que reside em áreas urbanas é um fenômeno crescente no País, a proporção de pessoas nestas áreas passou de 45,1%, em 1950, para 84,4%, em 2010, em relação a 2000, quando o grau de urbanização era de 81,2%, o ritmo de crescimento da população em áreas urbanas desacelera. As diferenças entre o meio urbano e o meio rural no que concerne aos valores de rendimentos são enormes, mesmo considerando-se a importância dos rendimentos não monetários no meio rural.

No estudo de Irwin *et al.* (2010) também se destaca o fenômeno da urbanização nos Estados Unidos, reforçando que a realidade da urbanização não é exclusividade brasileira.

Figura 4 - Percentual da população urbana, fazenda rural e população rural não-agrícola dos EUA, 1890-2000



Fonte: Irwin *et al.* (2010).

Das onze cidades que compõem a região do Alto Tietê, 58% do total da população estão concentradas em apenas duas cidades, Itaquaquecetuba e Guarulhos, sendo que estas cidades apresentam 100% da população como residentes urbanos, ou seja, sem área rural.

Na outra ponta aparecem Salesópolis e Santa Isabel com 36,3% e 21,5% respectivamente das suas populações como residentes rurais, enquanto a média nacional é de 15,7%. Já Mogi das Cruzes destaca-se como a maior cidade em números absolutos da população de residentes rurais que são 30.479 habitantes que representam 7,9% do total da população da cidade. Em resumo somente 1,1% da população da RMSP são consideradas como rural.

Esta realidade é uma demonstração de que a região do Alto Tietê não está distante do cenário nacional e que a preocupação na preservação de áreas agrícolas torna-se cada vez mais um alvo de políticas públicas que possam permitir o desenvolvimento rural e a fixação do homem no campo frente aos avanços da urbanização populacional.

2.2 Desenvolvimento regional e rural

Este trabalho está focado na região do Alto Tietê onde se destaca a atividade agrícola que apresenta grande importância para o abastecimento da RMSP. Como conceito pode-se afirmar que as aglomerações produtivas locais são consequências do uso dos espaços geográficos inseridos em determinado território e que apresentam características de economias de aglomeração. Um exemplo de aglomeração territorial que vem provocando inúmeros estudos, a partir da década de 1970, é o fenômeno das aglomerações econômicas ou produtivas territoriais.

No estudo organizado por França (2002) o mesmo menciona que nos anos 90, em paralelo ao processo de globalização econômica e as iniciativas de políticas de descentralização, o conceito de desenvolvimento local desperta grande interesse, constituindo-se em objeto de diversos estudos. Embora com características e perspectivas diversas, as análises tendem a convergir para o local como um espaço de efetiva atuação de diferentes indivíduos e segmentos sociais na busca do desenvolvimento. Para Vazquez-Barquero (2009) as iniciativas de desenvolvimento local surgiram nos países pobres como resposta de sobrevivência diante da globalização e seus efeitos negativos.

Ao final do século XIX, Marshall (1890), menciona os distritos como as indústrias localizadas que apresentavam condições físicas favoráveis à aglomeração, tais como a natureza do clima e do solo; a existência de recursos ou fácil acesso a eles.

Ressalta-se neste estudo a importância da manutenção, proteção e desenvolvimento das áreas agrícolas, pois as mesmas são responsáveis pelo fornecimento de alimento da população local e para as regiões metropolitanas, onde a concentração populacional faz com que haja gradativamente uma diminuição das áreas de cultivo. Por esta razão as políticas públicas não podem eximir-se da responsabilidade de atuar também nesta questão.

A ausência de políticas de promoção econômica ativa em nível territorial tem impedido a geração de um ambiente competitivo e inovador para as micro e pequenas empresas latino-americanas, sobre a base da articulação em rede das instituições públicas e privadas, que têm responsabilidade no desenvolvimento econômico. A promoção do desenvolvimento econômico local no Brasil precisa do fortalecimento institucional para a cooperação

pública, privada e comunitária, como condição necessária para criar ambientes inovadores territoriais. Como se sabe, a privatização, a abertura de mercados e a desregulação das economias conduzem a uma crescente concentração de capital na esfera privada, diante do qual é preciso reforçar a capacidade dos diferentes sistemas produtivos locais, para igualar as condições de competitividade empresarial e regional, e para atender aos objetivos de coesão social, ao mesmo tempo em que fomenta a produtividade e competitividade das micro, pequenas e médias empresas, as quais são decisivas na geração de emprego e renda para a população. (ALBURQUERQUE LLORENS, 2001, p. 5).

Wittmann, Dotto e Boff (2008) destacam que o desenvolvimento regional, atualmente, alicerça-se em diferentes modelos e fatores que geram práticas e dinâmicas distintas. Estes autores ainda enfatizam que alguns fatores acabam fazendo parte deste desenvolvimento, tais como, a cultura, a tradição, as crenças, os arranjos organizacionais, a liberdade, o capital social e o associativismo, que quando integrados, tendem a potencializar a região.

A ideia de região é antiga. Buscando a etimologia, Emile Benveniste mostra que a palavra *regio* deriva de *rex*, a autoridade que, por decreto, podia circunscrever as fronteiras: *regere fines*. A região não é pois, na sua origem uma realidade natural, mas uma divisão do mundo social estabelecida por um ato de vontade. Tal divisão só não é totalmente arbitrária porque, por trás do ato de delimitar um território, há certamente critérios, entre os quais o mais importante é do alcance e da eficácia do poder de que se reveste o *auctor* da região. Enquanto esse poder é reconhecido, a região por ele regida existe. Em suma, a região, sem deixar de ser em algum grau um espaço *natural*, com fronteiras *naturais*, é antes de tudo um espaço construído por decisão, seja política, sejam da ordem das representações, entre as quais de diferentes ciências. (POZENATO, 2003).

O Estado Federal encontra dificuldades para ser um órgão catalisador do desenvolvimento regional e como defendido por Dowbor (2010), a descentralização brasileira é institucional, e não de recursos, ou seja, ainda temos no âmbito econômico uma centralização dos governos Estaduais e principalmente do governo Federal. Esta realidade dificulta e distancia os recursos disponíveis para a população, ou quando chegam traz consigo a morosidade do atendimento.

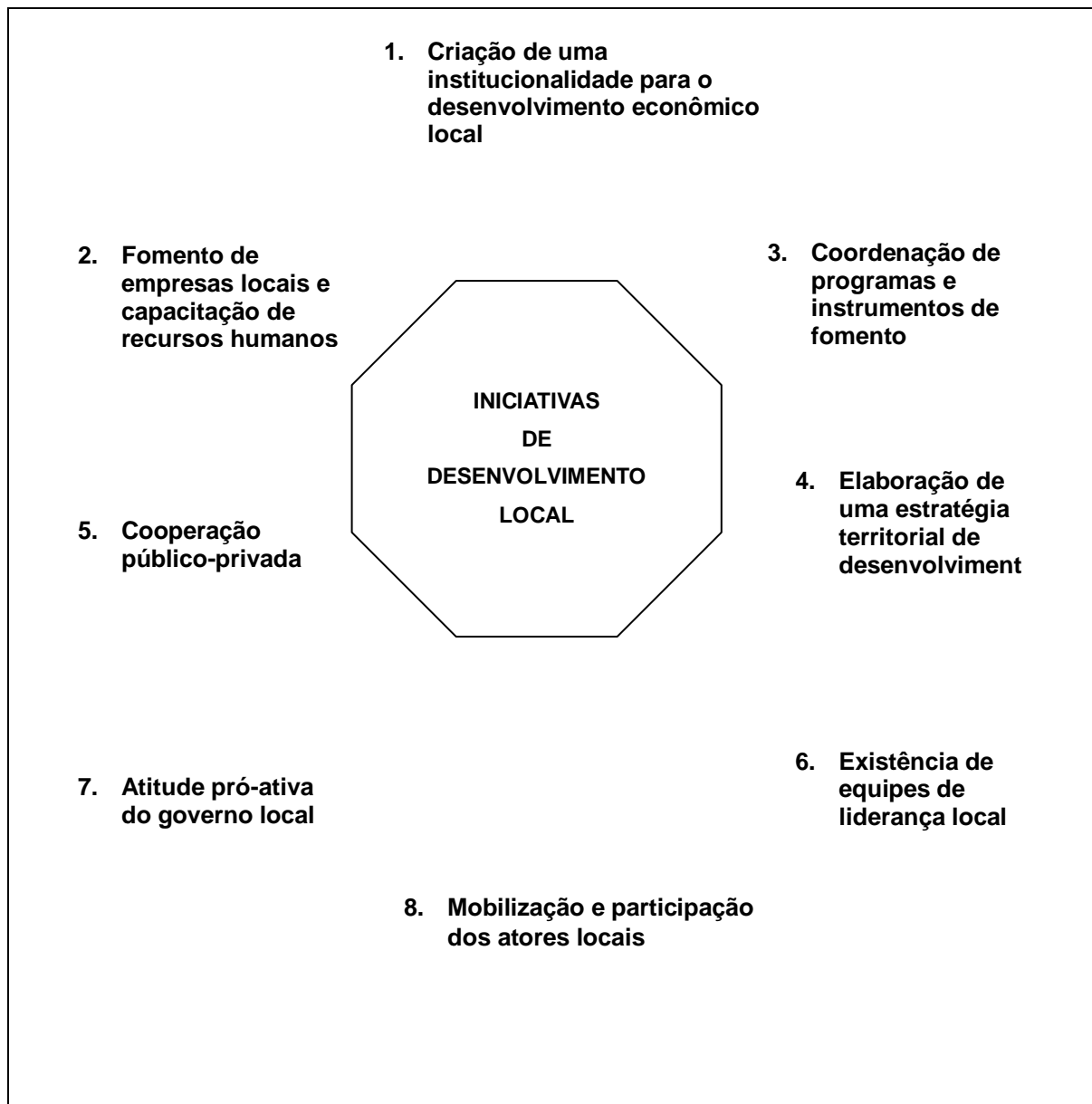
Segundo Irwin (2010) a compreensão do espaço e a regionalização dos problemas econômicos podem ser evidenciados sobre três fatos da vida: (a) de vantagens de recursos naturais, (b) economias de concentração, e (c) custos de

transporte e comunicação. Em outra abordagem estes fundamentos são identificados como (a) mobilidade de fatores imperfeitos, (b) divisibilidade imperfeita, e (c) imperfeita mobilidade de bens e serviços.

Camagni (2003) diz que os rendimentos advindos das aglomerações são frutos dos fatores de: 1. Diversificação de atividade urbana e especialização das unidades econômica; 2. Concentração de bens públicos e bens de capital fixo social, que cria uma forte concentração espacial de externalidades positivas; 3. Alta densidade de contatos devido à proximidade espacial; 4. Redução dos custos de transação, graças também a proximidade.

A figura 5 mostra a esquematização de Albuquerque Llorens (2001) em oito itens destacando como as iniciativas de desenvolvimento local podem proporcionar uma base sólida de desenvolvimento sustentável:

Figura 5 - Bases de sustentação das iniciativas de desenvolvimento local



Fonte: Albuquerque Llorens (2001, p. 8).

Sobre as iniciativas de desenvolvimento local, apresentadas por Albuquerque (2001) podemos confrontar com a realidade de organização da região do Alto Tietê. A figura 5 serviu de base para nossos estudos e guiou nossa pesquisa para a observação pragmática junto aos atores locais.

Conforme defendido no Instituto Cidadania (2012):

Quem estuda e acompanha a produtividade das pequenas unidades rurais da Europa, o peso da pequena e média empresa nos Estados Unidos, o processo de redução de pobreza que ocorre na China e os esforços de inclusão que são empreendidos na Índia adquire uma visão mais realista. Por trás das grandes corporações, existe nos países que estão crescendo e

enfrentando seus dramas sociais e ambientais um imenso leque de pequenas iniciativas locais de desenvolvimento, que naturalmente aparecem pouco por serem pequenas e dispersas, mas que oferecem poderosa sustentação ao conjunto. Pensar que só a grande iniciativa resolve é desconhecer o poder da progressão geométrica. Pequenas iniciativas que se multiplicam se convertem em grandes políticas. Apoiar as iniciativas que surgem na base da sociedade equivale a abrir uma grande avenida para a inclusão produtiva das maiorias. (INSTITUTO CIDADANIA, 2012).

No Alto Tietê podemos constatar iniciativas dispersas, porém estão atreladas atividades semelhantes que no contexto geral constituem o fortalecimento do setor agrícola da região.

2.2.1 Desenvolvimento rural

A região do Alto Tietê apresenta índices efetivos de urbanização o que coloca a agricultura em constante ameaça, em especial, na falta de mão de obra, pois a qualquer movimento do comércio ou indústria há a migração imediata da mão de obra do campo para a cidade.

De acordo com a Agência das Nações Unidas e a RUAF (*Resource Centers on Urban Agriculture & Food Security*) as expressões agricultura urbana ou agricultura intraurbana e periurbana são áreas pequenas situadas dentro das cidades e no entorno dos grandes centros cujo objetivo é a produção para fornecimento nos mercados locais. (MACHADO, 2002, p. 9).

O Alto Tietê está inserido na realidade crescente de urbanização e o setor agrícola, invariavelmente é sufocado por prioridades e interesses urbanos.

As aglomerações urbanas estão-se tornando uma característica dominante em todo o mundo. Do início ao fim do século 20, a representatividade da população urbana mundial em relação ao número total de habitantes, passou de 15% para 50% do total. Em 1800, Londres era a única cidade que possuía um milhão de habitantes; já em 1990, as 100 maiores cidades do mundo acomodavam 540 milhões de pessoas, sendo 220 milhões vivendo nas 20 maiores “megacidades” cuja população excedia a 10 milhões de habitantes, ocupando centenas de milhares de hectares. (MACHADO, 2002).

É importante ressaltar a importância do desenvolvimento rural nas cidades, pois, a atividade agrícola vai além da importância individual de captação de recursos para produtores rurais.

A agricultura urbana desempenha importante papel para modificar a performance ecológica das cidades e um dos maiores contrastes é a perda dos espaços nas cidades para a produção de alimentos. Entretanto, existem várias oportunidades de sanear o ambiente e a ecologia das cidades. O agricultor urbano pode ajudar a criar um microclima adequado, conservar o solo, minimizar o lixo nas cidades, promover a reciclagem de nutrientes, além de melhorar o manejo da água, da biodiversidade, do balanço de O₂ e CO₂ e da consciência dos cidadãos urbanos. (MACHADO, 2002).

A discussão do urbano e o rural parecem estar na pauta das discussões de políticas públicas, e o poder público não pode mais ignorar a necessidade de produção de alimentos e ao mesmo tempo os interesses da urbanização, ou seja, estamos diante de uma nova realidade onde o campo e as cidades precisam viver em harmonia. Conforme mencionado por Mogeout (2011) a agricultura urbana é fonte de renda e acolhedora de mão de obra, forçando as cidades a se reinventarem para todos que nela vivem.

2.3 CONFIGURAÇÃO DO ALTO TIETÊ

A região do Alto Tietê também tem papel importante no abastecimento de água para a Região Metropolitana de São Paulo.

A Bacia Hidrográfica do Alto Tietê - Cabeceiras tem 1.889 km² de área de drenagem e é constituída pelos rios Tietê (desde sua nascente até a divisa com Itaquaquetuba), Claro, Paraitinga, Biritiba-mirim, Jundiaí e Taiapuêba mirim. Nesta bacia, estão presentes os reservatórios Ribeirão dos Campos, Ponte Nova (no município de Salesópolis), Jundiaí (em Mogi das Cruzes), Taiapuêba (na divisa de Mogi das Cruzes e Suzano), Biritiba (em Biritiba-Mirim) e Paraitinga (em Salesópolis), tendo sido os dois últimos recentemente concluídos. Os reservatórios Ponte Nova, Paraitinga, Biritiba Mirim, Jundiaí e Taiapuêba formam o Sistema Produtor Alto Tietê (SPAT), que constitui um sistema em cascata no qual os reservatórios são interligados através de sistemas de túneis e canais, com a finalidade de aumentar a captação de água para abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). As águas provenientes dos reservatórios Ponte

Nova e Paraitinga são parcialmente derivadas para uma estação elevatória, onde são recalçadas até o túnel de interligação Tietê/Biritiba, a partir do qual todo o escoamento é feito por gravidade. Através de sistemas canal-túnel-canál, a água é transferida para o reservatório Jundiá, e, posteriormente, para o reservatório de Taiapuê, onde é feita a captação pela SABESP. O sistema em cascata está em funcionamento desde junho de 1999, e atualmente disponibiliza um total de água de 10 m³/s, desde a entrada em funcionamento dos reservatórios Biritiba e Paraitinga. A meta é disponibilizar até 15 m³/s de água para a RMSP. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, 2012).

Ainda que as questões da água não sejam enfoque deste trabalho destaca-se que o Alto Tietê também é responsável por boa parte do abastecimento de água da RMSP, ou seja, a região reforça sua importância para o crescimento sustentável desta região.

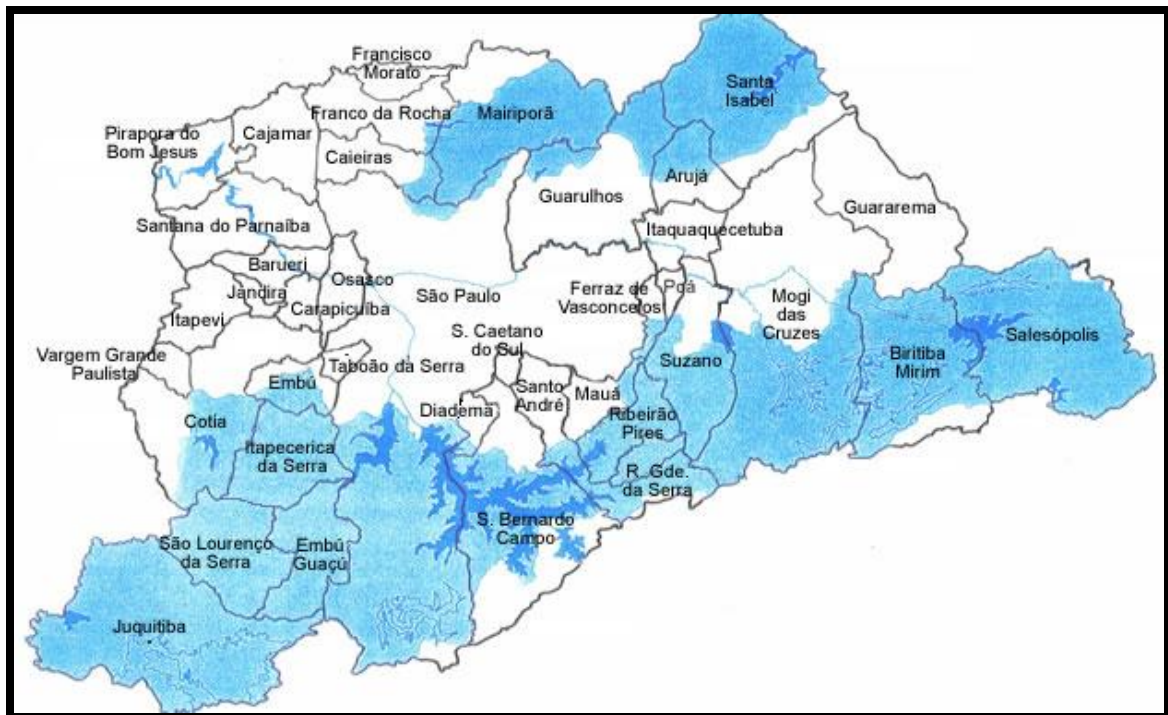
No Tabela 2 estão relacionados os municípios do Alto Tietê que apresentam percentual de área de proteção aos mananciais. Os municípios de Guararema e Itaquaquecetuba não aparecem na tabela, pois os mesmos não possuem área de proteção.

Tabela 1 - Municípios do Alto Tietê que possuem áreas de proteção aos Mananciais

Município	% da área do município em APM¹
Arujá	51%
Bititiba-Mirim	89%
Ferraz de Vasconcelos	40%
Guarulhos	30%
Mogi das Cruzes	49%
Poá	6%
Salesópolis	98%
Santa Isabel	82%
Suzano	72%

Fonte: São Paulo (2012a).

Figura 6 - Mapa das áreas de mananciais da região metropolitana do Estado de São Paulo



Fonte: São Paulo (2012a).

A intenção do trabalho foi também levantar as questões que fazem com que a região do Alto Tietê se destaque perante o crescimento da RMSP. É fundamental que se possa conhecer todo o potencial desta região que está no entorno da grande metrópole. O objetivo é estimular e incentivar os órgãos competentes para que políticas públicas sejam eficientes para a melhoria do desempenho do Agricultor, que sem a ajuda pública, fica em desvantagem em relação ao produtor agrícola de “commodities”.

O solo agrícola constitui outro fator absurdamente subutilizado. Podemos utilizar a cifra de 90 milhões de hectares parados mencionados por membros do governo, os 110 milhões estimados pelo Banco Mundial, ou elevar o número para 150 milhões de hectares se incluirmos o desperdício do solo comodamente disfarçado sob o termo de “pecuária extensiva”. É compreensível a fome em países do Sahel africano. Mas termos dezenas de milhões de desnutridos num país com a disponibilidade de terra, de água e de clima favorável com que a natureza nos brinda, constitui um atestado impressionante de ausência de capacidade de gestão econômica e social. (DOWBOR, 2004).

Refletir as questões de uso do território, principalmente sobre as perspectivas agrícolas é estratégico para o desenvolvimento regional. Soma-se a este tema a discussão sobre a água, assunto fundamental para a sobrevivência das populações. E neste aspecto o Alto Tietê contribui diretamente para ambas as questões e está intrinsecamente ligado à complexidade administrativa e organizacional das metrópoles.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa teve por base a revisão da literatura para a identificação do problema, sendo dividida em duas etapas. A primeira foi a participação do pesquisador, como ouvinte, nas reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Mogi das Cruzes. E no segundo momento foi realizada uma pesquisa exploratória através de entrevista semiestruturada *in loco* com os doze membros titulares do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Mogi das Cruzes, e também do Presidente da COMAT (Cooperativa Mista do Alto Tietê).

Esta pesquisa parte do princípio, conforme Minayo (1997, p. 52), de que o questionamento é que nos permite ultrapassar a simples descoberta para, através da criatividade, produzir conhecimento.

As entrevistas tiveram como finalidade o levantamento de dados da situação atual dos programas de incentivos e as condições de produção local existente no Alto Tietê, assim como verificar a percepção destes membros sobre a trajetória, objetivos, recursos, gestão, e características do setor agrícola, além de analisar uma possível ligação com a Agenda Metropolitana.

Adotou-se a técnica da observação participante, que segundo Minayo (1997, p. 59), se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, o observador, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de poder captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas.

Em primeiro lugar, devemos buscar uma aproximação com as pessoas da área selecionada para o estudo. Essa aproximação pode ser facilitada através do conhecimento de moradores ou daqueles que mantêm sólidos laços de intercâmbio com os sujeitos a serem estudados. (MINAYO, 1997, p. 54-55).

Portanto, esta pesquisa teve uma abordagem essencialmente qualitativa, pois lidou com fatos subjetivos, de natureza social, de rejeição, de aceitação, de autoestima. Porém, eventualmente, utilizou-se também de dados quantitativos, tendo por objetivo demonstrar a “realidade material”, que são o patrimônio físico e as terras onde estão situados o nosso objeto.

Inicialmente imaginou-se desenvolver um estudo somente sobre as opiniões dos produtores rurais, porém se assim fizesse não teria uma visão do todo e não seria possível, de fato, identificar de forma abrangente os aspectos referentes à forças e fraquezas da atividade agrícola da região, assim como a formação do Cinturão Verde do Alto Tietê. A pesquisa exploratória em campo, diretamente com o produtor rural foi realizada, porém interrompida pelo próprio pesquisado, ao descobrir o teor dos questionamentos. E a sugestão feita diante de tais assuntos, foi para que fossemos procurar as opiniões de seus respectivos representantes através das associações existentes. Desta forma optou-se por substituir as opiniões dos produtores rurais pelas opiniões dos representantes, que ora são produtores rurais, porém também exercem acumulativamente o papel de integrantes do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável de Mogi das Cruzes. Mogi das Cruzes é a cidade de maior expressão agrícola do Alto Tietê, e onde a CATI-EDR possui sede regional. E na ausência de um Conselho da região em funcionamento, a cidade de Mogi das Cruzes absorve esta função, ainda que de maneira informal.

3.2. População e amostra

A amostra da pesquisa foi constituída pela totalidade dos membros titulares, que são doze participantes, que compõem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Mogi das Cruzes, divididos entre gestores públicos, gestores de sindicatos e entidades de apoio à agricultura e os produtores rurais. Também tivemos a participação do Presidente da CAMAT durante as entrevistas. Antes de descrever a estratégia utilizada para a seleção destes produtores, é importante salientar que devido à ausência de um Conselho Regional, o Conselho Municipal de Mogi das Cruzes foi escolhido por ser o mais atuante da

região, com reuniões mensais, e o único que apresenta a participação de vários segmentos que envolvem a atividade agrícola do Alto Tietê.

3.3. Instrumentos de pesquisa

Foi utilizada como técnica entrevista *in loco*, através de roteiro semiestruturado. Para isso, foi utilizado um roteiro de entrevista, aplicado aos membros do Conselho de Desenvolvimento Rural de Mogi das Cruzes, divididos em três grupos: a) gestores do poder público; b) sindicatos e instituições de apoio às atividades agrícolas; c) representantes dos produtores rurais através das associações e cooperativas. Para a elaboração destes roteiros, primeiramente foram utilizados alguns critérios adotados pelo LUPA (Levantamento censitário das unidades de produção agropecuária do Estado de São Paulo), e também vinculados aos objetivos da pesquisa.

O roteiro foi apresentado a três gestores da Secretaria de Agricultura de Mogi das Cruzes, onde foi explicado qual o objetivo da pesquisa. Assim, eles opinaram sobre os roteiros, e deram opiniões que, depois de discutidas e julgadas pelo pesquisador e pelo orientador da pesquisa como sendo interessantes, foram utilizadas para alterações do roteiro. Os roteiros foram apresentados a dois produtores rurais participantes do Conselho Municipal, os quais também puderam opinar sobre os roteiros, promovendo algumas adequações. Após esta etapa, iniciaram-se as entrevistas. Assim sendo, os roteiros ficaram divididos em partes:

A. Roteiro de Entrevistas – Gestores do poder público, sindicatos e de instituições de apoio às atividades agrícolas. Conforme já esclarecido anteriormente, este roteiro foi utilizado para as entrevistas com os gestores do Escritório de Desenvolvimento Rural EDR- Mogi das Cruzes, Fatec, Sindicatos e Secretaria de Agricultura de Mogi das Cruzes. Embora o Conselho Municipal tenha a participação de todas estas instituições juntamente com os representantes dos produtores rurais, decidimos pela divisão dos roteiros, pois na prática, os gestores públicos e os produtores rurais estão posicionados em lados diferentes na condução dos assuntos relacionados a suas respectivas atividades.

B. Roteiro de Entrevistas – Representantes dos produtores rurais do Alto Tietê. O roteiro foi utilizado para as entrevistas com os produtores rurais participantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Mogi das Cruzes. As entrevistas abordaram as questões de formação e trajetórias das associações e cooperativas, assim como buscaram obter as opiniões frente às questões de articulação com o poder público, sindicatos e instituições de apoio, além da percepção de futuro no desempenho da atividade agrícola, em especial, na região do Alto Tietê. Também foi abordado nas entrevistas o reconhecimento dos produtores rurais na existência do cinturão verde e suas contribuições para o desenvolvimento de suas respectivas atividades.

3.4 Procedimentos para análise e interpretação dos dados

Primeiramente, foi feita a análise sobre as diferenças na formação das associações e cooperativas, e em seguida uma breve explanação sobre as questões da formação da bacia hidrográfica do Alto Tietê. A pesquisa apresenta dados secundários do Projeto Lupa e visou traçar o perfil do Alto Tietê a partir dos dados disponíveis pelo Lupa. Foi feito um levantamento sobre as políticas de incentivo ao produtor rural. Na sequência uma análise qualitativa das entrevistas que foi dividida entre os gestores do poder público, os gestores dos sindicatos e instituições de apoio às atividades agrícolas e os representantes das associações e cooperativas que participam do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Mogi das Cruzes, mais o representante da CAMAT.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 A formação das cooperativas e associações

A pesquisa, inicialmente tinha a pretensão de coletar informações somente dos produtores rurais. Porém, após fazer uma visita em campo, foi recomendado pelos próprios Agricultores que a forma mais adequada de obter informações relevantes ao trabalho em questão, era entrevistar os seus respectivos representantes, através das Associações e Cooperativas, que ora participava como membros titulares do CDRSMC (Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável de Mogi das Cruzes). Os membros titulares são os respectivos presidentes de cada Instituição ou ainda agricultores associados indicados pela presidência. Os indicados normalmente são pessoas de maior conhecimento técnico e que também demonstram liderança natural na associação ou cooperativa.

São onze associações e uma cooperativa inscritas no CDRSMC.

Os membros titulares são seis:

1. Frutas - AFRUT - Associação Frutícola do Alto Tietê;
2. Hortaliças - APROJUR - Associação dos Produtores Rurais de Jundiapéba e região;
3. Hortaliças - Associação dos Agricultores de Cocuera;
4. Cogumelos - AFAT - Associação dos Fungicultores do Alto Tietê;
5. Pecuária - AAPAT - Associação dos Apicultores do Alto Tietê;
6. Flores - SP Flores - Cooperativa Agrícola Flores de São Paulo.

Os membros suplentes são seis:

1. Frutas - Associação Sul Brasil de Mogi das Cruzes (Capela 11);
2. Hortaliças - Associação Rural de Pindorama;
3. Hortaliças - Associação Rural de Porteira Preta;
4. Cogumelos - AFESP – Associação dos Fungicultores do Estado de São Paulo;
5. Pecuária - PLATA – Pecuária Leiteira do Alto Tietê e Associados;
6. Flores - Associação Cultural Agrícola Itapeti;

A cultura de Hortaliça é representada por duas diferentes Associações devido a particularidades distintas entre elas e também pela importância econômica. Elas estão geograficamente separadas e possuem mercados dispares.

O maior movimento da Cooperativa Agrícola ocorreu na década de 1920 com a criação da Cooperativa Agrícola de Cotia e a Cooperativa Sul Brasil. Ambas tornaram-se as maiores Cooperativas do segmento no Brasil. A falência e encerramento das atividades por volta de 1994, foi um marco na vida dos agricultores e uma mudança significativa na gestão dos negócios agrícolas a partir deste fato. Pela pesquisa não podemos concluir que somente este fato seja responsável por atualmente haver alto índice de rejeição, pelos Agricultores, em criar e participar de novas Cooperativas, porém nas entrevistas realizadas todos os Agricultores que pertencem às Associações, demonstraram desconfiança na real utilidade de se organizarem através de Cooperativas. Segundo o Penteado (2012), Diretor local da EDR-CATI, o produtor organizado, empreendedor ele tem que ter uma Cooperativa, e que os produtores rurais precisam sair do Associativismo. Porque Associação de produtores é um negócio que preserva a cultura, o relacionamento social, a integração entre famílias, mas quem paga a conta? este que é o grande problema.

Enquanto que Abdo (2012), Coordenador de Agronegócio do Sindicato Rural de Mogi das Cruzes, considera que há um paradigma social muito difícil de ser quebrado e este paradigma é que trabalhar através da organização por Cooperativa, não funciona. Para ele, o agricultor atua de maneira coletiva dentro de um treinamento com grande facilidade, mas numa questão mercadológica com muita dificuldade, mas muita dificuldade mesmo.

A seguir, as principais diferenças entre os dois modelos.

Quadro 2 - Principais diferenças entre associação e cooperativa

CRITÉRIO	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
Conceito	Sociedade de pessoas sem fins lucrativos	Sociedade de pessoas sem fins lucrativos e com especificidade de atuação na atividade produtiva/comercial
Finalidade	Representar e defender os interesses dos associados. Estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados. Realizar iniciativas de promoção, educação e assistência social.	Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses dos seus associados. Formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade.
Legalização	Aprovação do estatuto em assembleia geral pelos associados. Eleição da diretoria e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição no cartório de registro de pessoas jurídicas da comarca. CNPJ na Receita Federal. Registro no INSS e no Ministério do trabalho.	Aprovação do estatuto em assembleia geral pelos associados. Eleição do conselho de administração (diretoria) e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição na junta comercial. CNPJ na Receita Federal. Inscrição Estadual. Registro no INSS e no Ministério do trabalho. Alvará na prefeitura.
Constituição	Mínimo de duas pessoas.	Mínimo de 20 pessoas físicas
Legislação	Constituição (art. 50., XVII a XXI, e art 174, par. 2o.). Código Civil	Lei 5.764/71. Constituição (art. 5o. XVII a XXI e art. 174, par 2o.) Código civil.
Patrimônio / Capital	Seu patrimônio é formado por taxa paga pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social. A inexistência do mesmo dificulta a obtenção de financiamento junto às instituições financeiras.	Possui capital social, facilitando, portanto, financiamentos junto às instituições financeiras. O capital social é formado por quotas-partes podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização.
Representação	Pode representar os associados em ações coletivas de seu interesse. É representada por federações e confederações.	Pode representar os associados em ações coletivas do seu interesse. Pode constituir federações e confederações para a sua representação.
Forma de Gestão	Nas decisões em assembleia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.	Nas decisões em assembleia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.
Abrangência / Área de Ação	Área de atuação limita-se aos seus objetivos, podendo ter abrangência nacional.	Área de atuação limita-se aos seus objetivos e possibilidade de reuniões, podendo ter abrangência nacional.
Operações	A associação não tem como finalidade realizar atividades de comércio, podendo realiza-las para a implementação de seus objetivos sociais. Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais.	Realiza plena atividade comercial. Realiza operações financeiras, bancárias e pode candidatar-se a empréstimos e aquisições do governo federal. As cooperativas de produtores rurais são beneficiadas do crédito rural de repasse
Responsabilidades	Os associados não são responsáveis diretamente pelas obrigações contraídas pela associação. A sua diretoria só pode ser responsabilizada se agir sem o consentimento dos associados.	Os associados não são responsáveis diretamente pelas obrigações contraídas pela cooperativa, a não ser no limite de suas quotas-partes e a não ser também nos casos em que decidem que a sua responsabilidade é ilimitada. A sua diretoria só pode ser responsabilizada se agir sem o consentimento dos associados.
Remuneração	Os dirigentes não têm remuneração pelo exercício de suas funções; recebem apenas o reembolso das despesas realizadas para o desempenho dos seus cargos.	Os dirigentes podem ser remunerados por retiradas mensais pró-labore, definidas pela assembleia, além do reembolso de suas despesas.
Contabilidade	Escrituração contábil simplificada.	A escrituração contábil é mais complexa em função do volume de negócios e em função da necessidade de ter contabilidades separadas para as operações com os sócios e com não-sócios.
Tributação	Deve fazer anualmente uma declaração de isenção de imposto de renda.	Não paga Imposto de Renda sobre operações com seus associados. Deve recolher o Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre operações com terceiros. Paga as taxas e os impostos decorrentes das ações comerciais.
Fiscalização	Pode ser fiscalizada pela prefeitura, pela Fazenda Estadual, pelo INSS, pelo Ministério do Trabalho e pela Receita Federal.	Pode ser fiscalizada pela prefeitura, pela Fazenda Estadual (nas operações de comércio), pelo INSS, pelo Ministério do Trabalho e pela Receita Federal.
Dissolução	Definida em assembleia geral ou mediante intervenção judicial, realizada pelo Ministério Público.	Definida em assembleia geral e, neste caso ocorre a dissolução. No caso de intervenção judicial, ocorre a liquidação, não podendo ser proposta a falência.
Resultados Financeiros	As possíveis sobras obtidas de operações entre os associados serão aplicadas na própria associação.	Após decisão em assembleia geral, as sobras são divididas de acordo com o volume de negócios de cada associado. Destinam-se 10% para o fundo de reserva e 5% para o Fundo Educacional (FATES)

Fonte: Veiga e Rech (2001).

O custo para formalizar a criação de uma Associação é menor do que a Cooperativa, além do que a Cooperativa exige maior controle e possui uma regulamentação mais complexa, o que determina o crescimento muito maior na participação dos Agricultores nas Associações do que em Cooperativas. Após a crise da década de 1990 das Cooperativas os Agricultores desenvolveram canais próprios de distribuição e venda, e neste momento, não desejam mudar a atual estrutura logística, para uma administração através de Cooperativa.

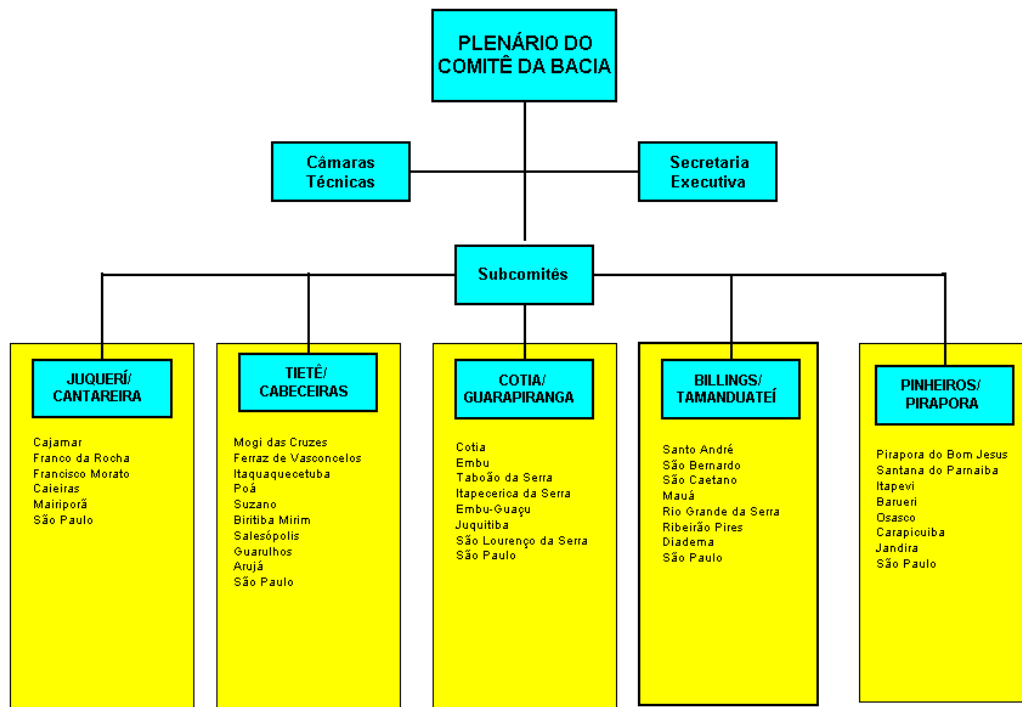
4.2 A Bacia hidrográfica do Alto Tietê

Conforme definição do Governo do Estado de São Paulo, foi criado pela Lei Estadual de Recursos Hídricos, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê é o "parlamento da água" na Região Metropolitana. Todas as questões ligadas aos usos dos recursos hídricos deverão ser debatidas e decididas neste foro democrático, constituído por representantes do Estado, dos 34 municípios da Bacia e das entidades da sociedade civil, com participação paritária. O plenário do Comitê tem 48 membros, com 16 representantes por segmento. (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ, 2011).

É cada vez mais forte o consenso de que a crise da água determina o presente e o futuro da metrópole. A recuperação dos recursos hídricos, a proteção dos mananciais, a redução das inundações e a garantia do pleno abastecimento de água à população são os grandes desafios deste fim de século.

Antes de abordar os detalhes da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê é importante demonstrar a estrutura das bacias hidrográficas do Estado de São Paulo.

Figura 7 - Estrutura da bacia hidrográfica do estado de São Paulo



Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (2011).

A Bacia Hidrográfica do Alto Tietê - Cabeceiras tem 1.889 km² de área de drenagem e é constituída pelos rios Tietê (desde sua nascente até a divisa com Itaquaquecetuba), Claro, Paraitinga, Biritiba-Mirim, Jundiá e Taiacupebamirim. (SÃO PAULO, 2012a).

Figura 8 - Sistema produtor do Alto Tietê



Fonte: Departamento de Águas e Energia Elétrica (2012).

Para alguns produtores a implantação do sistema SPAT trouxe doenças e prejudicou a qualidade dos produtos da região. De qualquer forma o poder público justifica-se na necessidade de preservação e manutenção na produção de água da região e metrópole.

As águas provenientes dos reservatórios Ponte Nova e Paraitinga são parcialmente derivadas para uma estação elevatória, onde são recalçadas até o túnel de interligação Tietê/Biritiba, a partir do qual todo o escoamento é feito por gravidade. Através de sistemas canal-túnel-canal, a água é transferida para o reservatório Jundiá, e, posteriormente, para o reservatório de Taiaçupeba, onde é feita a captação pela SABESP. O sistema em cascata está em funcionamento desde junho de 1999, e atualmente disponibiliza um total de água de 10 m³/s, desde a entrada em funcionamento dos reservatórios Biritiba e Paraitinga. A meta é disponibilizar até 15 m³/s de água para a RMS. Nos reservatórios em cascata, ocorre geralmente uma diminuição dos poluentes ao longo da sistema, pois o reservatório a montante tem o papel de reter parte dos poluentes e nutrientes, levando a uma melhora na qualidade das águas e sedimentos ao longo da cascata. No entanto, ao invés da gradual melhora da qualidade da água ao longo da série de reservatórios do SPAT, tem sido constatado o aumento progressivo dos efeitos da eutrofização (excesso de nutrientes na água, principalmente nitrogênio e fósforo) ao longo do sistema. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, 2012).

Tabela 2 - Características dos reservatórios que compõem o sistema produtor Alto Tietê

	Característica dos reservatórios			
	DATA	Área de Drenagem (km ²)	Área inundada (km ²)	Volume útil (m ³)
Ponte Nova	1972	320	28.07	296x10 ⁶
Paraitinga	2006	184	6.43	35x10 ⁶
Biritiba Mirim	2006	75	9.24	34.40x10 ⁶
Jundiá	1992	116	17.42	60x10 ⁶
Taiaçupeba	1976	224	19.36	87.90x10 ⁶

Fonte: Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes (2012).

O Comitê de bacias do Alto Tietê atua diretamente com as prefeituras que compõem o sistema SPAT, e este alinhamento visa o monitoramento constante das represas e busca evitar ocupações irregulares e depredação do meio ambiente.

Os reservatórios desta bacia foram implantados em áreas onde os solos são ricos em nutrientes, devido aos usos agrícolas e ao desmatamento realizado antes do enchimento das represas. Um dos principais responsáveis pela aceleração do processo de eutrofização é a quantidade de nutrientes com origem nos sedimentos presentes no local onde é construído o reservatório. Os rios e os demais cursos d'água são os principais caminhos para o transporte de nitrogênio e fósforo lagos e reservatórios, pois eles conectam várias fontes pontuais e difusas destes elementos dentro dos mananciais. Atividades como o desmatamento, o cultivo extensivo e a disposição de detritos urbanos, além dos usos agrícolas, industriais e domésticos, causaram aumento, nas últimas décadas, do transporte de nitrogênio e fósforo do meio ambiente terrestre para o aquático. Ao longo do Sistema Produtor Alto Tietê ocorre um aumento progressivo dos efeitos da eutrofização. Desde 1997, as concentrações de variáveis associadas à qualidade da água, tais como o fósforo total e a clorofila, vêm apresentando valores elevados nos reservatórios Jundiá e Taiapuêba, onde florações de cianobactérias (algas azuis produtoras de toxinas que, se liberadas no ambiente e consumidas pelo homem, podem ser prejudiciais à saúde) são constantes. A transferência de água, a partir do primeiro reservatório (Ponte Nova) através de canais com elevadas vazões faz com que grande quantidade de nitrogênio e fósforo seja transportada aos demais reservatórios (Jundiá e Taiapuêba). No período de estiagem, a transferência de água é intensificada, verificando-se elevadas vazões a jusante do reservatório Ponte Nova e no canal Jundiá- Taiapuêba, para garantir a quantidade de água necessária para captação no reservatório Taiapuêba. No período chuvoso verifica-se uma redução nas vazões, com a finalidade de armazenar água no reservatório Ponte Nova, utilizado como reserva para o abastecimento de parte da RMSP. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, 2012).

4.3. O projeto Lupa no Alto Tietê

O Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo é uma ferramenta estatística elaborada pelo Governo do Estado de São Paulo cujo principal objetivo é o controle das propriedades para fins de arrecadação, controle e distribuição de receita do Estado para os municípios.

Foram mapeados no último LUPA 2007/2008, 115 culturas das quais 15 culturas são lideradas, no âmbito de área plantada, pelo Alto Tietê, e mais especificamente pelo município de Mogi das Cruzes.

Tabela 3 - Ranking de área plantada do Alto Tietê

Cidade	Liderança Ranking	UPAS	Total área hectare
Mogi das Cruzes	15	3.486	21.684,1
Salesópolis	0	1.687	13.164,0
Santa Isabel	0	1.438	10.620,7
Suzano	0	1.373	4.223,1
Guararema	0	1.230	11.860,9
Biritiba-Mirim	0	1.081	8.425,7
Arujá	0	336	647,1
Itaquaquecetuba	0	331	753,3
Guarulhos	0	118	408,1
Ferraz de Vasconcelos	0	82	101,9
Poá	0	55	41,0
		11.217	71.929,9

Fonte: São Paulo (2008).

A quantidade de UPAs (Unidades de Produção Agrícola) na Região do Alto Tietê representa 1,9% do total de UPAs do Estado de São Paulo e em área 0,4% do total de hectares do Estado, porém a importância da Região não se destaca pela elevada participação percentual e sim pelo abastecimento de diversas culturas. Há ainda a característica do cultivo em pequenas áreas rurais entre 0,1 a 5 hectares. O perfil desta região é a produção de culturas de ciclo rápido, como hortaliças e leguminosas.

Mogi das Cruzes é a cidade mais antiga da região, cinco anos mais “jovem” do que a capital São Paulo, e onde, no Alto Tietê, exerce liderança natural sobre a atividade agrícola. Pelo projeto LUPA 2007/2008 podemos constatar que Mogi das Cruzes é a única cidade do Alto Tietê que aparece na liderança de algumas culturas. O município está na liderança de quinze culturas das cento e quinze catalogadas pelo LUPA.

Tabela 4 - Lista das culturas da cidade de Mogi das Cruzes que estão na liderança de área cultivada no Estado de São Paulo

Cultura	Mogi das Cruzes			
	UPAS	Área hectare	Plantas número	Ranking de área
Repolho	174	1.676,7	nd	1
Alface	255	1.596,5	nd	1
Pimentão	62	1.056,0	nd	1
Ervas medicinais e aromáticas	34	1.053,3	nd	1
Caqui	336	997,7	243.557	1
Quiabo	12	894,6	nd	1
Cebolinha	46	674,9	nd	1
Couve flor	88	479,5	nd	1
Abóbora	120	346,1	nd	1
Couve	92	320,1	nd	1
Cogumelo	158	235,6	nd	1
Nêspera	162	204,6	53.172	1
Espinafre	28	147,0	nd	1
Pepino	42	96,3	nd	1
Aspargo	16	24,5	258.730	1

Fonte: São Paulo (2008).

Considerando que em média, são cultivadas de 23 a 30 culturas diferentes no Alto Tietê, há destaque em metade das culturas cultivadas o que reforça a importância da região no abastecimento da RMSP. Outro aspecto importante da região as questões do emprego e da permanência do Agricultor no território, sendo que o mesmo também contribui para a preservação e manutenção dos mananciais, através das fontes e riachos existentes dentro e no entorno de suas propriedades. Também evita a degradação da terra, e adicionalmente atua indiretamente como um agente de segurança territorial, uma vez que o Agricultor ocupa o território de forma produtiva.

Através do LUPA foi possível fazer uma tabela comparativa da evolução do perfil agrícola da região do Alto Tietê. Na sequência será apresentado o respectivo cenário por município da região.

Tabela 5 - Evolução do perfil agrícola da região do Alto Tietê entre 1995/1996 e 2007/2008

Região	Item	Unidade	Nº de UPAS		% de crescimento
			LUPA 1995/1996	LUPA 2007/2008	
Alto Tietê (Subregião Leste da RMSP)	Quantidade total de UPAS	unidade	3.571	4.852	35,9%
	Área com cultura perene	ha	860	1.600	86,0%
	Área de reflorestamento	ha	809	1.632	101,7%
	Área de UPAS com [0 -5] ha	ha	1.425	1.985	39,3%
	Área de UPAS com [5 -10] ha	ha	790	1.064	34,7%
	Área de UPAS com [10 -20] ha	ha	694	896	29,1%
	Área de UPAS com [20 -50] ha	ha	418	588	40,7%
	Área de UPAS com [50 -100] ha	ha	129	183	41,9%
	Área de UPAS com [> 100] ha	ha	115	136	18,3%
	Trabalhadores permanentes	unidade	2.097	2.935	40,0%
	Trator de pneus	unidade	1.245	1.598	28,4%
	Produtor faz parte de cooperativa de produtores	unidade	423	562	32,9%
	Produtor faz parte de associação de produtores	unidade	954	1.166	22,2%
	Produtor faz parte de sindicato de produtores	unidade	1.319	1.672	26,8%
	Proprietário com curso superior completo	unidade	627	864	37,8%
	Proprietário residente na própria UPA	unidade	1.652	2.312	40,0%
	Utiliza crédito rural	unidade	294	474	61,2%
	Utiliza computador nas atividades agropecuárias	unidade	186	521	180,1%
	Utiliza seguro rural	unidade	nd	36	-
	Utiliza plasticultura	unidade	585	688	17,6%
Utiliza escrituração agrícola	unidade	907	943	4,0%	
Utiliza prática de conservação do solo, quando necessário	unidade	1.208	1.707	41,3%	
Diversificação de culturas	unidade	31	42	35,5%	

Fonte: São Paulo (2008).

Diferentemente das afirmações das projeções pessimistas de que houve diminuições de UPAS, o LUPA mostra um crescimento de 35,9% no número de propriedades rurais. Sendo que as propriedades de 0 a 5 hectares mantiveram sua proporção em relação a quantidade total de UPAS, ou seja, em torno de 40%. Destaque para o expressivo crescimento da utilização de computadores nas atividades agropecuárias de 180,1%. Embora todos os Agricultores entrevistados destacaram como ruim a infraestrutura de acesso a internet, pois normalmente as UPAS estão afastadas dos grandes centros e por esta razão não são viáveis para as empresas que exploram estes serviços. (SÃO PAULO, 2008).

Outro aspecto importante é a constatação de UPAS com seguro rural, pois até então este critério não aparecia nas estatísticas. Porém o número ainda é modesto, e não chega a 1% do total das UPAS. O que demonstra o elevado risco do negócio para o Agricultor da região. (SÃO PAULO, 2008).

A utilização do crédito rural atinge 10% do total de UPAS, e embora tenha ocorrido um crescimento de 61,2% entre um período e outro, ainda demonstra um percentual baixo de acesso ao crédito para o Agricultor do Alto Tietê. (SÃO PAULO, 2008).

A seguir uma tabela com resumo comparativo do PIB por setor da economia entre o Alto Tietê, o Estado de São Paulo e o Brasil.

Tabela 6 - Produto Interno Bruto dos municípios a preços correntes (mil reais) – Alto Tietê

Setor da economia	Alto Tietê	São Paulo	Brasil
Agropecuária	257.656	11.265.005	105.163.000
Indústria	16.347.475	193.980.716	539.315.998
Serviços	30.040.716	406.723.721	1.197.774.001
Total	46.645.847	611.969.442	1.842.252.999
% da			
Agropecuária	0,6%	1,8%	5,7%
sobre o Total			

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009).

Esta tabela demonstra, em uma primeira análise, a baixa importância econômica da agropecuária no Alto Tietê, porém é preciso destacar outros aspectos que são igualmente importantes como a criação de empregos no campo, o abastecimento de alimentos para a RMSP, além da preservação do solo e a produção da água. No próximo capítulo serão abordadas as particularidades de cada município, onde há significativas alterações de cenários com relação a importância comercial da agropecuária na dinâmica econômica das cidades da região.

Os municípios de Biritiba-Mirim, Guararema, e Salesópolis destoam do cenário da região, pois apresentam percentuais do PIB da agropecuária sobre o total de 18,2%, 9,8% e 16,1% respectivamente. Outro destaque é o município de Mogi

das Cruzes com 1,6% porém com valor agregado de R\$ 110,6 milhões que correspondem a quase metade do valor do Alto Tietê. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009).

Tabela 7 - Valor adicionado bruto dos municípios a preços correntes
(mil reais)

Setor da economia	Arujá	Biritiba-Mirim	Ferraz de Vasconcelos	Guararema	Guarulhos	Itaquaquecetuba	Mogi das Cruzes	Poá	Salesópolis	Santa Isabel	Suzano
Agropecuária	8.043	46.543	617	34.296	8.008	7.454	110.672	708	23.007	3.802	14.506
Indústria	619.396	34.089	423.121	96.851	8.757.047	916.254	2.214.632	442.258	11.724	194.479	2.637.624
Serviços	705.799	175.723	831.296	219.212	18.333.951	1.636.030	4.437.757	931.074	108.266	438.719	2.222.889
Total	1.333.238	256.355	1.255.034	350.359	27.099.006	2.559.738	6.763.061	1.374.040	142.997	637.000	4.875.019
% da											
Agropecuária sobre o Total	0,60%	18,16%	0,05%	9,79%	0,03%	0,29%	1,64%	0,05%	16,09%	0,60%	0,30%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009).

Esta tabela tem o objetivo de demonstrar o PIB da agropecuária e sua importância percentual na dinâmica econômica de cada município. E de maneira complementar a tabela abaixo mostra a evolução da participação da agropecuária de 1999 a 2009.

Tabela 8 - Produto e renda - participação da agropecuária no total do valor adicionado no período de 1999 a 2009 (em %)

MUNICÍPIO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Arujá	0,85	0,8	1,01	1,35	1,28	1,08	0,58	0,55	0,76	0,39	0,6
Biritiba Mirim	15,45	16,38	18,58	24,57	23,3	22,82	17,36	16,07	19,07	13,32	18,16
Ferraz de Vasconcelos	0,03	0,04	0,05	0,07	0,07	0,07	0,06	0,07	0,06	0,05	0,05
Guararema	9	6,42	9,73	8,61	13,96	9,77	8,76	6,76	8,61	7,9	9,79
Guarulhos	0,03	0,03	0,04	0,06	0,06	0,05	0,03	0,02	0,03	0,02	0,03
Itaquaquecetuba	0,29	0,33	0,4	0,59	0,56	0,52	0,32	0,28	0,35	0,22	0,29
Mogi das Cruzes	1,67	1,76	2,48	3,43	2,94	2,71	1,88	1,89	2,15	1,25	1,64
Poá	0,04	0,04	0,05	0,07	0,05	0,06	0,04	0,04	0,05	0,04	0,05
Salesópolis	7,69	11,84	9,51	15,64	15,31	13,88	15,64	14,33	18,23	9,82	16,09
Santa Isabel	0,43	0,73	0,9	0,75	1,28	1,02	1	0,87	1	0,69	0,6
Suzano	0,23	0,24	0,29	0,44	0,42	0,38	0,24	0,21	0,29	0,22	0,3

Fonte: São Paulo (2009).

Em destaque, e com a numeração em negrito, os percentuais máximos durante o período de 1999 a 2009. Os dados mostram um fenômeno econômico entre 2002 e 2003 onde todos os municípios, exceto Salesópolis, tiveram uma participação maior da agropecuária no total do PIB de suas respectivas economias.

Entretanto, ao analisarmos a evolução do período constatamos um cenário de pouca movimentação econômica onde a participação da agropecuária se manteve, ou teve leves variações na sua participação em relação ao PIB de cada município. Mais uma vez, a exceção é o município de Salesópolis que teve um aumento na

participação da agropecuária no PIB do município, saltando de 7% para 16%. A seguir serão abordadas, em particular, as características de cada município.

4.3.1 Perfil por município do Alto Tietê

Com o objetivo de identificar a evolução da atividade agrícola do Alto Tietê nos últimos anos, fizemos o levantamento e comparação dos dados do Projeto LUPA de 1995/1996 e 2007/2008. A estratificação foi feita para cada um dos onze municípios cujos critérios são os mesmos definidos pelo Projeto Lupa, porém em uma versão concatenada e alinhada aos objetivos desta pesquisa.

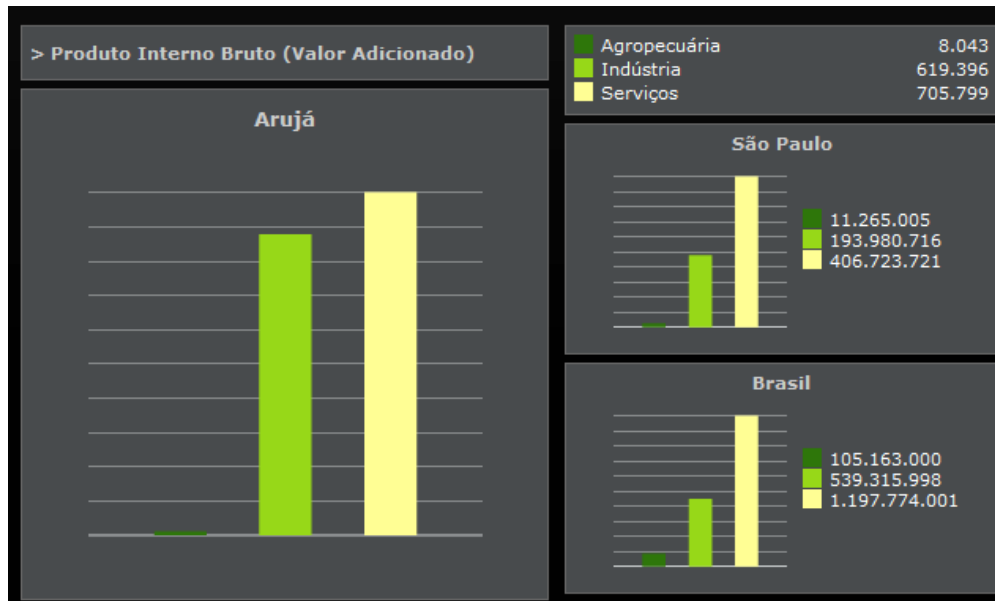
Tabela 9 - Evolução do perfil agrícola do município de Arujá entre 1995/1996 e 2007/2008

Município	Item	Unidade	Nº de UPAS	
			LUPA	LUPA
			1995/1996	2007/2008
Arujá	Quantidade total de UPAS	unidade	20	118
	Área com cultura perene	ha	1	50
	Área de reflorestamento	ha	3	16
	Área de UPAS com [0 -5] ha	ha	10	70
	Área de UPAS com [5 -10] ha	ha	4	23
	Área de UPAS com [10 -20] ha	ha	6	17
	Área de UPAS com [20 -50] ha	ha	0	4
	Área de UPAS com [50 -100] ha	ha	0	4
	Área de UPAS com [> 100] ha	ha	0	0
	Trabalhadores permanentes	unidade	15	83
	Trator de pneus	unidade	11	33
	Produtor faz parte de cooperativa de produtores	unidade	0	5
	Produtor faz parte de associação de produtores	unidade	2	13
	Produtor faz parte de sindicato de produtores	unidade	3	43
	Proprietário com curso superior completo	unidade	5	25
	Proprietário residente na própria UPA	unidade	14	55
	Utiliza crédito rural	unidade	5	14
	Utiliza computador nas atividades agropecuárias	unidade	0	36
	Utiliza seguro rural	unidade	nd	0
	Utiliza plasticultura	unidade	9	35
	Utiliza escrituração agrícola	unidade	0	69
	Utiliza prática de conservação do solo, quando necessário	unidade	0	10
Diversificação de culturas	unidade	23	30	

Fonte: São Paulo (2008).

O município de Arujá é a sexta economia do Alto Tietê e não possui tradição nas atividades agrícolas. É conhecida com uma cidade dormitório. O município se desenvolveu principalmente com a construção de condomínios de alto padrão e com a presença de algumas multinacionais no setor metalúrgico de autopeças. O município realiza anualmente, entre os meses de agosto e setembro, a exposição de flores é chamada de Expo Aflord, organizada pela Associação dos Floricultores da Região da Via Dutra. (SÃO PAULO, 2008).

Figura 9 - Participação da agropecuária no PIB do município de Arujá



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009).

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009) mostram a participação percentual de 0,6% da agropecuária no PIB do município, não há incentivos municipais para a atividade agrícola e o Agricultor local está voltado para o cultivo de flores ornamentais.

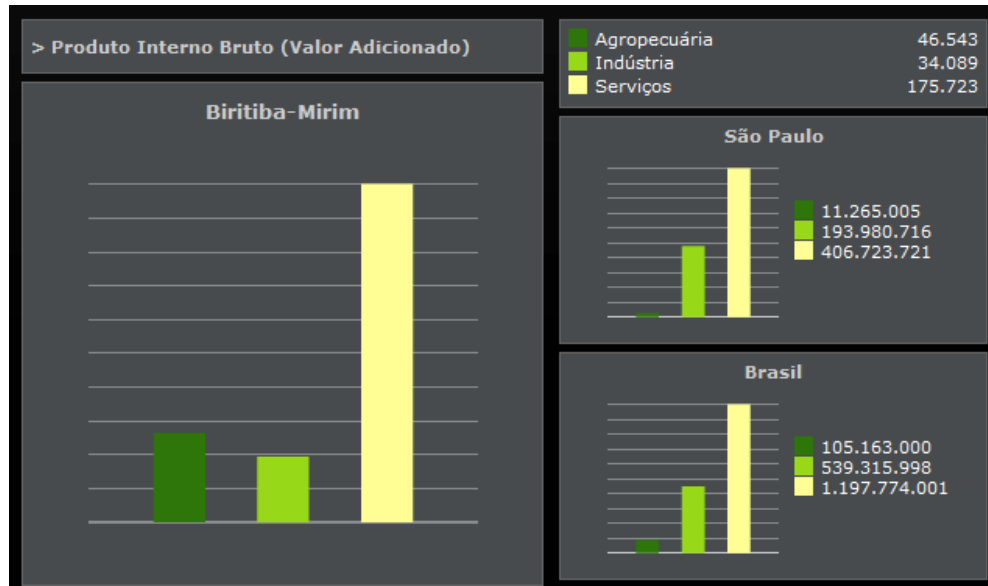
Tabela 10 - Evolução do perfil agrícola do município de Biritiba-Mirim entre 1995/1996 e 2007/2008

Município	Item	Unidade	Nº de UPAS	
			LUPA	LUPA
			1995/1996	2007/2008
Biritiba-Mirim	Quantidade total de UPAS	unidade	450	546
	Área com cultura perene	ha	72	79
	Área de reflorestamento	ha	75	95
	Área de UPAS com [0 -5] ha	ha	187	242
	Área de UPAS com [5 -10] ha	ha	91	115
	Área de UPAS com [10 -20] ha	ha	73	87
	Área de UPAS com [20 -50] ha	ha	45	47
	Área de UPAS com [50 -100] ha	ha	30	29
	Área de UPAS com [> 100] ha	ha	24	26
	Trabalhadores permanentes	unidade	225	305
	Trator de pneus	unidade	195	254
	Produtor faz parte de cooperativa de produtores	unidade	8	4
	Produtor faz parte de associação de produtores	unidade	113	144
	Produtor faz parte de sindicato de produtores	unidade	167	176
	Proprietário com curso superior completo	unidade	99	100
	Proprietário residente na própria UPA	unidade	181	252
	Utiliza crédito rural	unidade	24	86
	Utiliza computador nas atividades agropecuárias	unidade	22	41
	Utiliza seguro rural	unidade	nd	7
	Utiliza plasticultura	unidade	73	93
	Utiliza escrituração agrícola	unidade	65	60
	Utiliza prática de conservação do solo, quando necessário	unidade	7	91
Diversificação de culturas	unidade	23	30	

Fonte: São Paulo (2008).

O município de Biritiba-Mirim é a décima economia do Alto Tietê, porém com destaque no percentual da participação da agropecuária no PIB do município. O percentual é o maior do Alto Tietê com 18,16%. O território da cidade pertenceu a Mogi das Cruzes até 1963. As principais atividades agrícolas são olericultura e floricultura. Faz divisa com o bairro agrícola de Mogi das Cruzes chamado de Cocuera. (SÃO PAULO, 2008).

Figura 10 - Participação da agropecuária no PIB do município de Biritiba-Mirim



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009).

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009) ratificam a importância da agricultura no município de Biritiba-Mirim. Não há dados oficiais, mas constatamos pelas entrevistas que a maioria dos Agricultores pertencem à Associações e Sindicatos com sede em Mogi das Cruzes.

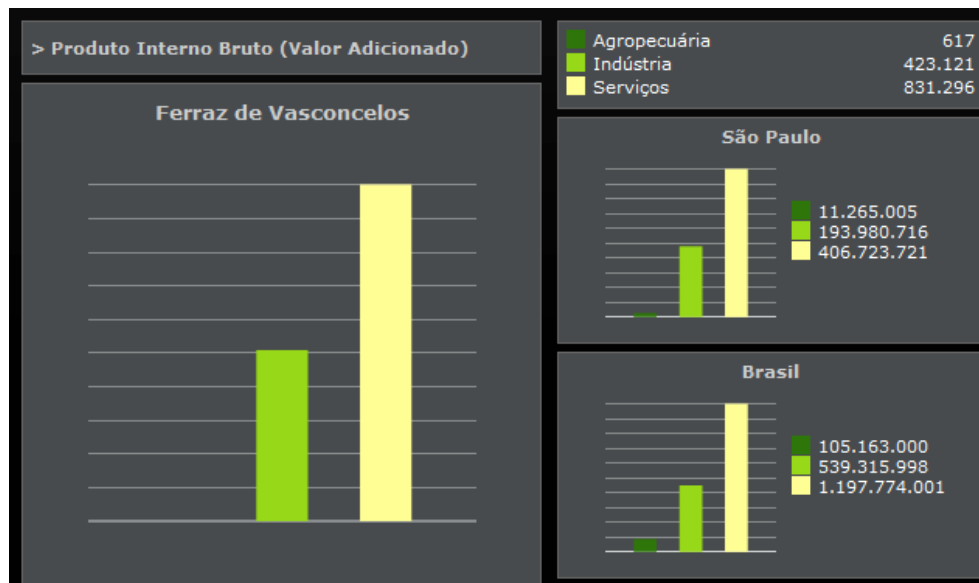
Tabela 11 - Evolução do perfil agrícola do Município de Ferraz de Vasconcelos entre 1995/1996 e 2007/2008

Município	Item	Unidade	Nº de UPAS	
			LUPA	LUPA
			1995/1996	2007/2008
Ferraz de Vasconcelos	Quantidade total de UPAS	unidade	22	29
	Área com cultura perene	ha	14	16
	Área de reflorestamento	ha	9	10
	Área de UPAS com [0 -5] ha	ha	19	23
	Área de UPAS com [5 -10] ha	ha	1	2
	Área de UPAS com [10 -20] ha	ha	0	2
	Área de UPAS com [20 -50] ha	ha	1	1
	Área de UPAS com [50 -100] ha	ha	1	1
	Área de UPAS com [> 100] ha	ha	0	0
	Trabalhadores permanentes	unidade	14	18
	Trator de pneus	unidade	3	4
	Produtor faz parte de cooperativa de produtores	unidade	0	0
	Produtor faz parte de associação de produtores	unidade	0	5
	Produtor faz parte de sindicato de produtores	unidade	4	4
	Proprietário com curso superior completo	unidade	1	4
	Proprietário residente na própria UPA	unidade	12	14
	Utiliza crédito rural	unidade	0	2
	Utiliza computador nas atividades agropecuárias	unidade	0	9
	Utiliza seguro rural	unidade	nd	0
	Utiliza plasticultura	unidade	2	2
Utiliza escrituração agrícola	unidade	0	2	
Utiliza prática de conservação do solo, quando necessário	Unidade	0	28	
Diversificação de culturas	unidade	23	26	

Fonte: São Paulo (2008).

O município de Ferraz de Vasconcelos é a sétima economia do Alto Tietê e praticamente não possui atividade agrícola. As UPAS identificadas pela CATI estão espalhadas pelo território que já teve tradição na década de 60, na plantação de uva Itália, que atualmente migrou para o interior do Estado. A pouca atividade agrícola se divide no cultivo de alface e eucalipto. (SÃO PAULO, 2008).

Figura 11 - Participação da agropecuária no PIB do município de Ferraz de Vasconcelos



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009).

A atividade agropecuária no município de Ferraz de Vasconcelos não aparece no gráfico do IBGE.

Tabela 12 - Evolução do perfil agrícola do município de Guararema entre 1995/1996 e 2007/2008

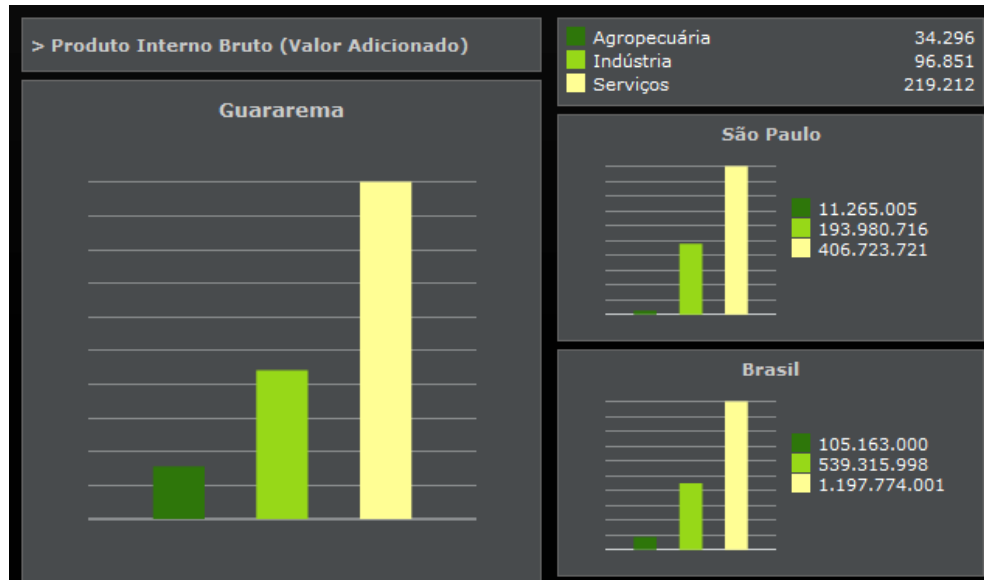
Município	Item	Unidade	Nº de UPAS	
			LUPA 1995/1996	LUPA 2007/2008
Guararema	Quantidade total de UPAS	unidade	542	622
	Área com cultura perene	ha	164	220
	Área de reflorestamento	ha	64	429
	Área de UPAS com [0 -5] ha	ha	160	199
	Área de UPAS com [5 -10] ha	ha	99	110
	Área de UPAS com [10 -20] ha	ha	115	128
	Área de UPAS com [20 -50] ha	ha	94	104
	Área de UPAS com [50 -100] ha	ha	34	41
	Área de UPAS com [> 100] ha	ha	40	40
	Trabalhadores permanentes	unidade	320	354
	Trator de pneus	unidade	154	166
	Produtor faz parte de cooperativa de produtores	unidade	53	59
	Produtor faz parte de associação de produtores	unidade	62	79
	Produtor faz parte de sindicato de produtores	unidade	151	171
	Proprietário com curso superior completo	unidade	128	149
	Proprietário residente na própria UPA	unidade	221	252
	Utiliza crédito rural	unidade	46	59
	Utiliza computador nas atividades agropecuárias	unidade	38	42
	Utiliza seguro rural	unidade	nd	3
	Utiliza plasticultura	unidade	94	68
Utiliza escrituração agrícola	unidade	98	102	
Utiliza prática de conservação do solo, quando necessário	unidade	190	197	
Diversificação de culturas	unidade	23	30	

Fonte: São Paulo (2008).

O município de Guararema é a nona economia do Alto Tietê e aparece em terceiro lugar no percentual de participação da agropecuária no PIB do município. A cidade possui características turísticas e incentiva muito mais as atividades de turismo rural do que a produção agrícola de alimentos. O município se destaca na produção de orquídeas através da técnica da plasticultura. Esta técnica foi disseminada na região, pois ela minimiza as intempéries do tempo e protege a plantação que fica menos exposta a chuva e variações bruscas de temperatura. O

processo de plasticultura também é denominado de galpão climatizado. (SÃO PAULO, 2008).

Figura 12 - Participação da agropecuária no PIB do município de Guararema



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009).

Com percentual de 9,79% é terceira maior participação da agropecuária do Alto Tietê. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009). A cidade possui grande infraestrutura para o turismo, principalmente em hotéis e áreas verdes como parques e praças. É cortada pelo Rio Paraíba do Sul e pelo Ribeirão Guararema.

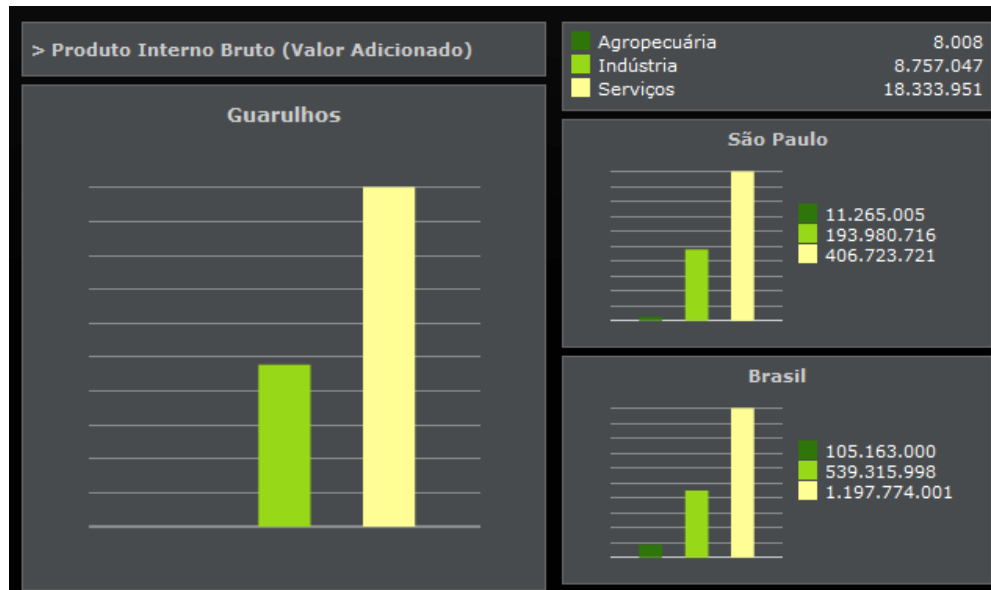
Tabela 13 - Evolução do perfil agrícola do município de Guarulhos entre 1995/1996 e 2007/2008

Município	Item	Unidad e	Nº de UPAS	
			LUPA 1995/1996	LUPA 2007/2008
Guarulhos	Quantidade total de UPAS	unidade	nd	66
	Área com cultura perene	ha	nd	14
	Área de reflorestamento	ha	nd	8
	Área de UPAS com [0 -5] ha	ha	nd	46
	Área de UPAS com [5 -10] ha	ha	nd	8
	Área de UPAS com [10 -20] ha	ha	nd	3
	Área de UPAS com [20 -50] ha	ha	nd	5
	Área de UPAS com [50 -100] ha	ha	nd	3
	Área de UPAS com [> 100] ha	ha	nd	1
	Trabalhadores permanentes	unidade	nd	36
	Trator de pneus	unidade	nd	11
	Produtor faz parte de cooperativa de produtores	unidade	nd	7
	Produtor faz parte de associação de produtores	unidade	nd	4
	Produtor faz parte de sindicato de produtores	unidade	nd	32
	Proprietário com curso superior completo	unidade	nd	7
	Proprietário residente na própria UPA	unidade	nd	37
	Utiliza crédito rural	unidade	nd	3
	Utiliza computador nas atividades agropecuárias	unidade	nd	3
	Utiliza seguro rural	unidade	nd	0
	Utiliza plasticultura	unidade	nd	12
Utiliza escrituração agrícola	unidade	nd	26	
Utiliza prática de conservação do solo, quando necessário	unidade	nd	36	
Diversificação de culturas	unidade	nd	30	

Fonte: São Paulo (2008).

O município de Guarulhos é a maior economia do Alto Tietê, e é também a que menos possui identificação com a região, pois sua proximidade com metrópole São Paulo faz com que sua economia torna-se uma extensão da dinâmica da capital. Não há dados do LUPA 1995/1996, e por isso não se deve fazer comparações. A modesta atividade agrícola existente, esta na cultura do eucalipto.

Figura 13 - Participação da agropecuária no PIB do município de Guarulhos



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009).

Principal economia do Alto Tietê não possui nenhuma proximidade com as características agrícolas dos demais municípios da região. O município de Guarulhos, embora não configura nas características do Alto Tietê e membro do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê (Condemat). Também está relacionado entre os municípios que pertencem a subregião leste da RMSP.

Tabela 14 - Evolução do perfil agrícola do município de Itaquaquecetuba entre 1995/1996 e 2007/2008

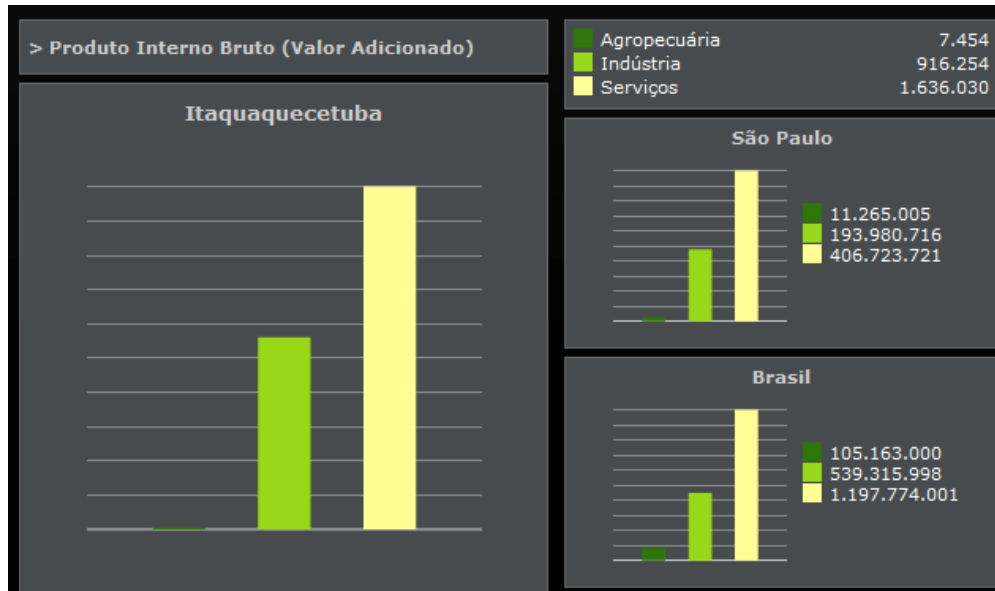
Município	Item	Unidade	Nº de UPAS	
			LUPA 1995/1996	LUPA 2007/2008
Itaquaquecetuba	Quantidade total de UPAS	unidade	119	91
	Área com cultura perene	ha	29	36
	Área de reflorestamento	ha	20	15
	Área de UPAS com [0 -5] ha	ha	55	36
	Área de UPAS com [5 -10] ha	ha	33	28
	Área de UPAS com [10 -20] ha	ha	19	19
	Área de UPAS com [20 -50] ha	ha	10	8
	Área de UPAS com [50 -100] ha	ha	2	0
	Área de UPAS com [> 100] ha	ha	0	0
	Trabalhadores permanentes	unidade	94	79
	Trator de pneus	unidade	46	40
	Produtor faz parte de cooperativa de produtores	unidade	5	2
	Produtor faz parte de associação de produtores	unidade	48	44
	Produtor faz parte de sindicato de produtores	unidade	69	64
	Proprietário com curso superior completo	unidade	10	6
	Proprietário residente na própria UPA	unidade	58	52
	Utiliza crédito rural	unidade	4	20
	Utiliza computador nas atividades agropecuárias	unidade	8	51
	Utiliza seguro rural	unidade	nd	0
	Utiliza plasticultura	unidade	34	32
Utiliza escrituração agrícola	unidade	19	24	
Utiliza prática de conservação do solo, quando necessário	unidade	40	55	
Diversificação de culturas	unidade	23	30	

Fonte: São Paulo (2008).

O município de Itaquaquecetuba é a quarta economia do Alto Tietê. É o único município onde houve queda no número de UPAS entre o período de 1995/1996 a 2007/2008, embora a participação agropecuária tenha pouca participação na economia do município, a cidade possui o melhor programa de aquisição de alimentos da região e foi inclusive mencionado em uma das reuniões do CMDRS de Mogi das Cruzes. O Conselho mostrou-se interessado em fazer uma visita

monitorada com o objetivo de estender a solução de Itaquaquetuba para Mogi. (SÃO PAULO, 2008).

Figura 14 - Participação da agropecuária no PIB do município de Itaquaquetuba



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009).

Assim como Ferraz de Vasconcelos atividade agrícola é praticamente nula no município de Itaquaquetuba. A dinâmica econômica é toda voltada para o comércio varejista e de pequenas indústrias.

Tabela 15 - Evolução do perfil agrícola do Município de Mogi das Cruzes entre 1995/1996 e 2007/2008

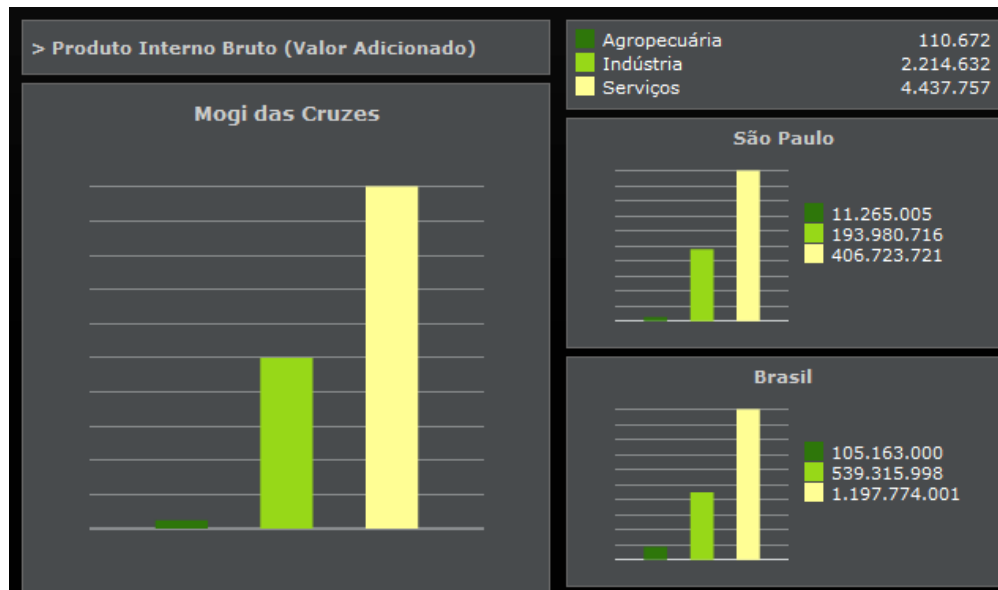
Município	Item	Unidade	Nº de UPAS	
			LUPA	LUPA
			1995/1996	2007/2008
Mogi das Cruzes	Quantidade total de UPAS	unidade	1458	1616
	Área com cultura perene	ha	472	574
	Área de reflorestamento	ha	261	358
	Área de UPAS com [0 -5] ha	ha	644	745
	Área de UPAS com [5 -10] ha	ha	351	394
	Área de UPAS com [10 -20] ha	ha	253	259
	Área de UPAS com [20 -50] ha	ha	148	160
	Área de UPAS com [50 -100] ha	ha	32	32
	Área de UPAS com [> 100] ha	ha	30	26
	Trabalhadores permanentes	unidade	969	1147
	Trator de pneus	unidade	532	623
	Produtor faz parte de cooperativa de produtores	unidade	122	112
	Produtor faz parte de associação de produtores	unidade	437	514
	Produtor faz parte de sindicato de produtores	unidade	607	645
	Proprietário com curso superior completo	unidade	243	243
	Proprietário residente na própria UPA	unidade	726	831
	Utiliza crédito rural	unidade	88	131
	Utiliza computador nas atividades agropecuárias	unidade	65	224
	Utiliza seguro rural	unidade	nd	19
	Utiliza plasticultura	unidade	216	236
Utiliza escrituração agrícola	unidade	353	292	
Utiliza prática de conservação do solo, quando necessário	unidade	451	652	
Diversificação de culturas	unidade	23	30	

Fonte: São Paulo (2008).

Mogi das Cruzes é a segunda maior economia do Alto Tietê. É o município de grande destaque agrícola na região. Quinze de suas culturas estão na liderança em áreas cultivadas no Estado de São Paulo. A cidade desenvolve papel de liderança regional e é a cidade mais antiga da região, seis anos a menos do que a capital São Paulo, a atividade agrícola representa 1,64% do PIB do município, a principal atividade está ligada a olericultura, que representa o cultivo de hortaliças, legumes e

folhosas em geral. (SÃO PAULO, 2008). O município assume um papel de importância no abastecimento para a RMSP, e é estratégico. A cidade ainda serve de sede para todas as instituições agrícolas regionais, tais como a CATI, a CODEAGRO, os Sindicatos, as Cooperativas e Associações de organização patronal e dos trabalhadores rurais.

Figura 15 - Participação da agropecuária no PIB do município de Mogi das Cruzes



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009).

No Alto Tietê apontam Mogi das Cruzes como a maior cidade agrícola do Alto Tietê. O valor adicionado da agropecuária do Alto Tietê possui a participação de quase 50% do município de Mogi. As atividades agrícolas são diversificadas, porém com destaque para as hortaliças e frutas, como alface, repolho, caqui, e nêspersas. A produção de orquídeas também são destaques na agricultura da cidade. Como infraestrutura de escoamento de produção a cidade dispõe de um Mercado Municipal, Mercado do Produtor, e diversas feiras e varejões espalhados pelos bairros da cidade. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009).

Tabela 16 - Evolução do perfil agrícola do município de Poá entre 1995/1996 e 2007/2008.

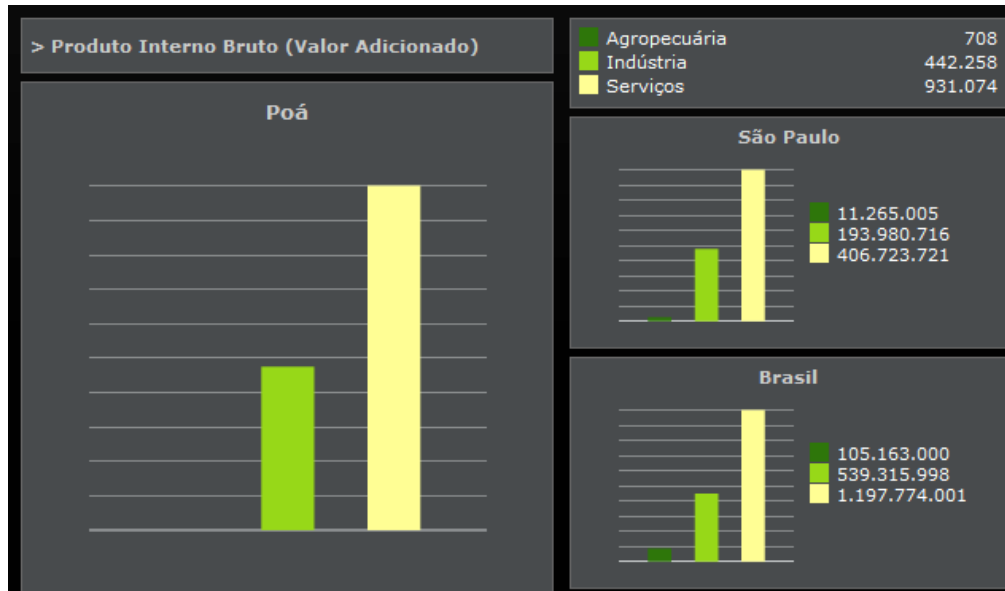
Município	Item	Unidade	Nº de UPAS	
			LUPA 1995/1996	LUPA 2007/2008
Poá	Quantidade total de UPAS	unidade	19	19
	Área com cultura perene	ha	9	8
	Área de reflorestamento	ha	4	4
	Área de UPAS com [0 -5] ha	ha	14	14
	Área de UPAS com [5 -10] ha	ha	3	3
	Área de UPAS com [10 -20] ha	ha	2	2
	Área de UPAS com [20 -50] ha	ha	0	0
	Área de UPAS com [50 -100] ha	ha	0	0
	Área de UPAS com [> 100] ha	ha	0	0
	Trabalhadores permanentes	unidade	12	13
	Trator de pneus	unidade	5	3
	Produtor faz parte de cooperativa de produtores	unidade	1	0
	Produtor faz parte de associação de produtores	unidade	0	0
	Produtor faz parte de sindicato de produtores	unidade	3	3
	Proprietário com curso superior completo	unidade	2	3
	Proprietário residente na própria UPA	unidade	11	12
	Utiliza crédito rural	unidade	0	2
	Utiliza computador nas atividades agropecuárias	unidade	1	2
	Utiliza seguro rural	unidade	nd	0
	Utiliza plasticultura	unidade	1	2
Utiliza escrituração agrícola	unidade	1	2	
Utiliza prática de conservação do solo, quando necessário	unidade	1	14	
Diversificação de culturas	unidade	23	25	

Fonte: São Paulo (2008).

A quantidade de UPAS de Poá se manteve estável. É o município da região que menos alteração teve, e cujo cenário entre os períodos se mostrou praticamente igual, exceto no critério da prática de conservação do solo que em 1995/1996

apenas uma UPA utilizava para 2007/2208 passar a ser utilizado por 14 UPAS das 19 UPAS existentes na cidade.

Figura 16 - Participação da agropecuária no PIB do município de Poá



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009).

Mais um município do Alto Tietê que apresenta atividade agrícola próxima a zero. Não há registros de incentivos para a agricultura do município. É o menor município do Alto Tietê e o terceiro menor do Estado de São Paulo.

Tabela 17 - Evolução do perfil agrícola do Município de Salesópolis entre 1995/1996 e 2007/2008

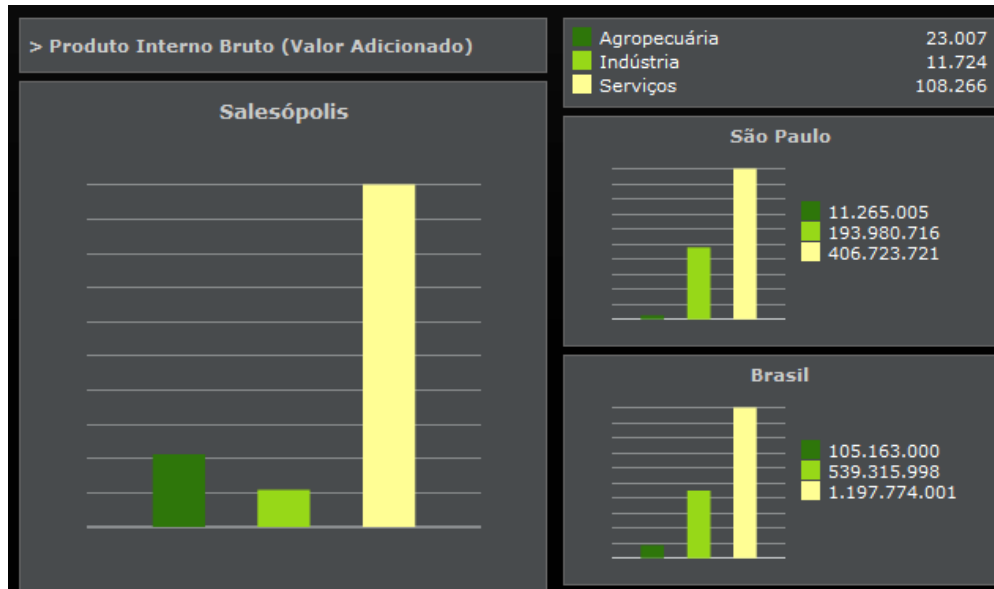
Município	Item	Unidade	Nº de UPAS	
			LUPA 1995/1996	LUPA 2007/2008
Salesópolis	Quantidade total de UPAS	unidade	528	776
	Área com cultura perene	ha	57	225
	Área de reflorestamento	ha	273	466
	Área de UPAS com [0 -5] ha	ha	130	231
	Área de UPAS com [5 -10] ha	ha	122	166
	Área de UPAS com [10 -20] ha	ha	155	201
	Área de UPAS com [20 -50] ha	ha	78	124
	Área de UPAS com [50 -100] ha	ha	25	35
	Área de UPAS com [> 100] ha	ha	18	19
	Trabalhadores permanentes	unidade	182	262
	Trator de pneus	unidade	120	153
	Produtor faz parte de cooperativa de produtores	unidade	202	263
	Produtor faz parte de associação de produtores	unidade	129	217
	Produtor faz parte de sindicato de produtores	unidade	84	107
	Proprietário com curso superior completo	unidade	88	150
	Proprietário residente na própria UPA	unidade	198	293
	Utiliza crédito rural	unidade	108	90
	Utiliza computador nas atividades agropecuárias	unidade	31	54
	Utiliza seguro rural	unidade	nd	3
	Utiliza plasticultura	unidade	53	62
Utiliza escrituração agrícola	unidade	281	169	
Utiliza prática de conservação do solo, quando necessário	Unidade	139	159	
Diversificação de culturas	unidade	23	30	

Fonte: São Paulo (2008).

Salesópolis é o município de menor PIB do Alto Tietê, com a participação de 16,09% da atividade agropecuária. A principal cultura agrícola é o eucalipto com 57,8% da utilização de área, do total de 13.483,90 hectares detectados pelo LUPA. O eucalipto é fornecido principalmente para a indústria de celulose, com sede em Mogi das Cruzes e Suzano. Um dos trabalhos da CATI regional é desenvolver junto a CAMAT (Cooperativa Mista do Alto Tietê), cooperativa dos Agricultores de eucalipto, um programa de diversificação nos canais de venda e distribuição da

silvicultura. Esta preocupação leva em consideração o pior cenário possível, que é a transferência das unidades industriais para outras regiões do país.

Figura 17 - Participação da agropecuária no PIB do município de Salesópolis



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009).

Com o menor desempenho econômico do Alto Tietê, Salesópolis possui a maior área de plantação de eucalipto da região e possui a única Cooperativa dedicada a silvicultura. O papel desta cooperativa é fundamental na sobrevivência desta atividade, pois através desta instituição foi possível submeter ao Governo do Estado o interesse na participação do programa Microbacias II – Acesso ao Mercado. A ameaça está na dependência da compra do eucalipto pelas empresas de celulose que estão na região. Salesópolis é uma estância turística e por esta razão possui restrições à instalação de indústrias, o que aumenta a exposição e a dependência das atividades agrícolas, cuja cultura predominante é a do eucalipto.

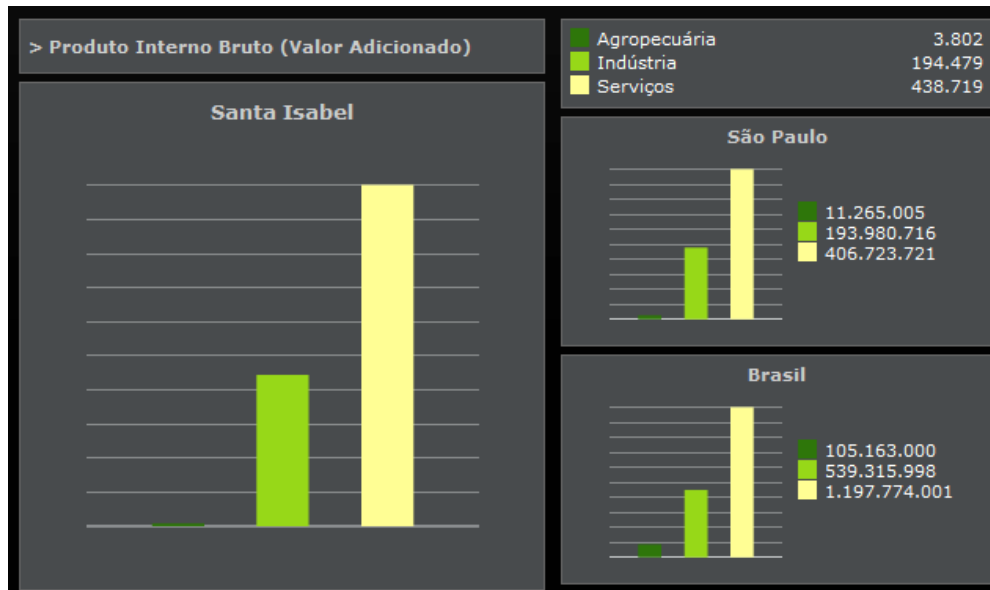
Tabela 18 - Evolução do perfil agrícola do Município de Santa Isabel entre 1995/1996 e 2007/2008

Município	Item	Unidade	Nº de UPAS	
			LUPA 1995/1996	LUPA 2007/2008
Santa Isabel	Quantidade total de UPAS	unidade	nd	509
	Área com cultura perene	ha	nd	242
	Área de reflorestamento	ha	nd	122
	Área de UPAS com [0 -5] ha	ha	nd	149
	Área de UPAS com [5 -10] ha	ha	nd	112
	Área de UPAS com [10 -20] ha	ha	nd	103
	Área de UPAS com [20 -50] ha	ha	nd	92
	Área de UPAS com [50 -100] ha	ha	nd	33
	Área de UPAS com [> 100] ha	ha	nd	20
	Trabalhadores permanentes	unidade	nd	320
	Trator de pneus	unidade	nd	116
	Produtor faz parte de cooperativa de produtores	unidade	nd	91
	Produtor faz parte de associação de produtores	unidade	nd	38
	Produtor faz parte de sindicato de produtores	unidade	nd	183
	Proprietário com curso superior completo	unidade	nd	121
	Proprietário residente na própria UPA	unidade	nd	211
	Utiliza crédito rural	unidade	nd	48
	Utiliza computador nas atividades agropecuárias	unidade	nd	24
	Utiliza seguro rural	unidade	nd	4
	Utiliza plasticultura	unidade	nd	15
Utiliza escrituração agrícola	unidade	nd	84	
Utiliza prática de conservação do solo, quando necessário	unidade	nd	42	
Diversificação de culturas	unidade	nd	30	

Fonte: São Paulo (2008).

Santa Isabel é a oitava economia do Alto Tietê. Devido a indisponibilidade de informações do LUPA 1995/1996 não foi possível fazer nenhuma comparação entre os critérios definidos, porém o município apresenta condições favoráveis para a expansão agrícola. Do total de área mapeada pelo LUPA 50% é ocupada com braquiária, vegetação típica para formação de pastagens, que é o principal insumo da pecuária de corte e leite.

Figura 18 - Participação da agropecuária no PIB do município de Santa Isabel



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009).

A participação da agropecuária em 0,60% do PIB do município. Porém a cidade apresenta características favoráveis para a expansão da atividade agrícola, pois apresenta um território de baixa urbanização com densidade demográfica de 139,6 hab./km². (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009).

Tabela 19 - Evolução do perfil agrícola do município de Suzano entre 1995/1996 e 2007/2008

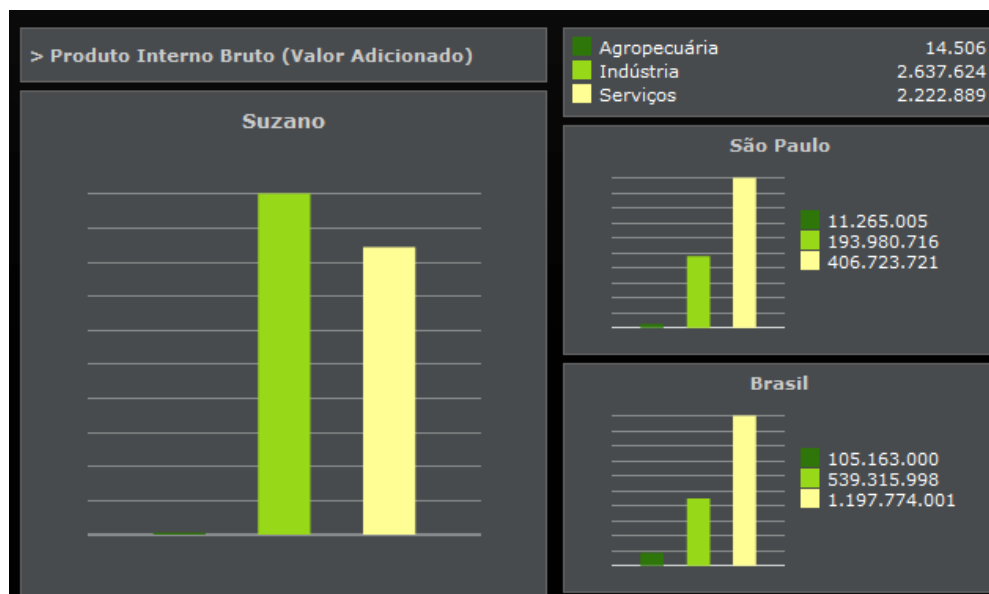
Município	Item	Unidade	Nº de UPAS	
			LUPA 1995/1996	LUPA 2007/2008
Suzano	Quantidade total de UPAS	unidade	413	460
	Área com cultura perene	ha	42	136
	Área de reflorestamento	ha	100	109
	Área de UPAS com [0 -5] ha	ha	206	230
	Área de UPAS com [5 -10] ha	ha	86	103
	Área de UPAS com [10 -20] ha	ha	71	75
	Área de UPAS com [20 -50] ha	ha	42	43
	Área de UPAS com [50 -100] ha	ha	5	5
	Área de UPAS com [> 100] ha	ha	3	4
	Trabalhadores permanentes	unidade	266	318
	Trator de pneus	unidade	179	195
	Produtor faz parte de cooperativa de produtores	unidade	32	19
	Produtor faz parte de associação de produtores	unidade	163	108
	Produtor faz parte de sindicato de produtores	unidade	231	244
	Proprietário com curso superior completo	unidade	51	56
	Proprietário residente na própria UPA	unidade	231	303
	Utiliza crédito rural	unidade	19	19
	Utiliza computador nas atividades agropecuárias	unidade	21	35
	Utiliza seguro rural	unidade	nd	0
	Utiliza plasticultura	unidade	103	131
Utiliza escrituração agrícola	unidade	90	113	
Utiliza prática de conservação do solo, quando necessário	unidade	380	423	
Diversificação de culturas	unidade	23	30	

Fonte: São Paulo (2008).

O município de Suzano é um dos municípios mais novos do Alto Tietê, e foi emancipado de Mogi das Cruzes em 1948. A cidade possui 0,30% da participação da agropecuária no PIB do município, porém apresenta crescimento na quantidade de UPAS e demonstra, por iniciativa dos próprios Agricultores, interesse na continuidade da atividade agrícola no município. Assim como Mogi das Cruzes,

Suzano apresenta forte influência da cultura japonesa, que se dedicou sempre em trabalhar com a agricultura da cidade.

Figura 19 - Participação da agropecuária no PIB do município de Suzano



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009).

Com baixa participação da agropecuária, 0,30% do PIB do município, Suzano mantém potencial de crescimento para a atividade agrícola.

4.4 Políticas públicas de incentivo ao produtor rural

O objetivo deste capítulo foi identificar ações públicas de incentivo ao Agricultor, que de forma direta ou indireta contribuam para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades agrícolas.

Separamos as ações entre as esferas do Governo Federal, Estadual e Regional. Na esfera Regional serão aglutinadas as ações coordenadas dos municípios do Alto Tietê.

4.4.1 Iniciativas federais

A seguir são apresentadas as principais iniciativas do Governo Federal cujo acesso aos programas possui regras definidas conforme Resolução do Conselho

Monetário Nacional, que atribui ao MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) a responsabilidade pelo processo de emissão de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Os principais requisitos, definidos pelo Manual de Crédito Rural 2012 e também do Banco Central do Brasil, para a Agricultura Familiar são:

- a) ter personalidade jurídica;
- b) ser representante legal dos agricultores familiares ou prestar serviços de assistência técnica e/ou extensão rural;
- c) possuir experiência comprovada, mínima de um ano, no exercício de sua atribuição ou objetivo social junto aos agricultores familiares;
- d) depender no mínimo, 70% (setenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- e) obtenção máxima de renda bruta familiar anual de R\$ 110 mil que antecede a solicitação da DAP incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Demais requisitos estão mencionados na Seção sobre Beneficiários, Grupo “B”. A seguir a explicação sobre o significado de programa. São mencionados somente os programas que mais se identificam com a realidade do Alto Tietê.

Alimentação Escolar

Principal programa, segundo entrevista realizada com as Associações, o programa “Alimentação Escolar” ainda precisa de muito esforço dos Agricultores para que os mesmos tenham acesso a este incentivo. As licitações municipais são rigorosas e restringem a participação dos Agricultores, dificultando a venda através deste programa. Conforme definição do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a define a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo para alimentação escolar, na aquisição de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Os demais programas são:

- a) PRONAF – Mais Alimentos
- b) PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
- c) Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- d) SEAF – Seguro da Agricultura Familiar
- e) SUASA - Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária

Todos estes programas são coordenados pelo MDA e Ministério da Agricultura.

4.4.2 Iniciativas estaduais

a) Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Conforme definição da CATI, o Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado é um projeto do Governo do Estado de São Paulo, com financiamento parcial do Banco Mundial, a ser executado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, por intermédio da CATI, e da Secretaria do Meio Ambiente, por intermédio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN). Com valor total de US\$ 130 milhões, deve ser executado em um período de cinco anos, entre 2011 e 2015.

4.4.3. Iniciativas regionais – Alto Tietê

- a) Criação do CMDR;
- b) Desenvolvimento do software de estatística para agropecuária temporária;
- c) Investimento na infraestrutura dos pontos de venda e distribuição.

4.4.4 Avaliação sobre políticas públicas de incentivo ao produtor rural

Conforme afirmação do Diretor da EDR-CATI de Mogi das Cruzes e Região a sociedade precisa fazer a seguinte pergunta: “*É melhor manter o Agricultor na atividade e com isto subvencionar esta atividade no território, ou é melhor acabar com ele?*”.

As políticas públicas voltadas para a manutenção e preservação da atividade agrícola ainda precisam ser melhores desenvolvidas e implementadas conjuntamente entre as esferas governamentais. Há um número elevado de políticas

públicas, muitas delas desconhecidas pelo Agricultor e às vezes pelos próprios órgãos públicos que deveriam ser multiplicadores destas ações.

Há uma complexidade de ações que aumentam as distâncias entre os órgãos públicos e o Agricultor. A contribuição para o crescimento e manutenção das atividades agrícolas da nossa região, ainda são modestas. Diferente do grande produtor, nossos agricultores precisam de ajuda para obter linhas de financiamento, auxílio para adequação a normas e regras ambientais, e principalmente apoio administrativo para melhorar a gestão do negócio. Tecnicamente os produtores rurais, em sua maioria, dominam as técnicas de plantio e colheita. O principal gargalo é eliminar ou minimizar os entraves burocráticos que fazem parte desta atividade, onde o agricultor tem pouca habilidade ou simplesmente mantém-se envolvido integralmente as atribuições do campo, e não consegue obter as articulações necessárias junto ao poder público e principalmente ao mercado. É preciso simplificar o acesso do Agricultor junto aos órgãos públicos, auxiliando-o na obtenção de créditos e seguros rurais. É preciso também ouvi-lo, saber quais as suas necessidades e em seguida exigir qualidade e padronização da sua produção, separando assim os bons agricultores daqueles apenas que querem agir com oportunismo e não possuem compromisso com as boas práticas do mercado.

A Região do Alto Tietê, em especial a Prefeitura de Mogi das Cruzes tem demonstrado sua preocupação na valorização da agricultura no município. A recente inauguração do prédio da Secretaria da Agricultura, a reforma do Mercado Produtor, a melhora das instalações do Mercado Municipal, e o reconhecimento da qualidade da merenda escolar, são sinais desta valorização. Porém estes investimentos não são diretamente para o Agricultor. É importante investir na infraestrutura, mas ainda se faz necessário avançar no auxílio direto ao Agricultor, contribuindo com políticas públicas adequadas a sua realidade e que considerem as dificuldades de cada segmento. Não há uma receita que sirva para todos, e faz-se necessário considerar as peculiaridades de cada setor, seja ele, de hortaliças, de flores, pecuária, ou cogumelos.

Um ponto fraco da atividade agrícola, que não é exclusividade da região do Alto Tietê, é a falta de informação e de dados secundários para que o agricultor consiga realizar a gestão adequada do seu negócio e onde o poder público possa direcionar melhor suas ações. Preocupado com esta situação a Secretaria de Agricultura de Mogi das Cruzes, e o Sindicato Rural, em parceria com a Fatec, estão

desenvolvendo um software, cujo sistema permitirá conhecer em detalhes a realidade de cada agricultor. Este sistema tem o potencial de se tornar referência nacional no controle estatístico das atividades agrícolas que não se enquadram em “commodities”.

Em síntese, o Cinturão Verde do Alto Tietê, com ênfase nas atividades agrícolas, está consolidado, e o poder público tem se esforçado para melhorar a realidade do Agricultor local, porém ainda falta ouvir as dificuldades do mesmo, e auxiliá-lo antes de exigir. É preciso decidir pela presença do Agricultor no território, caso contrário, se o mesmo for exposto a competir sozinho com as demais demandas econômicas dos municípios, há uma grande chance da atividade agrícola, em poucas décadas, desaparecer.

4.4.5. O perfil do atual produtor rural

A região do Alto Tietê, além da sua vocação agrícola, também possui características urbanas, como a industrialização e o comércio diversificado. Desta forma a atividade rural compete diretamente com as demais atividades econômicas da cidade. Este é um dos desafios do Agricultor. Com o advento da tecnologia e a aceleração da troca e acesso de informações o Agricultor se vê diante de uma realidade que exige dele uma adaptação rápida frente às novas necessidades de mercado. Entre elas estão:

- a) capacidade para formação de trabalhadores rurais;
- b) visão empreendedora do negócio;
- c) entendimento jurídico e fiscal que afetam as atividades agrícolas;
- d) conhecimento de informática;
- e) técnicas para aumento de produção;
- f) iniciativa para inovar.

O Agricultor do Alto Tietê caracteriza-se por produzir culturas temporárias, ou seja, de rápida colheita, o que torna o negócio ainda mais dinâmico e passível de constantes mudanças no manejo da terra. Desta forma o Agricultor precisa além de dominar as técnicas de plantio e colheita, também precisa conhecer a gestão do negócio como um todo. Estes aspectos abrangem as áreas administrativas, como

estratégia de venda, compra de insumos, logística e capacidade de articulação junto aos órgãos públicos e fontes de financiamentos.

Há uma mudança perceptível da imagem do Agricultor que deixa de ser apenas um profissional dedicado às questões técnicas da terra, e passa a ter um perfil empreendedor, com conhecimentos administrativos visando a melhor gestão do seu negócio.

4.5 Resultados e percepções dos gestores agrícolas e produtores rurais do Alto Tietê

Fazendo a análise de conteúdo das entrevistas, algumas questões se sobressaem em ambos os grupos pesquisados, seja os produtores ou gestores das instituições ligadas à agricultura, onde ambos afirmam que o maior problema da agricultura na região do Alto Tietê é a falta de união entre os agricultores, e uma grande dificuldade de se organizarem diante dos aspectos mercadológicos.

Hoje estamos falando da produção integrada onde o produtor terá a obrigação de adequar a necessidade de certificar-se e desta forma possibilitar a rastreabilidade da sua produção. Ninguém é melhor do que todos nós juntos, mas o produtor atua em uma condição de treinamento coletivo com muita facilidade, mas na condição mercadológica ele atua com muita dificuldade. Ele não entende que a atuação conjunta é mais favorável do que a comercialização individualizada. (ABDO, 2012).

Outra característica ímpar da região destaca-se pelas áreas de preservação de mananciais, demonstrada na Figura 4, onde partes dos territórios explorados pela agricultura estão sediadas. Esta condição contribui para o desenvolvimento da atividade agrícola da região, e expõe ao mesmo tempo o agricultor diante das questões ambientais, que de acordo com as normas do meio ambiente são mais rigorosas com atividades comerciais desenvolvidas em áreas de proteção de mananciais. Sobre este aspecto a maior dificuldade do agricultor do Alto Tietê é a liberação das outorgas de água. A outorga de água, que significa a autorização para uso e exploração de água através de poços artesianos, é documento exigido para qualquer financiamento e também alvo de fiscalizações. Os agricultores reclamam que o custo para obtenção da outorga não é compatível com os recursos disponíveis

e que não há política clara sobre quem precisa e quem não precisa ter a respectiva autorização para uso da água.

Os usos de recursos hídricos que estão sujeitos à outorga são: a) Derivação/captação de água ou lançamento de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, em rios, lagos ou açudes; b) Extração de água subterrânea; c) Outros usos que alterem o regime de vazões, a quantidade ou a qualidade do corpo hídrico, tais como: barramentos, desvios, canalizações, atividades agrícolas etc. (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2012).

Ainda, segundo a Agência Nacional de Águas (2012), cabe a cada região juntamente com seu Comitê de Bacia Hidrográfica, definir quais usos não está sujeitos à outorga.

No âmbito comercial os agricultores estão divididos em duas realidades. Os que estão atuando em cooperativas e os que fazem a venda direta de seus produtos a intermediários ou redes de supermercados e feirantes. A participação em cooperativa fica restrita a cultura de flores, sendo que os demais produtores de hortaliças, frutas, cogumelo e demais trabalham com o seu próprio portfólio de vendas. Segundo o Mark Ide, presidente da Associação dos Fruticultores do Alto Tietê isto acontece porque o produtor tem muito receio de ser vítima de fraude e de não pagamento de sua produção. Ele complementa:

As propriedades são pequenas e o volume não justifica a criação de uma cooperativa e esta parte de venda cada um gosta de fazer o seu, se “bobiar” leva calote, e o pessoal tem medo de mexer e comprometer o “ganha pão” é ruim né. (IDE, 2012).

Sobre a forma de organização dos produtores vale ressaltar que a maioria deles participou ou tiveram familiares que participaram das grandes cooperativas da década de 1970 e 1980. A Cooperativa de Cotia e a Sul Brasil, ambas eram responsáveis por grande parte dos produtores da região e que após a suas respectivas falências, forçaram, em um instinto de sobrevivência dos agricultores, a buscar seus próprios canais de venda e que permanecem até os dias atuais.

Santos (2012) relata: *“A gente tem que estar lutando para que as cooperativas que existem possa se manter. Hoje eu entendo que o agricultor moderno tem que trabalhar na coletividade através das cooperativas”*. Ainda, segundo Santos (2012), o produtor precisa investir em marca, padronização,

estratégia de venda e em questões que são difíceis de serem feitas sozinhas e uma organização através de cooperativa poderia ajudar muito mais.

Outra característica do Alto Tietê é a predominância dos produtores de origem nipônica, que hoje enfrentam o problema da sucessão na condução dos negócios da família. Quando questionado sobre as perspectivas futuras o resultado sempre veio acompanhado de preocupações com relação à sucessão. Não há como prever a continuidade das atividades agrícolas diante do desinteresse das novas gerações frente a uma atividade de baixa atratividade e de pouca aderência aos valores de trabalho para os jovens de hoje. As atividades urbanas levam vantagem neste aspecto e são muito mais atraentes do que as atividades do campo.

Hoje temos propriedades que estão na terceira e quarta geração. Hoje o filho nem mora na propriedade e nem pretende trabalhar lá. E o pai fala que não quer que ele sofra o mesmo que ele sofreu. A próxima sucessão será bem difícil. Não dá para imaginar como será este futuro. A agricultura não é mais tão atrativa e existem outras atividades que são mais adequadas à formação deste novo personagem. (ABDO, 2012).

É importante salientar que ainda que o poder público busque alternativa para este problema, há sempre a liberalidade das pessoas em escolher a qual profissão irá seguir.

A gente tem que ser otimista, eu acredito que a instituição pode contribuir para a perpetuação da atividade agrícola da região. A gente vem para a cidade para somar com outras instituições que possuem também o mesmo objetivo junto a agricultura. (MUCOUÇA, 2012).

Independentemente da formação dos produtores a atividade agrícola é analisada como qualquer outra atividade econômica e precisa se desenvolver através dos pilares tecnológicos, de capacitação técnica, e da atratividade econômica. A continuidade da agricultura na região do Alto Tietê dependerá do interesse e da participação dos jovens. Eles precisam enxergar este setor da economia como um ramo atrativo e fonte de reserva de recursos. Esta combinação se sobrepõe às iniciativas públicas e de instituições de apoio à agricultura, e passa pela dinâmica dos agentes econômicos que buscam a qualquer época e situação, a lucratividade das atividades.

Acho que o cinturão verde está consolidado, e principalmente a questão de preservação passa pela manutenção do agricultor no campo. Agora a gente precisa de adequação, por ele hoje esta irregular e precisa trabalhar na

adequação para criar uma maior solidez da atividade. Precisamos também trabalhar na otimização do uso do solo e potencializar o ganho deste produtor, principalmente com a melhora da gestão administrativa e uma condição mercadológica adequada com rastreabilidade e certificação de origem. Eu vejo agricultura como uma forma de propulsão econômica, e de ferramenta para a preservação ambiental. Não tem ação efetiva as ações governamentais é um setor pulverizado, é muito grave, e é preciso mudar a visão institucional deste nível de agricultura, este produtor pode não ser importante economicamente, mas é fundamental socialmente para manter as populações internamente abastecidas. (ABDO, 2012).

De acordo com os entrevistados há esperança e perspectivas para a atividade agrícola da região, porém a muitas dúvidas sobre o futuro e sobre as condições comerciais a que estes produtores estarão sujeitos. A atividade agrícola precisa entrar nas discussões de pauta do poder público regional e da sociedade. Esta é uma questão de interesse coletivo que vai além da amplitude agrícola e passa pelas questões de produção de água, otimização do uso do solo, preservação de áreas verdes e segurança territorial.

A seguir são apresentadas as opiniões individualizadas de representantes de cada cadeia produtiva pesquisada, além dos gestores do poder público e de instituições de apoio à agricultura.

4.5.1 Associações e cooperativas

A pesquisa foi realizada com os membros titulares de suas respectivas instituições que fazem parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável de Mogi das Cruzes (CMDRSMC). A ausência de um Conselho Regional faz do Conselho de Mogi das Cruzes uma referência para a região do Alto Tietê e por esta razão a mesma foi escolhida como fonte de informação atrelada aos objetivos da pesquisa. São cinco cadeias produtivas representadas no CMDRSMC, porém com a participação dupla da cadeia de hortaliças, pois a mesma apresenta o maior número de produtores e dispões de duas Associações que possuem interesses distintos na sua organização. As reuniões do Conselho ocorrem mensalmente e seus membros são indicados pelos presidentes de cada Associação ou Cooperativas. As Associações e Cooperativas pesquisadas são:

- a) Frutas - AFRUT - Associação Frutícula do Alto Tietê;
- b) Hortaliças - APROJUR - Associação dos Produtores Rurais de Jundiapéba e Região;
- c) Hortaliças - Associação dos Agricultores de Cocuera;
- d) Cogumelos - AFAT - Associação dos Fungicultores do Alto Tietê;
- e) Pecuária - AAPAT - Associação dos Apicultores do Alto Tietê;
- f) Flores - SP Flores - Cooperativa Agrícola Flores de São Paulo.

Como complemento a Cooperativa CAMAT – Cooperativa Mista do Alto Tietê também foi entrevistada. Localizada em Salesópolis, possui atividade exclusiva na cultura do eucalipto.

Tabela 20 - Características das instituições pesquisadas no Alto Tietê

Instituição	Modalidade	Representante	Ano de Fundação	Nº participantes	Principal objetivo
AFRUT	Associação	Mark Ide	2007	21	Troca de informação entre os produtores
APROJUR	Associação	Kazushi Tasato	1999	417	Regularização de propriedade das terras
AGRICULTORES DE COCUERA	Associação	Luis Yano	1960	250	Fortalecimento e manutenção da cultura japonesa
AFAT	Associação	Gildo Saito	2009	13	Capacitação dos associados
AAPAT	Associação	Paulo Lino	2010	20	Criação de um selo regional
SP FLORES	Cooperativa	Nelson Takeyoushi	2000	70	Desenvolver canais de venda
CAMAT	Cooperativa	Jonival Bruno	1991	210	Venda direta aos produtores de eucalipto

Fonte: elaborado pelo autor.

A AFRUT representa a cadeia produtiva de frutas que é uma cultura perene e que segundo Ide (2012), oferece condições mais favoráveis de manejo e manutenção, pois uma árvore frutífera pode durar muitos anos e requer apenas cuidado de preservação e poda. Já as culturas de hortaliças e folhosas apresenta uma característica mais dinâmica, pois a colheita da alface, por exemplo, pode acontecer de cinco a seis vezes no ano, e a velocidade de renovação de semente acompanha cada ciclo de colheita. Esta Associação surgiu com o objetivo de compartilhar as melhores práticas do setor, predominantemente no cultivo de caquis, nêspersas, pêssegos e ameixas. Para Ide (2012) a Associação poderia ter uma união

maior, principalmente em questões de interesse coletivo, e cita o caso da cachaça de caqui, que segundo estudos já realizados é possível e viável, porém esbarra no receio dos produtores em investir em um novo negócio que não sabem se vai dar certo. E dos vinte e um associados somente quatro estão decididos em investir, porém para assumir o investimento de uma ideia do grupo de montar um alambique de cachaça do caqui somente com a participação de 20% dos associados não é possível financeiramente. O cultivo do caqui vem sofrendo com a mudança climática dos últimos 30 anos, pois a região tornou-se mais úmida e isto prejudica a cultura do caqui. Também sofrem com a escassez de mão de obra, onde alguns produtores estão buscando mão de obra fora do Estado de São Paulo, a Bahia é um exemplo de região exportadora de mão de obra agrícola para a região do Alto Tietê. Não há dados oficiais sobre esta questão, porém foi citada esta prática no mercado regional.

A Aprojur é uma Associação que nasceu com objetivos bem distintos das demais associações da região, pois ela, desde de sua fundação foi instituída para a defesa e regularização das terras cultivadas. Os 417 associados estão localizados em um bairro de Mogi das Cruzes denominado Jundiapéba, e estão nesta área, vivendo da agricultura, a aproximadamente 30 anos. Em 1999 a Associação tomou forma para que os produtores, de maneira organizada, pudessem pleitear as respectivas regularizações de posse das terras, pois esta área é alvo de brigas jurídicas onde de um lado está o Hospital da Santa Casa de São Paulo e uma mineradora que se diz proprietária atual das terras. Esta é uma discussão que ocupa várias manchetes em jornais da região do Alto Tietê e que não tem previsão para um desfecho harmonioso entre as partes. Segundo Tasato (2012) todos os produtores querem continuar trabalhando e dependem da atividade agrícola, porém todas as questões de aprimoramento e desenvolvimento nesta área dependem da regularização da mesma. Sem regularização não há financiamentos e nem segurança dos produtores em investir em uma terra que amanhã pode ser considerada de propriedade de outros. A regularização da propriedade destas terras é o maior objetivo desta Associação.

A Associação dos Produtores de Cocuera é a mais antiga associação da região, e foi fundada em meados de 1960 por colonizadores japoneses que chegaram à região para explorar a agricultura como atividade econômica e transformando-a como o principal sustento para a família, o que até então era uma inovação para a região, pois a agricultura era visto apenas como uma atividade de

subsistência e de baixo rendimento. Após a era das cooperativas a associação assume um papel de oferecer aos associados entretenimento e atividades de socialização como festas e eventos da colônia japonesa presente na região a quatro gerações. A festa principal é chamada de Furusato Matsuri, que prega os valores de manutenção e preservação da colônia. Os produtores rurais vinculados a esta associação são principalmente produtores de hortaliças, a olericultura é predominante na região e em especial no bairro de Cocuera. Este bairro faz divisa com o município de Birita-Mirim.

A AFAT surge, segundo Saito (2012), após a participação frustrada dos produtores em outras associações que não estavam abertas a discussões e revezamentos de Diretoria onde as novas ideias e soluções pudessem ser abordadas e implementadas de acordo com o desejo da maioria. A cultura do cogumelo é uma cadeia produtiva recente na região e vem crescendo a cada ano. A maioria das propriedades está em áreas de proteção dos mananciais e embora sofram com mais rigor a legislação de preservação e meio ambiente, por outro lado tem a especulação imobiliária nula diante deste cenário. A Associação tem vários projetos em andamento e estão presentes em outros fóruns além do CMDRSMC, e se consideram bem atuantes em defesa de seus interesses. Entre os projetos em andamento se destaca a usina de compostagem que visa contribuir com redução de custos aos produtores e contribuir com a preservação das terras, pois segundo Gildo este projeto possibilita o aproveitamento da compostagem, após o uso na cultura do cogumelo, para outras finalidades como hortaliças, folhosas e flores.

A AAPAT, das associações entrevistadas, é a mais fragilizada, pois possui uma participação dividida entre os associados, além de ser uma cadeia produtiva recente na região, o que representa uma fase de adaptação onde os produtores ainda enfrentam dificuldades nas condições de infraestrutura para o manejo e cuidado na extração do mel, principal produto desta cultura, sua criação teve a seguinte trajetória:

Foi uma fusão com a Agrosales, e eles tinham um interesse de fazer um beneficiamento aqui em Salesópolis, mas aqui não pode ter indústria. A associação existe, mas hoje estamos enfrentado um grande problema, porque os produtores estão preocupados com seu dia-a-dia. A ideia era criar um selo regional, porque a produção é baixa, e a gente podia simplificar o processo de venda para o agricultor. Não tem nada tóxico na produção do mel, mas na hora de comercializar a coisa fica difícil. A

associação existe há dois anos. Os que estão lá em cima não entendem da cadeia produtiva e não facilita a nossa vida, e aí o produtor acaba desanimando. A gente precisa incentivar o consumo e fortalecer a cadeia produtiva. (LINO, 2012).

Para Lino (2012) a grande dificuldade dos produtores é falta de canais de distribuição e venda, pois o produtor local não tem recursos para alugar propriedades no centro das cidades, ou feiras. Ele defende uma participação mais efetiva do poder público no auxílio desta questão. Outro tema abordado foi o incentivo para o consumo do produto. Os produtores acreditam que as divulgações nas escolas sobre as qualidades e benefícios do mel e própolis contribuiriam para o aumento de produção e na criação de uma cadeia produtiva mais robusta e atrativa.

A SP Flores como cooperativa apresenta a melhor estrutura da região, e tem como sede um galpão de aproximadamente 2000 m², onde são recebidas diariamente a produção dos seus 70 cooperados. A produção é escoada para várias regiões além do Ceasa de São Paulo, principal mercado, o produto também é enviado para Holambra, Ceasa de Campinas, São José dos Campos e Santo André. A Cooperativa apresenta saúde financeira e não apresenta grandes dívidas, porém a maior dificuldade está na produção de variedades de flores.

Na Cooperativa, por exemplo, precisa ter um profissional contratado só pensar nisso, e dedicado na organização deste assunto. É uma necessidade, é um investimento. A função do produtor é ele estar no sítio dele produzindo e não ele estar aqui administrando, por outro lado precisa ter um grupo de Cooperados que vão definir diretrizes e fiscalizar a atividade desta pessoa. É neste ponto onde pecaram as outras Cooperativas, como a Sul-Brasil e Cotia, que contrataram Administradores cujas atividades não eram acompanhadas pelos próprios Cooperados e onde houve desvios. (TAKEOYUSHI, 2012).

Para a Cooperativa o maior desafio é a adaptação dos produtores as novas exigências do mercado de flores que apresenta grande dinamismo e demanda uma grande variedade de flores e orquídeas, sobre as quais o produtor precisa estar flexível e aceitar a mudança no cultivo de diferentes espécies. Outra questão abordada por Takeoyushi (2012) é a distribuição e enfatiza ter um sistema de distribuição ineficiente, perde-se muito alimento no meio do caminho, e a tendência é descentralizar fora do Ceagesp, é um sistema falido e não comporta a necessidade da população. Como a Cooperativa possui estrutura própria o desejo

deles é aumentar a possibilidade de venda direta do galpão, e outros canais de venda que não seja no Ceasa de São Paulo, mas ainda há uma dependência deste mercado.

Como complemento as entrevistas realizadas com os participantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Mogi das Cruzes também conversaram com a Cooperativa Mista do Alto Tietê. Esta Cooperativa possui atividade exclusiva no manejo do eucalipto. Está localizada em Salesópolis e possui 210 cooperados. O entrevistado Sr. Jonival Bruno é o presidente desta instituição e sobre as perspectivas de futuro da Cooperativa ele comenta:

Acho que a gente concluindo o microbacias II e estamos investindo na serralheria, e trabalhar no mix...porque aqui em Salesópolis não podemos ter indústria, então precisa ver com a prefeitura, mas o caminho é este, o volume caiu bastante ao longo do tempo. A maioria dos produtores são familiares e o eucalipto é o carro chefe da economia da cidade. Hoje há o assédio das empresas de celulose junto aos produtores e isto enfraquece a cooperativa. O produtor acha que vendendo direto ele consegue um preço melhor, mas isto é provisório e atrapalha a cooperativa que não visa lucro e sim a organização dos produtores, nós não somos atravessadores. Alguns produtores fortes prefere negociar direto e enfraquece a cooperativa. Outras cooperativas tem ajuda, a prefeitura pode contribuir com incentivo. As indústrias passaram de compradora e hoje estão vendendo madeira também. (BRUNO, 2012).

Há uma preocupação sobre a mudança das empresas de celulose para outros Estados e isto provocaria uma reviravolta na dinâmica econômica da região, em especial, os produtores de eucalipto. A ameaça existe e a Cooperativa está buscando apoio do poder público local e exigindo transparência na condução deste assunto, porém segundo Bruno (2012) as empresas tem liberdade para decidirem o que for melhor a elas e aí o produtor terá que se adaptar. Nós estamos trabalhando para diversificar nossos produtos, mas é uma mudança difícil. Sem a participação do poder público não vamos conseguir manter a estrutura que temos hoje, é preciso incentivo e criação de novos mercados.

4.5.2 Poder público, sindicatos e instituições de apoio

Como público alvo das entrevistas segue os comentários das instituições que visam o apoio e auxílio produtor rural da região. Além das instituições pesquisadas não se pode deixar de citar a participação do Sebrae nas atividades de treinamento em cursos de rápida duração e de foco especificamente técnico. O Sebrae no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Mogi das Cruzes não é um membro titular, e por isso não participou das entrevistas, porém fica enfatizado a sua importância na dinâmica econômica local para o desenvolvimento da agricultura do Alto Tietê. Segue as instituições que tiveram seus respectivos representantes entrevistados:

- a) Secretaria de Agricultura de Mogi das Cruzes;
- b) Sindicato Rural de Mogi das Cruzes e Região;
- c) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mogi das Cruzes e Região;
- d) EDR – CATI Regional de Mogi das Cruzes;
- e) FATEC de Mogi das Cruzes.

A Secretaria de Agricultura de Mogi das Cruzes possui histórico fragmentado, e na história recente foi novamente posta a condição de Secretaria a apenas três anos, ou seja, nos últimos dez anos a área de agricultura era representada por setores dentro de outras Secretarias. Agora, na gestão atual, houve o compromisso da criação da Secretaria e com isto o fortalecimento deste setor. A criação do Conselho Municipal acompanha este movimento e permite uma maior mobilização dos produtores rurais da região. Ainda que a atuação do Conselho seja municipal, Mogi das Cruzes exerce liderança natural da agricultura no Alto Tietê, e uma vez que as questões de interesse coletivo dos produtores sejam discutidas em Conselho, as decisões acabam se propagando pela região como um todo. O secretário, Sr. Oswaldo Nagao é de origem japonesa e fez parte da história da agricultura no Alto Tietê. Segundo ele:

A verdade é a seguinte, eu fui convidado para assumir a secretaria porque não existia esta secretaria, e como o prefeito assumiu durante a campanha vários compromissos com os agricultores, eu acabei assumindo, e é um seguimento que temos que preservar, porque Mogi foi um município que chegou a abastecer 70% do mercado carioca e mercado de São Paulo em hortifrutigranjeiros e não podemos perder este foco, desta forma assumi

para melhorar as estradas vicinais e a segurança rural. Sou nascido e criado na agricultura, com formação de sociólogo e depois em administração. Sou nascido e criado na agricultura, e também sou empresário rural e proprietário de uma concessionária Chevrolet na cidade que existe há 84 anos, cuja gestão eu desenvolvo há 44 anos. A área de agricultura vem com a proposta de melhorar o abastecimento da população, através das feiras, o mercadão, e a reforma do mercado produtor, e melhorar a segurança alimentar. Conseguimos eliminar os pombos do mercadão, e atualmente estamos reformando o mercado produtor, após mais de 30 anos, estamos melhorando as instalações e dar um conforto melhor para os trabalhadores e os consumidores, cuidando da higiene e provendo com a limpeza e conscientização, e aqueles que receberam estes treinamentos a prefeitura concedeu 90% de desconto na taxa de licenciamento. Com relação a zona rural temos 721km de estradas vicinais, e no primeiro ano nosso trabalho era desatolar os caminhões e socorrer os produtores para que elas pudessem escoar suas produções, e hoje este problema não existe mais. Além disso para prestigiar os produtores locais, introduzimos na merenda escolar o caqui, em substituição a banana e maçã que não são frutas produzidas na região. O caqui nós temos safra de caqui de fevereiro até julho, e conseguimos que a escola municipal e estadual a introdução do caqui, e fazer também a introdução de champignon, as crianças de Mogi consomem champignon nas merendas, é chique não é. (NAGAO, 2012).

A Secretaria vem para fortalecer a atividade, porém ainda é preciso uma maior interação com os produtores visando ouvi-los e permitir que as prioridades do setor sejam discutidas entre as partes e que a atuação do Conselho seja cada vez mais deliberativa e não apenas fórum consultivo.

O Sindicato Rural de Mogi das Cruzes está presente na região há mais de quarenta anos é a instituição mais presente entre os produtores do Alto Tietê. A importância e exposição do Sindicato acabam sendo utilizado também como um trampolim político da região, pois muitos diretores e presidentes tornam-se políticos, sendo que um dos presidentes do Sindicato já foi Prefeito da cidade de Mogi das Cruzes. Porém é inegável a importância do Sindicato para os produtores, onde o entrevistado, que foi uma indicação do presidente atual o Sr. Fernando Ogawa.

“Nossa sede é em Mogi mas o produtor pode escolher qual o sindicato ele deseja ser representado. Nós trabalhamos em três áreas: a) treinamento através da parceria com o Senar; b) representação institucional, participando em 31 colegiados que fazem parte das atividades rurais; c) é o

apoio institucional para recolhimento adequado dos impostos e orientação jurídica, além de auxiliar nos projetos que estão em andamento como um trabalho de rastreabilidade e um a criação de um cadastro região para conhecermos melhor a realidade de cada produtor, entendendo as particularidades de cada cadeia produtiva. (ABDO, 2012).

A maior dificuldade da região, segundo Abdo (2012), está no reconhecimento do poder público em identificar que a produção da região requer políticas específicas e levam em consideração as características regionais, e comenta sobre como o Sindicato visualiza as políticas públicas:

Acho que depende da esfera, para agricultura de subsistência e familiar é muito claro, ainda que as exigências tornem a disponibilidade financeira muito difícil. Você pula desta realidade para a de trade e commodities, que também tem uma proteção muita clara a ponto de ser o produtor quebrar o governo vai lá e banca esta produção para que o produtor possa continuar no ano seguinte. Existe uma política sólida para o grande produtor, e é uma forma de manter a balança comercial equilibrada, mas a política pública para o empresário rural de médio porte não existe nada. A importância econômica deste produtor é pequena perto do todo, porém é ele que mantém o abastecimento alimentar das áreas metropolitanas. Há um grande atrativo da agricultura em ter rentabilidade do negócio, porém tem que desenvolver com as questões de modernidade e novas tecnologias. A maioria dos produtores ainda precisa investir em gestão, a organização ainda é precária, temos hoje mil e duzentos associados, mas atuantes são em torno de seiscentos e setenta. (ABDO, 2012).

Abdo (2012) complementa com a dificuldade de gestão dos produtores rurais do Alto Tietê:

Gestão administrativa da propriedade é um gargalo e a organização social não só da região, mas produtores com este perfil é bastante frágil. E falta linha de crédito para a implantação de novas tecnologias e também a ausência de seguro rural para propriedades com as características que não estão enquadradas como familiar e nem de commodities. Até hoje estamos trabalhando para que a Embrapa venha para a nossa região. Só que acontece o programa da Embrapa de transferência tecnológica, que vêm através de um pacote fechado e não está adequado a nossa necessidade. Falta visão neste aspecto. Precisamos que as tecnologias das faculdades saiam da sala de aula para as propriedades. Sem extensão rural fica uma política cega e que não considera a realidade de cada produtor. Nossa estrutura foi pensada a 60 anos e se mantém até hoje, não dá. O sistema não é adequado, é o menor orçamento do Estado. (ABDO, 2012).

E finaliza seus comentários com uma visão clara de que sem a participação do poder público na mudança de visão diante da agricultura da região teremos um futuro bastante preocupante sobre as questões agrícolas da região:

Acho que o cinturão verde está consolidado, e principalmente a questão de preservação passa pela manutenção do agricultor no campo. Agora a gente precisa de adequação, por ele hoje esta irregular e precisa trabalhar na adequação para criar uma maior solidez da atividade. Precisamos também trabalhar na otimização do uso do solo e potencializar o ganho deste produtor, principalmente com a melhora da gestão administrativa e uma condição mercadológica adequada com rastreabilidade e certificação de origem. Eu vejo agricultura como uma forma de propulsão econômica, e de ferramenta para a preservação ambiental. Não tem ação efetiva as ações governamentais é um setor pulverizado, é muito grave, e é preciso mudar a visão institucional deste nível de agricultura, este produtor pode não ser importante economicamente, mas é fundamental socialmente para manter as populações internamente abastecidas. (ABDO, 2012).

Como reconhecido por todos os entrevistados o cinturão verde do Alto Tietê está consolidado, e é importante no desenvolvimento econômico da região. Ainda que sua importância diminua há uma clara contribuição na dinâmica econômica do Alto Tietê. Os desafios estão na capacidade de gestão dos produtores e a simplificação das políticas de financiamento e incentivo ao desempenho destas atividades.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mogi das Cruzes e Região, está localizado no centro da cidade e apresenta estrutura modesta, porém com forte atuação junto aos trabalhadores rurais e agricultores autônomos responsáveis por propriedades de um a dois hectares, que visam no Sindicato a possibilidade de atendimento médico e de planos de aposentadoria. Segundo Almeida (2012), são trezentos sindicalizados associados. A instituição existe desde 1963, com interrupção das atividades em 1964 e retornando com suas funções em 1973. Para o Sr. Benedito a perspectiva de futuro da agricultura da região passa pela visão sustentável, e comenta:

O desenvolvimento sustentável passa por preservação e espaço para trabalhar de forma a favorecer trabalhador rural. O pessoal gosta de trabalhar sozinho e hoje precisamos de união. Falta consciência de trabalhar com cooperação entre os produtores. As Cooperativas não foram

para frente porque faltou honestidade. Por exemplo, eu estava trabalhando aí eu deveria mandar minha produção para a Cooperativa e vinha um atravessador e oferecia mais então o produtor vendia sua produção e ia na Cooperativa somente para retirar sua parte, mas não contribuía como deveria. (ALMEIDA, 2012).

O EDR-Cati de Mogi das Cruzes é um escritório regional do Alto Tietê menos a cidade de Guarulhos e com o acréscimo das cidades de Riberão Pires e Rio Grande da Serra. A sede da Cati em Mogi também recebe a Codeagro e o Escritório de Defesa Agropecuária de Mogi das Cruzes, formando assim a Casa da Agricultura de Mogi das Cruzes e Região. A atuação da Cati é de oferecer aos produtores um canal de diálogo entre as políticas de incentivo do Estado e as necessidades dos produtores locais. As questões de financiamentos, como Pornaf, Fehidro e Microbacias são as mais atuantes no momento sendo que segundo o entrevistado, Santos (2012), a CATI também atua na conscientização deste produtor, visando o aprimoramento e crescimento da atividade agrícola da região. E faz um breve resgate da história da região:

Bom, como começou o Lupa? Fizemos um levantamento que dava uma visão do que tinha uma diversidade dos produtores da região e naquela época era o que refletia da década de 1970 e 1980 e Mogi estava bombando, com centenas de variedades e praticamente Mogi sustentava o cinturão verde de São Paulo, na época não tinha outra região que tinha a expressão de Mogi na produção de hortaliças, e não só São Paulo, mas o litoral norte e Campinas. Mas o que aconteceu na década de 1990, por várias razões, a falência das cooperativas, e inflação e outras questões criou um “baque” na condição dos produtores, foi um marco na atividade dos produtores. Outro marco importante na redução deste potencial foi a criação do sistema SPAT que é a interligação das represas também contribui com a mudança na umidade relativa do ar e isto trás doenças, e esta associação de fatores, faz com que os agricultores vão desistindo da atividade. Hoje esta realidade encolheu e as culturas vão migrando para outras regiões. O agricultor é um bicho econômico ele vai atrás de retorno econômico. Ele tem uma racionalidade, ele analisa o mercado o risco e começa a migrar. Mas outros produtores começaram a plantar as culturas que nós tínhamos aqui. O mercado se adapta ele é dinâmico. (SANTOS, 2012).

Santos (2012) finaliza seus comentários sobre a necessidade de adaptação também do perfil técnico de sua instituição, e comenta:

O perfil dos técnicos hoje tem que saber de informática, talvez até uma fluência no inglês. É preciso produzir bem, mas é preciso vender melhor ainda. Não é fácil não caboclo. O agricultor precisa ter consistência, saber qual é a sua taxa de retorno, e é uma questão de gestão. É preciso olhar para o mercado, e é hora de discutir um novo portfólio. Não dá só para plantar e depois vê como vai vender. (SANTOS, 2012).

O último entrevistado foi o Sr. Muçouçah Diretor da Fatec, Faculdade de Tecnologia de Mogi das Cruzes. A faculdade iniciou suas atividades em 2008 e com um curso Superior de Tecnologia em Agronegócio. Segundo Muçouçah (2012), Diretor da Unidade, após quatro anos o balanço é o seguinte:

O projeto pedagógico foi alterado, e foi adequado a nossa região, hoje em São Paulo são nove Fatec que oferecem o curso de Agronegócio. Para os alunos que são filhos dos agricultores da região, eles estão conseguindo melhorar a suas respectivas realidades. Mas o número de ingressantes são muito pequenos perto da quantidade de agricultores que temos na região, é uma pena que o pessoal não aproveita esta instituição para melhorar. Não tem interesse nem em conhecer a instituição e nem o curso. A formação do curso é de preparação dos alunos é para o Brasil inteiro e não específico para o Alto Tietê. O curso é de três anos e a formação é de Tecnólogo em Agronegócio. Falta também o reconhecimento do mercado sobre a função do Agronegócio, com atuação diferente dos demais profissionais como Engenheiros e etc. Ainda temos uma visão distorcida e equivocada do agricultor, achando que ele ainda é o Jeca-Tatu e isto não é verdade. (MUÇOUÇAH, 2012).

Muçouçah (2012) ainda completa, ressaltando as dificuldades da região e afirmando que:

Os pontos fracos são a organização, e representatividade, e em termos tecnológicos há uma diferença grande entre os produtores. É difícil a gente encontrar com os produtores informações básicas do seu negócio. O nosso curso busca desenvolver estas questões e tentar aprimorar a visão do agricultor local para que o negócio dele possa crescer e contribuir para o desenvolvimento local. (MUÇOUÇAH, 2012).

Em resumo as entrevistas apresentaram questões de fragmentação do cinturão verde que são comuns nos dois grupos entrevistados, tais como:

- a) Falta de união dos produtores;
- b) Organização administrativa deficiente;

- c) Legislação ambiental confusa;
- d) Escassez de programas de estímulos ao consumo;
- e) Carência de dados técnicos e econômicos;
- f) Dificuldade no acesso ao crédito rural.

E ainda sobre o Alto Tietê também há os pontos fortes que identificam a região:

- a) Reconhecimento do mercado;
- b) Proximidade geográfica com os maiores mercados de consumo;
- c) Legislação de proteção da atividade agrícola;
- d) Sistema SPAT – Produção de água;
- e) Mobilização social nas questões agrícolas.

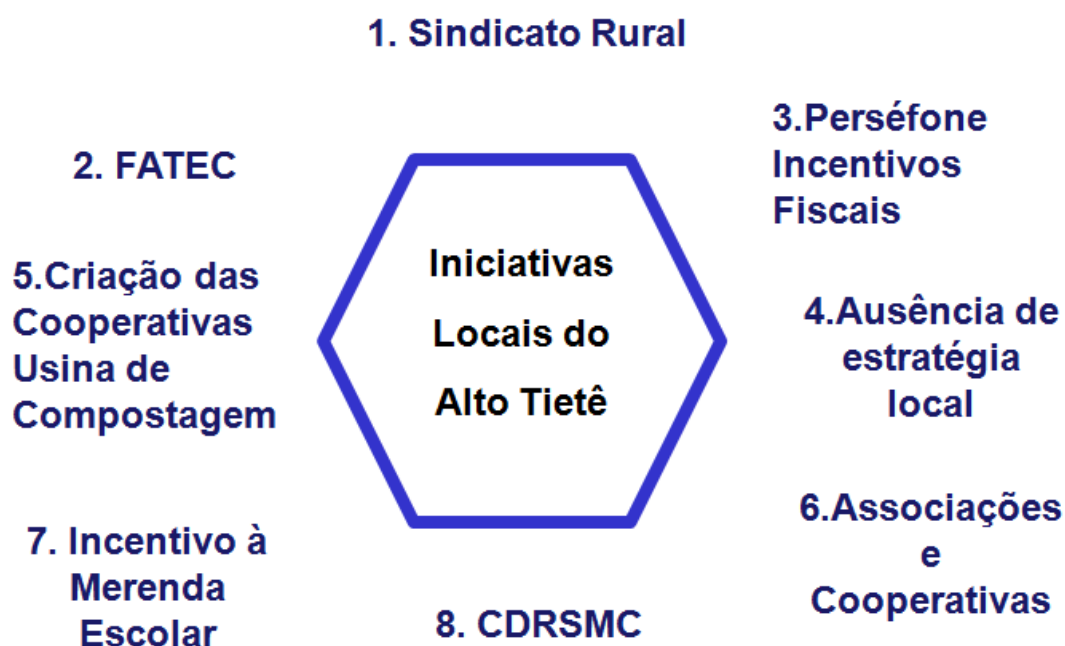
O cinturão verde do Alto Tietê, conforme as entrevistas realizadas, está consolidado, porém ainda este fenômeno é reconhecido apenas na questão da produção de hortaliças, e como identificamos ao longo da pesquisa a importância do cinturão verde, sobrepõe esta ou aquela cadeia produtiva e transforma-se em área de produção de água, de preservação de áreas verde, entre outras atividades que visam a sustentabilidade no desenvolvimento econômico da região.

5 CONCLUSÕES

De acordo com as leituras realizadas, o levantamento dos dados através do LUPA e as entrevistas com os representantes das associações e cooperativas, além dos gestores públicos que atuam em instituições de apoio para a atividade agrícola pode-se afirmar que, embora haja articulações entre as partes, ainda há um distanciamento no entendimento das necessidades dos produtores e os incentivos do poder público no desempenho desta atividade.

Com referência a figura 5, sobre as Iniciativas de Desenvolvimento Local, defendidas por Albuquerque Llorens (2001), é apresentada um cenário equivalente com as iniciativas do Alto Tietê.

Figura 20 - Bases de sustentação das iniciativas de desenvolvimento local do Alto Tietê



Fonte: elaborado pelo autor.

Vale ressaltar que para cada item apontado por Albuquerque Llorens (2001), encontramos no Alto Tietê a sua equivalência, onde a figura 20 demonstra as iniciativas de desenvolvimento local do Alto Tietê. Podemos considerar que a criação de uma institucionalidade para o desenvolvimento econômico local é representado pelo Sindicato Patronal dos Agricultores, onde o mesmo exerce força política sobre o

poder público e desempenha também a representatividade diante das esferas Municipais, Estaduais e Federais. No item de capacitação, a região destaca-se pela existência da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo, com um curso específico de Agronegócio. No âmbito dos programas de fomento, identificamos o desenvolvimento de um *software*, cujo projeto é uma parceria entre a Prefeitura de Mogi das Cruzes, e a FATEC do mesmo município, que visa mapear o perfil dos produtores rurais da região com o objetivo de promover políticas públicas adequadas, provendo o fomento de acordo com as características de cada produtor. A elaboração de uma estratégia territorial de desenvolvimento não foi identificada, e a ausência deste item deixa claro que há aspectos locais a serem abordados para que o Alto Tietê possa se desenvolver considerando as características de cada município. A Agenda Metropolitana é um ensaio desta estratégia territorial, porém ainda falta organização entre os municípios do Alto Tietê. Outro item é o da Cooperação Público-Privada, que no Alto Tietê também não há muito que comemorar, pois uma das iniciativas possíveis, como a usina de compostagem, proposta pela Associação do Fungicultores, não saiu do papel. Segundo o Sr. Gildo, um dos entrevistados, este projeto só é viável com o envolvimento do poder público local, e possui benefícios tanto para os produtores quanto para a comunidade local. A existência de lideranças local, é a maior virtude dos Agricultores do Alto Tietê, pois a sua organização seja por Associações ou Cooperativas é evidente e o poder público abre espaço para a participação dos seus respectivos representantes. Detectamos uma preferência em seguir a agenda pública sem considerar a opinião dos Agricultores, entretanto o amadurecimento da participação dos Agricultores no Conselho de Desenvolvimento Rural também é uma crescente. O equilíbrio entre os pontos de vista passarão pela discussão das prioridades entendidas pelas partes. A atitude pró-ativa dos Governos Locais, pode ser observada pelos programas de incentivo à merenda escolar, cuja logística ainda precisa ser melhor estruturada, mas de qualquer forma abre um canal direto entre o poder público e os Agricultores. E por último, entre os aspectos defendidos por Albuquerque Llorens (2001) destaca-se a participação dos atores locais que fica evidente com a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Rural. Ainda que somente o município de Mogi das Cruzes possui um Conselho com reuniões mensais, e com a participação de todas as instituições que estão ligadas as atividades agrícolas, outros municípios como

Suzano, Guarema, e Salesópolis também estão se organizando para conseguir fazer se ouvido diante das suas necessidades.

A agricultura diferentemente de outros setores da economia, não deve ser exposta a uma competição econômica, pois a atividade agrícola apresenta características específicas de ganho e renda, cuja produção é essencial no abastecimento de alimentos das cidades. Entretanto este mesmo agricultor está sujeito a intempéries do clima, do mercado, e de condições de pressão econômica que pode forçar o seu desaparecimento, o que significará, em sua condição mais grave, a falta de alimento.

A agricultura do Alto Tietê está entre a agricultura familiar e a agricultura patronal, onde as propriedades em sua maioria são de um a cinco hectares, porém com uma produção que vai além das condições de colheitas com mão de obra da família ou com apenas dois ou três ajudantes. A configuração da agricultura da região está acima dos pré-requisitos da agricultura familiar e bem abaixo das agriculturas de *commodities*, como laranja, soja e cana-de-açúcar.

O poder público precisa rapidamente olhar para esta nova realidade, onde o produtor rural deve ser encarado como um micro e pequeno empreendedor, cujas características são diferentes dos agricultores do passado que entendiam apenas dos assuntos da terra. Hoje o agricultor precisa entender do negócio como um todo, ponto de venda, distribuição, legislação ambiental, entre outras normas e leis que permeiam sua atividade. A exposição de riscos da atividade agrícola é elevada, cuja atratividade econômica não compensa os riscos, e sem o apoio e incentivo de políticas públicas a perspectiva desta atividade é o seu desaparecimento.

A figura 21 apresenta as bases dos pontos fortes, as oportunidades, assim como os pontos fracos e ameaças identificadas durante a pesquisa sobre o Cinturão Verde do Alto Tietê.

Figura 21 – Bases do Fortalecimento e Fragmentação do Alto Tietê.

FORTALECIMENTO		FRAGMENTAÇÃO	
<u>PONTOS FORTES</u>	<u>OPORTUNIDADES</u>	<u>PONTOS FRACOS</u>	<u>AMEAÇAS</u>
•Área de proteção;	•Criação de uma central	•Organização das	•Continuidade;
•Agricultura consolidada;	de beneficiamento;	propriedades;	•Desinteresse do poder
•Conhecimento técnico;	•Maior interação do	•Gestão do negócio;	público;
•Proximidade geográfica;	poder ;	•Falta de união dos	•Associativismo;
•SPAT;	•Incentivo para a criação	produtores;	•Não reconhecimento das
•CMDR	das Cooperativas;	•Dificuldade de acesso ao	características locais;
	•Reconhecimento da	crédito rural;	•Falta de estímulo ao
	modalidade agrícola do		consumo de verduras e
	Alto Tietê;		frutas.
	•Criação do CRDR.		

Fonte: elaborado pelo autor.

A atividade não pode ser mais vista como um negócio que passa de pai para filho, sendo que o filho aceita a atividade agrícola porque ele não sabe fazer outra coisa. Hoje a realidade mudou, este filho do agricultor foi para escola, fez faculdade e busca se inserir na sociedade de uma maneira diferente, sendo que a atividade agrícola não é mais a única opção. É preciso entender que a agricultura é um setor econômico necessário para a manutenção da existência das pessoas e a formação de políticas públicas deve ser com a mesma importância da saúde, educação e transporte. Por enquanto não há crise de abastecimento, mas vale uma reflexão aprofundada sobre estas questões que emergem do presente estudo onde futuras pesquisas possam identificar e acompanhar a evolução do tema.

REFERÊNCIAS

ABDO, R. A. Fortalecimento e fragmentação do Cinturão Verde do Alto Tietê: perspectivas sobre a atividade agrícola da região: depoimento. [2012]. São Caetano do Sul: **PPGA-USCS**. Entrevista concedida a Geison Cantarelli Muniz de Queiroz.

ABRAMOVAY, R. Reforma agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, [S.l.], v. 28, n. 1, jan.-ago. 1999.

ABRUCIO, F. L. Para além da descentralização: os desafios da coordenação federativa no Brasil. In: Fleury, S. (Org.). **Democracia, descentralização de desenvolvimento: Brasil & Espanha**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 77-126.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Perguntas frequentes**. 2012. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/acessoainformacao/perguntasfrequent.es.aspx>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

ALBURQUERQUE LLORENS, F. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

ALMEIDA, B. Fortalecimento e fragmentação do Cinturão Verde do Alto Tietê: perspectivas sobre a atividade agrícola da região: depoimento. [2012]. São Caetano do Sul: **PPGA-USCS**. Entrevista concedida a Geison Cantarelli Muniz de Queiroz.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BECKER, D. A contradição em processo: o local e o global na dinâmica do desenvolvimento regional. In: _____; WITTMANN, M. **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

BRESSER, P. L. C. Os primeiros passos da reforma gerencial do Estado de 1995. In: MEDEIROS, P. C.; LEVY, E. (Org.). **Novos caminhos da gestão pública: olhares e dilemas**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009, p. 3–44.

BRUNO, J. Fortalecimento e fragmentação do Cinturão Verde do Alto Tietê: perspectivas sobre a atividade agrícola da região: depoimento. [2012]. São Caetano do Sul: **PPGA-USCS**. Entrevista concedida a Geison Cantarelli Muniz de Queiroz.

CAMAGNI, R. Incertidumbre, capital social y desarrollo local: enseñanzas para una gobernabilidad sostenible del territorio. **Investigaciones Regionales**, [S.l.], n. 2, primavera 2003.

DALLABRIDA, V. Território. In: SIEDENBERG, D. R. (Coord.). **Dicionário do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

DOWBOR, L. **Redes de apoio ao empreendedorismo e tecnologias sociais**. 2004. Disponível em: <<http://www.dowbor.org>>. Acesso em: 7 fev. 2012.

_____. **Democracia econômica: alternativas da gestão social**. 2010. Disponível em: <<http://www.dowbor.org>>. Acesso em: 7 fev. 2012.

FISCHER, T. **Poderes locais, gestão e desenvolvimento**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FRANÇA, C. L.; VAZ, J. C.; SILVA, I. P. (Org.). **Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local**. São Paulo: Pólis, 2002.

GRINBERG, I. **Viajantes ilustres em Mogi das Cruzes**. São Paulo: SCP, 1992.

IDE, M. Fortalecimento e fragmentação do Cinturão Verde do Alto Tietê: perspectivas sobre a atividade agrícola da região: depoimento. [2012]. São Caetano do Sul: **PPGA-USCS**. Entrevista concedida a Geison Cantarelli Muniz de Queiroz.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades @**. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 4 fev. 2012.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto política nacional de apoio ao desenvolvimento local**. 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2013/01/1509.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2012.

IRWIN, E. G. et al. A century of research on rural development and regional issues. **American Journal of Agricultural Economics**, New York, n. 92, v. 2, p. 522–553, 2010.

KLINK, J. J. **A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.

LINO, P. Fortalecimento e fragmentação do Cinturão Verde do Alto Tietê: perspectivas sobre a atividade agrícola da região: depoimento. [2012]. São Caetano do Sul: **PPGA-USCS**. Entrevista concedida a Geison Cantarelli Muniz de Queiroz..

LONGO, F. El desarrollo de competencias directivas en los sistemas públicos: una prioridad del fortalecimiento institucional. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7., 2002, Lisboa. **Anais...** Lisboa: CLAD, 2002.

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. T. **Agricultura urbana**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2002.

MARCÍLIO, M. L. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista**. 1700-1836. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 2000.

MOGEOUT, L. J. A. International support to research and policy on urban agriculture (1996-2010): achievements and challenges. **Urban Agriculture Magazine**, [S.l.], n. 25, set. 2011.

MORAES, M. S. A imigração japonesa em Mogi. **Revista Expressão**, Mogi das Cruzes, n. 3, p. 27-44, maio/jun.1990.

MUÇOUÇAH, F. Fortalecimento e fragmentação do Cinturão Verde do Alto Tietê: perspectivas sobre a atividade agrícola da região: depoimento. [2012]. São Caetano do Sul: **PPGA-USCS**. Entrevista concedida a Geison Cantarelli Muniz de Queiroz.

NAGAO, O. _____.: depoimento. [2012]. São Caetano do Sul: **PPGA-USCS**. Entrevista concedida a Geison Cantarelli Muniz de Queiroz.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Grupos ocupacionais**. 2010. Disponível em: <<http://web.observatoriodasmetrololes.net/>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

PACHECO, R. Cambios en el perfil de los dirigentes públicos en Brasil y desarrollo de competencias de dirección. **CLAD - Reforma y Democracia**, [S.l.], n. 26, jun. 2003.

PENTEADO, L. A. C. Fortalecimento e fragmentação do Cinturão Verde do Alto Tietê: perspectivas sobre a atividade agrícola da região: depoimento. [2012]. São Caetano do Sul: **PPGA-USCS**. Entrevista concedida a Geison Cantarelli Muniz de Queiroz.

POZENATO, J. C. Algumas considerações sobre região e regionalidade. In: _____. **Processos culturais**: reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul: Educs, 2003.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Mogi das Cruzes. Casa da Agricultura de Mogi das Cruzes Escritório de Desenvolvimento Rural de Mogi das Cruzes. **Plano municipal de desenvolvimento rural sustentável de Mogi das Cruzes 2012/2015**. 2012.

Disponível em:

<http://www.mogidascruzes.sp.gov.br/comunicacao/noticias/pdf_noticias/planodesenplanodesenvolvi.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2012.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 260 p.

QUADROS, W. J. Estrutura sócio-ocupacional do Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.14, n. 3, p. 443-468, 2010-. Trimestral.

ROJAS, E.; CUADRADO-ROURA, J. R.; GÜELL, J. M. F. (Org). **Governar lãs metrópolis**. Washington: BID, 2005, 558 p.

SAITO, G. Fortalecimento e fragmentação do Cinturão Verde do Alto Tietê: perspectivas sobre a atividade agrícola da região: depoimento. [2012]. São Caetano do Sul: **PPGA-USCS**. Entrevista concedida a Geison Cantarelli Muniz de Queiroz.

SANTOS, V. _____.: depoimento. [2012]. São Caetano do Sul: **PPGA-USCS**. Entrevista concedida a Geison Cantarelli Muniz de Queiroz.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Produto e renda**: participação da agropecuária no total do valor adicionado. 2009. Disponível em <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 4 fev. 2012.

_____. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo – LUPA 2007/2008**. 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 4 fev. 2012.

_____. _____. _____. **Projeto de desenvolvimento rural sustentável**.

Microbacias II – acesso ao mercado. 2012. Disponível em:

<<http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/#>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

_____. Secretaria de Transportes Metropolitanos. **Região metropolitana**. 2012. Disponível em: <www.stm.sp.gov.br>. Acesso em: 26 fev. 2012.

SINDICATO RURAL DE MOGI DAS CRUZES. **Relatórios do programa de fortalecimento das cadeias produtivas**. 2012. Disponível em: <<http://www.sindicatouralmc.com.br/relatorios.html>>. Acesso em: 24 maio 2012.

SPINK, P. K.; TEIXEIRA, M. A. C.; CLEMENTE, R. Governança, governo ou gestão: o caminho das ações metropolitanas. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 453-476, jul./dez. 2009.

TAKEOYUSHI, N. Fortalecimento e fragmentação do Cinturão Verde do Alto Tietê: perspectivas sobre a atividade agrícola da região: depoimento. [2012]. São Caetano do Sul: **PPGA-USCS**. Entrevista concedida a Geison Cantarelli Muniz de Queiroz.

TASATO, K. _____.: depoimento. [2012]. São Caetano do Sul: **PPGA-USCS**. Entrevista concedida a Geison Cantarelli Muniz de Queiroz.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. desarrollo local, uma estratégia para tiempos de crisis. **Universitas Forum**, Madri, v. 1, n. 2, maio 2009.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003. 304 p.

_____. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 123-149, jan./abr. 2007.

VEIGA, S. M.; RECH, D. **Associações**: como construir sociedades civis sem fins lucrativos. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 128 p.

VIEIRA, E. M.; NITZSCHE, T.; SILVA, A. K. O programa SAI e seu efeito na capacitação do empresário rural do Alto Tietê – SP. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006.

WITTMAN, M.; DOTTO, D.; BOFF, V. Desenvolvimento regional: análise de processos organizacionais de desenvolvimento integrado. In: BECKER, D. ; WITTMANN, M. **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS GESTORES DO PODER PÚBLICO, SINDICATOS E DAS INSTITUIÇÕES DE APOIO AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

1. Qual sua função nesta instituição?
2. Quais são as principais atividades da instituição?
3. Quais são as prioridades da instituição?
4. Como a instituição visualiza as políticas públicas para as atividades agrícolas da região do Alto Tietê?
5. Quais são as perspectivas futuras para a agricultura da região?
6. Quais as ações de incentivos para o produtor rural do Alto Tietê?
7. Quais ações de sustentabilidade existem ou estão em andamento na região?
8. Como são as articulações com outras instituições?
9. Quais são os pontos fracos da nossa região?
10. Há alguma questão que você gostaria de comentar que não foi abordado nas questões anteriores?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DOS PRODUTORES RURAIS

1. Quantos são associados à instituição?
2. Quais são as principais atividades da associação?
3. Em que ano e de que forma a associação iniciou as atividades? Descreva brevemente a trajetória desta associação desde sua constituição até os dias atuais, incluindo os principais produtos e serviços.
4. Em sua associação, quem participa e como ocorre a tomada de decisões estratégicas, como investimentos, aquisição de novos equipamentos e projetos de novos produtos?
5. Em sua associação, como são transmitidas as informações juntos aos associados?
6. Em sua associação existe algum tipo de atividade de treinamento para os empregados? Explique como é feita a capacitação dos trabalhadores.
7. Como são financiadas as atividades da associação?
8. Como esta associação visualizada as perspectivas futuras de crescimento e manutenção dos atuais associados?
9. A associação reconhece a existência do Cinturão Verde? Como este fenômeno contribui para a associação?
10. Como a Região do Alto Tietê contribui para o desenvolvimento do seu negócio?
11. Qual a avaliação da associação sobre as políticas públicas para as atividades agrícolas?
12. Como são as articulações entre os associados e o poder público, sindicatos, e outras instituições?
13. Quais são os pontos fracos da Região do Alto Tietê?
14. Você gostaria de comentar algo que não foi abordado nas questões anteriores?

1